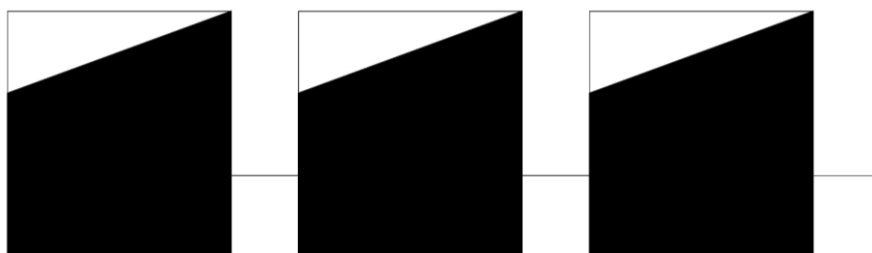


**REALOJAMENTO *IN SITU* E  
REABILITAÇÃO URBANA**

**Habitação Evolutiva no Bairro da Fraternidade na Cidade da Guarda**



**Sandra Isabel Gomes Alves Carreira**

Projeto Final de Mestrado para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, especialização em  
Arquitetura

**Orientação Científica:**

Professor Doutor Daniel Maurício Santos de Jesus

Professor Doutor José Luís Mourato Crespo

**Júri:**

Professora Doutora Maria da Graça dos Santos Antunes Moreira - Presidente

Professor Doutor Pedro Jorge Dias Pimenta Rodrigues - Vogal

Documento Definitivo

Lisboa, FA.U LISBOA, janeiro 2022







## RESUMO

O Bairro da Fraternidade, localizado na cidade da Guarda, faz parte do conjunto de bairros construídos pelo Fundo de Fomento da Habitação por todo o país, no final da década de 1970. Neste momento encontra-se à margem da cidade e de qualquer outro aglomerado populacional na sua proximidade, transformando-se assim num local de segregação social e estrutural.

Dada a localização central e a proximidade com equipamentos fulcrais para a cidade da Guarda, o presente Projeto Final de Mestrado, procura o entendimento da casa e da cidade como um instrumento de integração social, concretizada com uma postura de respeito pela identidade cultural dos habitantes. O vínculo entre o habitante e o território apresenta-se como mote de desenvolvimento do projeto urbano e arquitetónico, estimulando a dimensão humana da arquitetura que visa despertar o sentimento de integração e participação comunitária que atualmente, não se verifica no local.

Num primeiro momento, foi estudada a cidade enquanto organismo sempre em movimento, para seguidamente focalizar a análise da experiência do módulo habitacional. Nessa escala, é proposto um programa baseado em sistemas de construção simples que permitem a evolução da habitação a par e passo com a evolução dos seus habitantes. Neste sentido, procurou-se realizar uma análise e reflexão teóricas evidenciando a complexidade inerente a processos de realojamento e à integração de comunidades historicamente marginalizadas.

**Palavras-Chave:** Requalificação Urbana, Integração, Realojamento *in situ*, Habitação Evolutiva, Comunidade, Bairro da Fraternidade



## ***ABSTRACT***

Bairro da Fraternidade, located in the city of Guarda, is part of the set of neighborhoods built by Fundo de Fomento da Habitação (Housing Promotion Fund) throughout the country, in the late 1970s. At this moment it is not integrated in the general composition of the city and of any other population cluster in its proximity, therefore it's becoming a place of social and structural segregation.

Given the central location and proximity to key facilities for the city of Guarda, this Master's Final Project seeks to understand the house and the city as an instrument of social integration, implemented with a posture of respect for the cultural identity of the inhabitants. The link between the inhabitant and the territory presents itself as a motto for the development of the urban and architectural project, stimulating the human dimension of architecture that aims to awaken the feeling of integration and community participation that currently does not exist in the place.

At first, the city was studied as an organism always in motion to then focus on analyzing the experience of the housing module, with a program based on simple construction systems that allow housing to evolve hand in hand with the evolution of its inhabitants. In this sense, an attempt was made to carry out a theoretical analysis and reflection on the issue, highlighting the inherent complexity of processes of resettlement and integration of historically marginalized communities.

**Keywords:** Urban Requalification, Integration, *In situ* Resettlement, Evolutive Housing, Community, Neighborhood of Fraternidade



## **AGRADECIMENTOS**

À minha família pelo apoio incondicional.

A todos os amigos que fizeram parte deste caminho e que levo para a vida.

Ao Professor Doutor Daniel Jesus, pelo interesse e conhecimento.

Ao Professor Doutor José Luís Crespo, pela orientação e disponibilidade.

Aos moradores do Bairro da Fraternidade, pelo cuidado e carinho com que me receberam.

A todos, o meu sincero obrigada.



## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**CMG** – Câmara Municipal da Guarda

**CML** – Câmara Municipal de Lisboa

**ETICS** - External Thermal Insulation Composite System

**FFH** – Fundo de Fomento de Habitação

**FMI** – Fundo Monetário Internacional

**GNR** – Guarda Nacional Republicana

**GTH** – Gabinete Técnico de Habitação

**IBA** – Internationale Bauausstellung (Exposição Internacional de Construção)

**IGAPHE** – Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado

**IHRU** – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana

**LNEC** – Laboratório Nacional de Engenharia Civil

**PDM** – Plano Diretor Municipal

**PDMG** – Plano Diretor Municipal da Guarda

**PER** – Programa Especial de Realojamento

**PFM** – Projeto Final de Mestrado

**PIMP** – Plano de Intervenção a Médio Prazo

**PROHABITA** – Programa de Financiamento para Acesso à Habitação

**SAAL** – Serviço de Apoio Ambulatório Local



# ÍNDICE

**Resumo** I

**Abstract** III

**Agradecimentos** V

**Lista de Abreviaturas** VII

**Índice de Figuras** XI

**I. Introdução** 1

**II. O Lugar – Bairro da Fraternidade, Guarda** 9

2.1. Enquadramento Geral 13

2.2. Morfologia e Composição Urbana do Território 16

2.3. Caracterização da Situação Habitacional 23

2.4. Caracterização Social e Demográfica dos Residentes 29

**III. (Re)pensar o Bairro** 33

3.1. Realojamento *In Situ* Como Estratégia 37

3.1.1. Processos de Realojamento 37

3.1.2. O Peso das Especificidades Sociais e Demográficas da População Realojada 41

3.2. Espaço Público como Mediador Social 45

3.2.1. O Impacto da Estrutura Urbana na Estrutura Social 45

3.3. Breve Nota sobre as Políticas de Habitação em Portugal 51

3.4. Habitação Evolutiva Enquanto Proposta 59

3.4.1. Princípios de Evolução Habitacional 62

3.4.2. Impacto e Integração no Tecido Urbano 66

#### **IV. Casos de Estudo** 67

- 4.1. Bairro Schilderswijk West – Álvaro Siza Vieira 71
- 4.2. Quinta da Malagueira – Álvaro Siza Vieira 73
- 4.3. Bairro do Alto do Moinho – Francisco Silva Dias 75
- 4.4. “Hufeisensiedlung” – Bruno Taut, Martin Wagner 77
- 4.5. Donnybrook Quarter – Peter Barber 79
- 4.6. Casal Das Figueiras – Gonçalo Byrne 81
- 4.7. Prés-Saint-Jean – Lacaton & Vassal 83

#### **V. Proposta Projetual: Reintegrar a Comunidade do Bairro da Fraternidade** 85

- 5.1. Estratégia de Intervenção 87
- 5.2. Requalificação e Integração Urbana 89
- 5.3. Requalificação do Conjunto Habitacional 95

#### **VI. Considerações Finais** 116

Bibliografia 121

Anexos 128

## ÍNDICE DE FIGURAS

**Figura 1** - Ortofotomapa de enquadramento do Bairro da Fraternidade 11

Fonte: <https://www.google.pt/maps/> (Consultado em junho de 2021)

**Figura 2** - Antepiano Geral de Urbanização da Guarda, 1949 14

Fonte: Arquivo da Câmara Municipal (Consultado em junho de 2021)

**Figura 3** – Perímetro Urbano da Guarda constante no PDMG, com classe de espaço urbano e urbanizável (sem escala) 17

Fonte: Arquivo da Câmara Municipal da Guarda

**Figura 4** – Ortofotomapa com equipamentos assinalados 19

Fonte: Desenho da autora, 2021

**Figura 5** - Fotografia que demonstra a apropriação espontânea do espaço público no local 21

Fonte: Fotografia da autora, agosto de 2021

**Figura 6** - Fotografia que demonstra a apropriação espontânea do espaço público no local 21

Fonte: Fotografia da autora, agosto de 2021

**Figura 7** - Fotografia do atual acesso principal ao bairro 22

Fonte: Fotografia da autora, 2021

**Figura 8** - Fotografia que demonstra a apropriação espontânea do espaço público no local 22

Fonte: Fotografia da autora, agosto de 2021

**Figura 9** - Ortofotomapa de enquadramento – as três moradias restantes da primeira fase de construção do bairro 24

Fonte: <https://www.google.pt/maps/> (Consultado em outubro de 2021)

**Figura 10** - Moradia restante da primeira fase de construção do bairro 24

Fonte: Fotografia da autora, agosto de 2021

**Figura 11 - Destroços da demolição das habitações** 25

Fonte: Fotografia da autora, agosto de 2021

**Figura 12 - Fachada de uma das moradias** 25

Fonte: Fotografia da autora, agosto de 2021

**Figura 13- Ortofotomapa de enquadramento – moradias dos habitantes da comunidade cigana** 26

Fonte: <https://www.google.pt/maps/> (Consultado em outubro de 2021)

**Figura 14 - Demonstração da forma de ocupação dos pátios e arruamentos existentes** 27

Fonte: Fotografia da autora, agosto de 2021

**Figura 15 – Vista sobre a cidade** 27

Fonte: Fotografia da autora, agosto de 2021

**Figura 16 - Anexos construídos pelos habitantes do bairro** 28

Fonte: Fotografia da autora, agosto de 2021

**Figura 17 - Desenho Habitado. Helena Almeida, 1976** 36

Fonte: [https://gulbenkian.pt/cam/works\\_cam/desenho-habitado-150400/](https://gulbenkian.pt/cam/works_cam/desenho-habitado-150400/) (Consultado em maio de 2021)

**Figura 18 - Vista Aérea do Complexo Residencial de Scampia** 39

Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/871669/classicos-da-arquiteturaprojetohabitacional-pruitt-igoe-minoru-yamasaki/> (Consultado em maio de 2021)

**Figura 10 - Vista Aérea do Complexo Residencial de Pruitt Igoe** 39

Fonte: <https://gangstersinc.ning.com/profiles/blogs/in-pictures-scampianeighborhoodmade-famous-by-tv-series-gomorra> (Consultado em maio de 2021)

**Figura 20 - Demolição do Complexo Residencial de Scampia** 41

Fonte: <https://www.uptv.es/2019/03/11/scampia-tres-guerras-y-100-funeralesinternacional-el-pais/> (Consultado em maio de 2021)

**Figura 21 - Demolição do Complexo Residencial de Pruitt Igoe** 41

Fonte: <http://magazine.art21.org/2013/12/02/nuanced-failure-and-urban-space/the->

demolition-of-pruitt-igoe-housing-complex-st-louis-mo-and-jencks-death-of-modernism-july-15-1972-1/ (Consultado em maio de 2021)

**Figura 22** - Giorgio de Chirico, The terrible games, 1925 44

Fonte: <https://www.wikiart.org/en/giorgio-de-chirico/the-terrible-games-1925> (Consultado em maio de 2021)

**Figura 23** - Bairro da Horta Nova antes do Realojamento, à esquerda - Foto do Gabinete Urbanismo – CML 47

Fonte: Rodrigues, 2003, p.93

**Figura 24** - Bairro da Horta Nova atualmente, em baixo 47

Fonte: <https://www.jf-carnide.pt/freguesia/a-freguesia/galeria-de-imagens/Bairro-Horta-Nova> (Consultado a junho de 2021)

**Figura 25** - Testemunho do isolamento da população existente atualmente, à direita 47

Fonte: Rodrigues, 2003, p.94

**Figura 26** - Peter Barber - One Year 365 Cities – manifesto 50

Fonte: <https://www.architectural-review.com/buildings/retrospective-peter-barber> (Consultado em junho de 2021)

**Figura 27** - Bairro da Boa Hora – Ajuda (1934) 52

Fonte: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/1413?lang=en> (Consultado em setembro de 2021)

**Figura 28** - Bairro de Alvalade (1953) 53

Fonte: <https://www.jf-alvalade.pt/alvalade/historia/> (Consultado em setembro de 2021)

**Figura 29** - Bairro da Bouça - Álvaro Siza (1973) – Programa SAAL 55

Fonte: <https://wsimag.com/pt/arquitetura-e-design/26743-do-compromisso-social-do-arquitecto> (Consultado em setembro de 2021)

**Figura 30** - Imagem do documentário «As Operações SAAL» que demonstra o envolvimento da população no desenvolvimento dos projetos de habitação social à época 60

Fonte: [https://www.snpcultura.org/vol\\_operacoes\\_saal\\_um\\_dos\\_mais\\_importantes\\_documentarios\\_portugueses.html](https://www.snpcultura.org/vol_operacoes_saal_um_dos_mais_importantes_documentarios_portugueses.html) (Consultado em outubro de 2021)

**Figura 31** - Diagrama/desenho elativo ao Bairro da Malagueira do arquiteto Siza Vieira, um dos projetos pioneiros de habitação social evolutiva em Portugal - (Gomes, 2013) 63

Fonte: Gomes, 2013, p. 1.

**Figura 32** - Modelo evolutivo de Avi Friedman - Next Home – Canadá, 1996 64

Fonte: <https://www.mcgill.ca/architecture/programs/post-professional-master-architecture-retrospective/housing-cultural-landscapes-and-urban-design/affordable-homes-1989-2009>

**Figura 33** - Planta de um dos edifícios do Complexo Habitacional 71

Fonte: <https://www.cca.qc.ca/en/search/details/collection/object/489340> (Consultado em maio de 2021)

**Figura 34** - Composição da Fachada de um dos edifícios do Complexo Habitacional 71

Fonte: <https://docplayer.com.br/60775668-Conjunto-de-van-der-venne-notas-sobre-o-processo-de-projecto-de-alvaro-siza-em-haia.html> (Consultado em maio de 2021)

**Figura 35** - Estrutura Viária e Arruamentos do Bairro 72

Fonte: <https://www.pinterest.pt/spedro297/%C3%A1lvaro-siza-bairro-em-haia-shilderwijk/> (Consultado em maio de 2021)

**Figura 36** - Álvaro Siza Vieira, autor do projeto, no bairro construído 72

Fonte: <https://expresso.pt/sociedade/2017-11-13-Os-vizinhos-de-Siza-vao-para-o-CCB> (Consultado em maio de 2021)

**Figura 37** - Diferentes tipologias e possibilidades evolutivas 73

Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-49523/classicos-da-arquitetura-quinta-da-malagueira-alvaro-siza> (Consultado em junho de 2021)

**Figura 38** - Arruamentos e composição da fachada nos primeiros anos de realojamento 73

Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/761284/comentarios-sobre-o-projeto-quinta-da-malagueira-de-alvaro-siza> (Consultado em junho de 2021)

**Figura 39** - Composição da Fachada depois do processo evolutivo 74

Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-49523/classicos-da-arquitetura-quinta-da-malagueira-alvaro-siza/> (Consultado em junho de 2021)

**Figura 40 - Vista Aérea do Complexo Habitacional da Malagueira** 74

Fonte: <https://espacodearquitetura.com/projetos/bairro-da-malagueira/> (Consultado em junho de 2021)

**Figura 41 - Axonometria do Bairro do Alto do Moinho** 75

Fonte: Coelho, 2016, p.64.

**Figura 42 - Desenho de André Duarte Baptista referente à estrutura do espaço público do bairro** 75

Fonte: <https://andreduartebaptistaarq.blogspot.com/2017/02/visita-de-estudo-dois-em-um-bairro-alto.html> (Consultado em maio de 2021)

**Figura 43 - Habitação na fase inicial de realojamento** 76

Fonte: Coelho, 2016, p.62.

**Figura 44 - Habitação depois do processo evolutivo** 76

Fonte: Coelho, 2016, p.62.

**Figura 45 - Planta de implantação do bairro de Hufeisensiedlung** 77

Fonte: <https://www.zeitlosberlin.com/recommendations/discoveries/horseshoe-estate-in-berlin-britz/> (Consultado em outubro de 2021)

**Figura 46 - Composição da fachada e espaços verdes existentes no edifício principal** 77

Fonte: <https://divisare.com/projects/321806-bruno-taut-martin-wagner-hiepler-brunier-the-hufeisensiedlung> (Consultado em outubro de 2021)

**Figura 47 - Arruamentos e estrutura urbana com passeios largos e espaços verdes** 78

Fonte: <https://divisare.com/projects/321806-bruno-taut-martin-wagner-hiepler-brunier-the-hufeisensiedlung> (Consultado em outubro de 2021)

**Figura 48 - Vista aérea do complexo habitacional** 78

Fonte: <https://www.berlin.de/landesdenkmalamt/welterbe/welterbestaetten/siedlungen-der-berliner-moderne/grosssiedlung-britz-654617.php> (Consultado em outubro de 2021)

**Figura 49 - Planta do interior das habitações** 79

Fonte: <https://plansofarchitecture.tumblr.com/post/103783777382/peter-barber-architects-donnybrook-quarter> (Consultado em setembro de 2021)

**Figura 50 - Composição da fachada** 79

Fonte: <http://www.peterbarberarchitects.com/donnybrook-quarter> (Consultado em setembro de 2021)

**Figura 51 - Vista Aérea do Conjunto Habitacional** 80

Fonte: <http://www.peterbarberarchitects.com/donnybrook-quarter> (Consultado em setembro de 2021)

**Figura 52 - Arruamentos com acesso automóvel condicionado e priorização do trânsito pedonal** 80

Fonte: <http://www.peterbarberarchitects.com/donnybrook-quarter> (Consultado em setembro de 2021)

**Figura 53 - Axonometria das habitações de tipologia quadrada e retangular** 81

Fonte: <https://elarafrizenwalden.tumblr.com/post/643039274946658304/saal-bairro-casal-das-figueiras-social-housing> (Consultado em outubro de 2021)

**Figura 54 - Bairro do Casal das Figueiras quando foi construído** 81

Fonte: <https://elarafrizenwalden.tumblr.com/post/643039274946658304/saal-bairro-casal-das-figueiras-social-housing> (Consultado em outubro de 2021)

**Figura 55 - A "linha" definida na montanha com o projeto de Gonçalo Byrne** 82

Fonte: <https://elarafrizenwalden.tumblr.com/post/643039274946658304/saal-bairro-casal-das-figueiras-social-housing> (Consultado em outubro de 2021)

**Figura 56 - Bairro do Casal das Figueiras atualmente** 82

Fonte: <https://www.goncalobyrnearquitectos.com/casal-das-figueiras-home> (Consultado em outubro de 2021)

**Figura 57 - Planta do interior das habitações que demonstra a forma como as áreas comuns foram organizadas** 83

Fonte: <https://www.beta-architecture.com/96-logements-chalon-sur-saone-lacaton-vassal/>  
(Consultado em outubro de 2021)

**Figura 58** – Perspetiva axonométrica da habitação 83

Fonte: <https://www.beta-architecture.com/96-logements-chalon-sur-saone-lacaton-vassal/>  
(Consultado em outubro de 2021)

**Figura 59** – Fotografia do interior das varandas fechadas 84

Fonte: <https://www.beta-architecture.com/96-logements-chalon-sur-saone-lacaton-vassal/>  
(Consultado em outubro de 2021)

**Figura 60** – Fotografia do complexo habitacional 84

Fonte: <https://archleague.org/event/current-work-lacaton-and-vassal/> (Consultado em outubro de 2021)

**Figura 61** – Corte esquemático. Da autora, sem escala 92

Fonte: Desenho da autora, 2021

**Figura 62** – Diagrama explicativo da conceção da estrutura viária e pedonal 92

Fonte: Desenho da autora, 2021

**Figura 63** – Maquete de estudo do projeto urbano 63

Fonte: Desenho da autora, 2021

**Figura 64** – A rua. Da autora. 94

Fonte: Desenho da autora, 2021

**Figura 65** – Diagrama explicativo da conceção das plantas das habitações e dos espaços exteriores privados, sem escala 96

Fonte: Desenho da autora, 2021

**Figura 66** – Planta da tipologia base 98

Fonte: Desenho da autora, 2021

**Figura 67** – Planta com diferentes possibilidades evolutivas 101

Fonte: Desenho da autora, 2021

**Figura 68** – Planta com diferentes possibilidades evolutivas 102

Fonte: Desenho da autora, 2021

**Figura 69** – Maquete das habitações na sua tipologia base 103

Fonte: Desenho da autora, 2021

**Figura 70** – Maquete das habitações depois da evolução tipológica 104

Fonte: Desenho da autora, 2021

**Figura 71** – Verão – Lacaton & Vassal 106

Fonte: Desenho da autora, 2021

**Figura 72** – Inverno – Lacaton & Vassal 106

Fonte: Desenho da autora, 2021

**Figura 73** – Planta das habitações depois da evolução para as áreas exteriores privadas 107

Fonte: Desenho da autora, 2021

**Figura 74** – Maquete das habitações depois da evolução para as áreas exteriores privadas 108

Fonte: Desenho da autora, 2021

**Figura 75** – Fixação das placas de Aglomerado de Cortiça Expandida à face exterior do suporte do paramento através do sistema ETICS. 110

Fonte: <https://www.amorimcorkinsulation.com/aplicacoes/>

**Figura 76** – Chapa perfilada, de perfil trapezoidal, para aplicação em revestimentos de fachadas e coberturas 110

Fonte: <http://www.ftb.pt/pt/Produtos/Chapas-Perfiladas>

**Figura 77** – A cobertura. Da autora. 111

Fonte: Desenho da autora, 2021

**Figura 78** – A cobertura. Da autora. 112

Fonte: Desenho da autora, 2021

**Figura 79** – Alçado Norte 112

Fonte: Desenho da autora, 2021



# I. Introdução

## ENQUADRAMENTO E OBJETIVOS

O Bairro da Fraternidade, localizado na cidade da Guarda, constitui um dos exemplos de obras realizadas em 1976 pelo Fundo de Fomento da Habitação, com o propósito de alojar 25 famílias retornadas das antigas colónias portuguesas. Com o decorrer do tempo e constante degradação do bairro, estas famílias deslocaram-se para locais com melhores condições, e neste momento, residem no bairro famílias da comunidade cigana que acabaram por se fixar no local. Atualmente, é o bairro mais degradado da cidade e um dos pontos negros da região centro do país. (CMG, 2016)

O bairro da Fraternidade encontra-se junto ao Bairro das Lameirinhas, habitado por pessoas oriundas do meio rural, que se deslocaram para trabalhar em fábricas e no comércio local ou para famílias abastadas da cidade - empresários ou quadros públicos. Aí se fixaram antes de 1974 e até final dos anos 80/90, quando surgiram na cidade novos conjuntos habitacionais. O Bairro das Lameirinhas tem sido alvo de diversas intervenções de regeneração, algumas com cancela técnica e autoria indisputável, onde áreas urbanas projetadas à luz dos novos regulamentos (PDM e outros, que só surgiram a partir dos anos noventa), conflituam com o relativo caos urbanístico e com vivências e hábitos (ainda) rurais.

Considerando que “Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.” (Decreto de Lei n.º 86/1976 - Artigo 65.º Habitação e urbanismo)– torna-se urgente a intervenção no Bairro da Fraternidade, garantindo que o direito fundamental ao acesso a uma habitação condigna não é posto em causa.

Neste momento deparamo-nos com uma realidade inquietante, que tem sido mote para a degradação do bairro e que é motivo de polémica

constante. Dada a centralidade do local e proximidade com importantes equipamentos da cidade - Escola Secundária Afonso de Albuquerque, Centro de Saúde, Lar de Idosos, Infantário, Estádio Municipal, Parque da cidade - é de máxima importância que este seja finalmente intervencionado, quebrando o ciclo contante de estigmatização política que se vem a perpetuar desde o seu aparecimento.

Perante esta condição, torna-se importante solucionar as profundas assimetrias de justiça social e espacial latentes no bairro. A revitalização da estrutura urbana do bairro da Fraternidade e a criação e um novo conjunto habitacional serão o método adotado para o melhoramento da situação, beneficiando a heterogeneidade social e cultural – e consequentemente, a vivência urbana na cidade. A requalificação deste espaço trará ao local uma nova vitalidade, incentivando a qualidade espacial e os hábitos cívicos característicos de uma zona central e geograficamente atrativa. A qualificação do espaço urbano é essencial, não só no sentido de melhoria da qualidade de vida dos habitantes, mas também como elemento criador de uma ligação com a restante cidade, anulando a fronteira física e psicológica entre o coração da cidade e uma área próxima que, não obstante, se entende como suburbana.

Também relativamente à reabilitação do espaço público, pretende-se melhorar as relações de convivência e apropriação do espaço, permitindo uma melhor integração da comunidade, e adequando as relações de vizinhança, até à data, bastante frágeis, o que intensifica a segregação sofrida por esta população.

Neste contexto, o presente documento pretende incorporar a complexidade inerente a este tipo de processos, que trata uma realidade que alia o mau planeamento urbanístico do Bairro das Lameirinhas com as condições precárias do Bairro da Fraternidade, no sentido de melhor servir uma população historicamente marginalizada e descontente com o abandono por parte das entidades competentes. É explorada a participação dos cidadãos

na conceção do espaço construído, a validação de processos de construção que se ajustem à realidade local, e a versatilidade na evolução dos espaços propostos.

A proposta não trata os modelos convencionais de habitação, sendo esta uma intervenção na área em estudo – *in situ* – que explora os princípios de habitação social evolutiva, enquanto instrumento projetual que permite o desenvolvimento de um projeto mais adequado aos moradores, adaptando-se às condições existentes e aos hábitos vivenciais de uma comunidade que luta, há muito tempo, por condições condignas e pelo direito fundamental a uma habitação adequada.

O conceito de habitação flexível e evolutiva será estudado, no que diz respeito à sua aplicação em projetos de habitação social. Existem inúmeros exemplos da sua utilização, que provam que este tipo de adaptabilidade é muito importante quando se fala de uma população com diversas carências económicas, que tendo este tipo de adequação às suas condições, pode garantir qualidade de vida para o futuro. O objetivo é explorar como é que esta tipologia de habitação pode ser benéfica para este contexto específico. Um contexto que está muito longe dos tradicionais bairros periféricos e esquecidos. Estamos a falar de um bairro no centro da cidade, perto de equipamentos fulcrais para toda a população guardence e que também por isso, reclama urgente intervenção.

## **METODOLOGIA**

É importante salientar que sucessivas fases do trabalho foram desenvolvidas simultaneamente e de forma complementar, pois tanto os conceitos e as temáticas desenvolvidas na parte teórica foram aplicados no projeto, como a realidade territorial e intenções de projeto se refletiram no pensamento teórico.

A primeira fase observa uma análise teórica do tema e do local propostos. Esta realizou-se através da recolha e análise de bibliografia específica sobre o enquadramento teórico e a realidade atual do local. Procede-se assim à seleção, recolha e análise bibliografia sobre autores que se debruçaram sobre habitação social, sobre a habitação tradicional portuguesa, sobre a produção de habitação pública no decorrer do Programa do Fundo de Fomento Habitacional, sobre os bairros sociais desse período, sobre a temática da habitação unifamiliar, habitação e modos habitar, para além de uma análise documental que teve por suporte jornais e artigos publicados, para compreender como decorreu o processo de construção do Bairro da Fraternidade.

Constitui-se como essencial a leitura de bibliografia especializada, não só de arquitetura, mas também do ramo das ciências sociais, com aproximações aos âmbitos da sociologia, antropologia e ciência política, dada a necessidade de entendimento das circunstâncias vivenciais da população em questão. A análise de diversos casos de estudo, contribuiu também para a definição do projeto, tendo sido selecionados diversos exemplos que vão de encontro às temáticas estudadas e às soluções projetuais estabelecidas.

De forma a complementar, foi feita uma análise do desenvolvimento do tecido urbano da cidade de Guarda, bem como a análise territorial e histórica. Tanto o projeto elaborado, como outros exemplos de referência,

contribuíram para fundamentar a análise e a metodologia experimental do projeto.

A fase seguinte compreende uma análise da população a realojar. Tendo em conta tratar-se de um projeto de habitação de natureza social, será necessária a adequação das premissas utilizadas aos habitantes em estudo, de forma a responder de forma adequada às suas necessidades. Procedeu-se assim, à observação direta e levantamento de informação, tanto no local como na Câmara Municipal da Guarda, para a obtenção de dados estatísticos e tendências, apurando-se as memórias e vivências em torno do bairro ao longo do tempo; foram elaborados diagnósticos de problemas no bairro; fazendo uma análise profunda dos modos de habitar da população; meios de transporte que têm ao seu dispor (públicos e privados); equipamentos em falta (comércio, serviços, restauração, espaços de lazer, entre outros).

Paralelamente, fez-se um diagnóstico dos problemas existentes nas habitações. Foi necessário proceder ao levantamento da planta atual das casas para a compreensão da relação das tipologias de habitação existentes. Esta etapa foi complementada com a análise das acessibilidades e relação com a envolvente; apropriação dos logradouros; apropriação dos quintais; vivência do espaço público; necessidades do espaço público (pavimento, iluminação, sinalização, etc.).

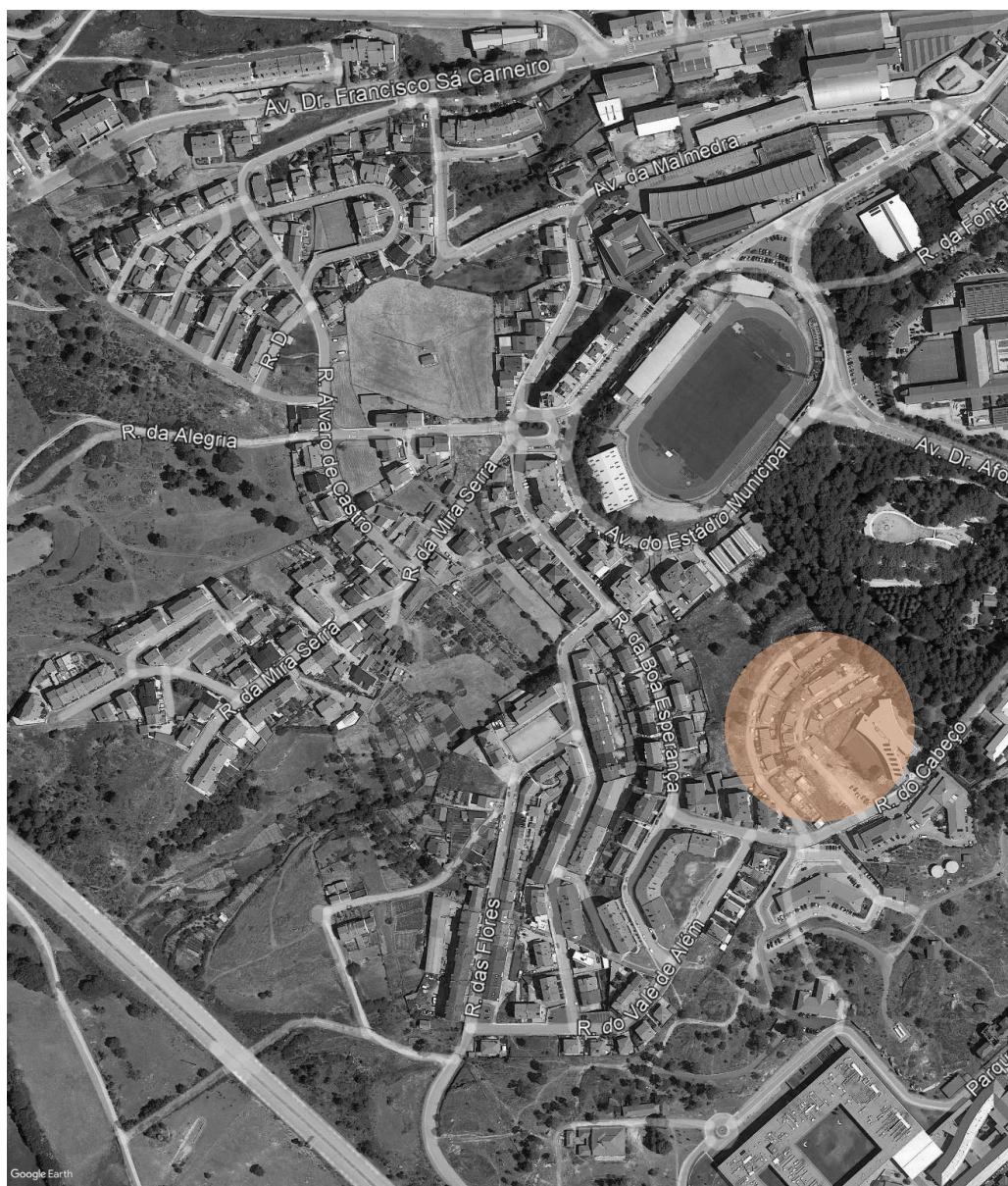
O projeto é composto por duas intervenções: uma intervenção à escala urbana, que responde à circunstancial falta de conexão identificada no território de intervenção, e arquitetónica, que responde aos objetivos estabelecidos no que diz respeito ao conjunto habitacional. Para além da análise e intervenção em diferentes escalas, recorreu-se à utilização de maquetes tridimensionais e diagramas explicativos para a justificação das escolhas projetuais. Partiu-se assim do princípio, de que o enquadramento teórico conjuntamente com o embasamento programático, apresentam dados

suficientes para a aplicação dos conceitos e objetivos estabelecidos para a intervenção prática.

Relativamente à estrutura do Projeto Final de Mestrado, foi pertinente a sua organização em quatro capítulos distintas. O primeiro passa pela análise e descrição do local de intervenção, onde é tratada a escala urbana e habitacional, seguindo com a descrição da população residente. Posteriormente é feito um enquadramento temático onde se realiza uma abordagem teórico-refletiva do tema proposto, levantando questões relativas aos processos de realojamento e à importância do espaço público como mediador social, seguindo com uma análise mais técnica, que é composta por uma nota relativa às políticas de habitação em Portugal e por uma reflexão sobre o tema da habitação evolutiva. Seguidamente, está o capítulo dos casos de estudo, onde são apresentadas diversas referências pertinentes para o desenvolvimento do projeto, que é posteriormente apresentado, no capítulo V, onde está presente a explicação e descrição das decisões projetuais.



## II. O Lugar – Bairro da Fraternidade, Guarda



**Figura 1** - Ortofotomapa de enquadramento do Bairro da Fraternidade



A análise do território em estudo partiu, maioritariamente, de um processo de observação direta e comunicação com a população residente. Não foi possível encontrar muita informação oficial relevante para este PFM, e por essa razão recorreu-se ao contacto com os moradores, de forma a entender a realidade e condições do local, procurando dar-se voz à sua perspetiva. Durante o processo de investigação foram feitas diversas visitas, onde decorreram conversas informais que revelaram grande parte da informação, histórica e atual, presente neste documento.

A informação alusiva aos dados demográficos foi cedida pelo gabinete de ação social da Câmara Municipal da Guarda, que disponibilizou os dados mais recentes relativos ao número de habitantes e à faixa etária dos moradores do bairro

## **2.1.**

### **ENQUADRAMENTO GERAL**

O local de intervenção tem uma área de implantação de aproximadamente 18170m<sup>2</sup> e é adjacente ao Bairro das Lameirinhas da cidade na Guarda. O bairro é composto por duas tipologias de habitação diferentes, uma pequena parte é propriedade da Câmara Municipal e foi construído em 1976, com o apoio do Fundo de Fomento da Habitação (parcialmente demolida ao longo dos últimos anos, inicialmente eram 25 casas, atualmente existem 3), e a maioria das habitações, que foram construídas até final dos anos 70 e são propriedade do IHRU, apesar de se situarem num terreno que é propriedade da Câmara Municipal.

O Bairro da Fraternidade está localizado numa zona central da cidade da Guarda. Está delimitado a norte pelas devolutas Piscinas Municipais, que

se encontram em estado avançado de degradação material, contribuindo também para o cenário de deterioração do bairro. O facto de existir uma acentuada diferença de cotas intensifica também a circunscrição do bairro. A poente encontra-se o Parque Municipal da Guarda, que neste momento representa uma das maiores barreiras entre o bairro e a cidade existente. A sul, o bairro está confinado pela Rua do Cabeço, onde, do outro lado da rua, se encontra o Centro de Saúde das Lameirinhas. A nascente do bairro, encontram-se as traseiras / logradouros dos edifícios presentes na Rua da Boa Esperança. O bairro está próximo do Estádio Municipal, da maior escola secundária do município, de um Centro de Saúde, Lar de Idosos, Infantário e acessível a partir de algumas das principais avenidas da cidade. Torna-se assim evidente a particularidade da situação existente, assim como a necessidade de resolução para os conflitos urbanos que se apresentam.

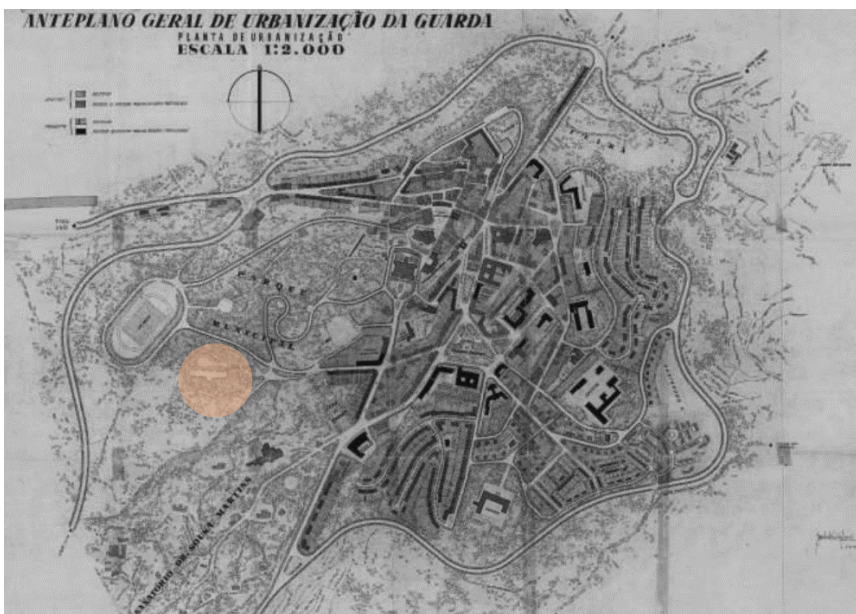


Figura 2 - Anteplano Geral de Urbanização da Guarda, 1949 (CMG)

O que antes eram subúrbios e zonas degradadas da cidade, são hoje zonas privilegiadas e próximas de equipamentos fulcrais. Infelizmente, a degradação patente no bairro acaba por denegrir e desvalorizar o local. Dado o constante crescimento informal do território, o Bairro das Lameirinhas

(adjacente ao Bairro da Fraternidade) acaba por constituir uma estrutura urbana desorganizada, onde é patente a apropriação cultural da população oriunda dos meios rurais que veio trabalhar na cidade – desinformada no que diz respeito à organização espacial de um bairro citadino e onde é observável uma tendência para a apropriação do espaço público com anexos privados às habitações, que se tornam na principal característica dessa apropriação anárquica.

O facto de os novos regulamentos - PDM e outros – terem sido instituídos apenas a partir dos anos noventa, incentivou este fenómeno, não tendo havido suficiente controlo por parte das entidades competentes na materialização desse crescimento da cidade. O que antes dos anos 60 era denominado como quinta/mata das Lameirinhas, transformou-se num bairro, na altura, periférico da cidade. Tal progressão para a periferia causou um marcado esvaziamento do centro histórico e das zonas rurais do concelho. Tudo isto se deveu à falta de um plano de urbanização por parte da Câmara Municipal da Guarda.

Este local não está, assim, associado a uma atividade produtiva, mas constitui-se como dormitório, abrigo ou área residencial popular para as primeiras gerações a ocupar o local, de origem rural, que afluíram à cidade na procura de melhores condições de vida e de trabalho. O Bairro da Fraternidade surgiu, nos anos 70, neste contexto, destinado a alojar uma população proveniente das antigas colónias portuguesas, mas que, no entanto, com o aumento progressivo da sua disponibilidade económica, acabou por procurar melhores condições e sair do local. Hoje, habitam o bairro maioritariamente elementos da comunidade cigana que se fixaram no local, dada a conveniência da conjugação da sua pouca capacidade económica com o baixo custo do arrendamento das habitações degradadas.

Com a intensificação da marginalização social do bairro, este acaba por contribuir para degradar mais o panorama urbanístico desta parte da

cidade. A posterior instalação de diversos equipamentos na sua proximidade torna-se também um dos principais motes para a intervenção no território, pois entende-se necessário conferir-lhes um enquadramento coletivo digno e assim proporcionar condições de acesso e usufruto condignas a todos os cidadãos.

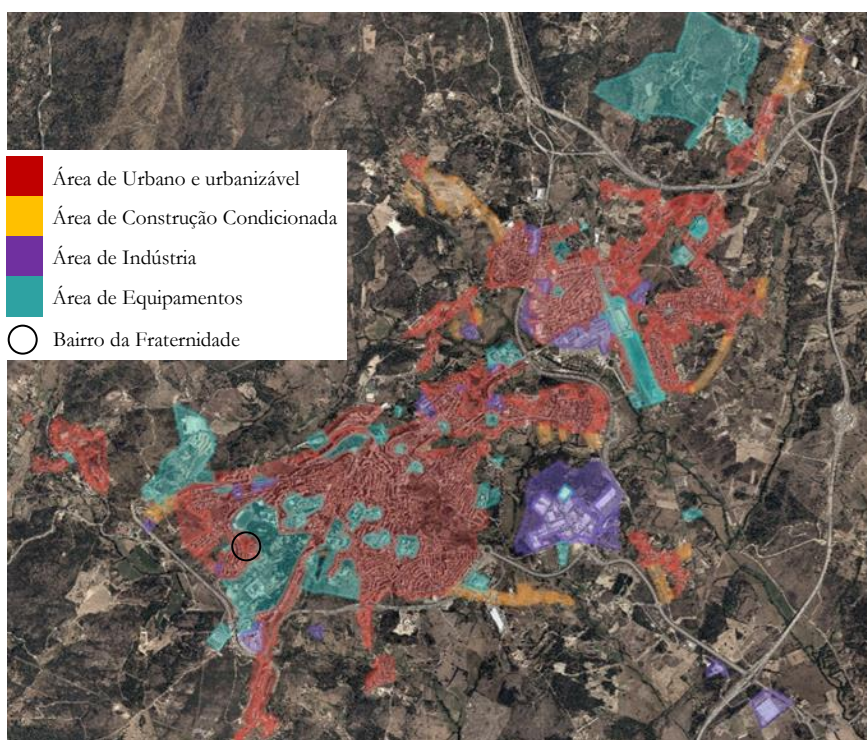
## **2.2.**

### **MORFOLOGIA E COMPOSIÇÃO URBANA DO TERRITÓRIO**

O Bairro da Fraternidade tem diversos problemas estruturais, nomeadamente no que diz respeito à estrutura viária e inserção na morfologia urbana da cidade. Já foi mencionada a proximidade de diversos equipamentos fulcrais para o quotidiano da cidade: o bairro está inserido no que, é hoje, considerada a Área Urbana e Urbanizável da cidade (Figura3), fazendo, no entanto, fronteira com a Área destinada a Equipamentos, da qual fazem parte diversas infraestruturas de carácter desportivo, educativo, social e de saúde. Estas implicam um fluxo constante de pessoas, que reafirmam o local como área atrativa para habitação e reclamam a reabilitação dos locais entretanto descaracterizados.

Como referido, o Bairro da Fraternidade localiza-se em zona central, próxima de algumas das avenidas principais da cidade, como a Av. Alexandre Herculano que liga a rotunda do liceu à R. Soeiro Viegas, a Av. do Estádio Municipal e a Av. Dr. Afonso Costa. Apesar da proximidade com estes eixos importantes da cidade, a estrutura dos arruamentos nas imediações do bairro estão descaracterizados e não têm suficiente definição para suportar a qualidade do equipamento urbano existente, sublinhando-se o carácter

distintivo e a condição de isolamento em relação à restante cidade. O bairro é marcado por barreiras morfológicas significantes, relacionadas com a topografia do território e com os elementos fronteiriços. O facto de os arruamentos do bairro se constituírem como impasses promove o seu isolamento e a frequência dedicada aos habitantes do bairro, sendo que se limitam a garantir acessibilidade às habitações dos residentes.



**Figura 3** - Perímetro Urbano da Guarda constante no PDMG, com classe de espaço urbano e urbanizável (sem escala)

Em relação à caracterização espacial do bairro, não existe qualquer tipo de equipamento urbano inscrito no seu perímetro, intensificando o isolamento do local. As ruas e passeios estão seriamente degradados e existem zonas que não estão pavimentadas. A estrutura viária tem diversas deficiências relativamente à resolução das fronteiras estruturais e a capilar ligação à malha existente determina a segregação de uma zona que, apesar de central, acaba por se perceber isolada em contexto suburbano.

Existem inúmeras queixas por parte da população no que diz respeito à ausência de mobiliário urbano significativo, nomeadamente, com a existência apenas de um caixote do lixo, localizado na entrada do bairro, a servir mais de noventa residentes (este fator faz com que os serviços de recolha de lixo não entrem efetivamente no bairro, percorrendo apenas as ruas nas suas imediações). As lâmpadas dos candeeiros públicos existentes fundiram-se e, até à data da produção deste documento, não foram substituídas, não existindo assim qualquer tipo de iluminação pública no bairro. Para além disso, denuncia-se a insuficiente limpeza da via pública por parte das entidades públicas responsáveis. Em suma e de momento, os moradores parecem condenados à falta de limpeza e manutenção do domínio público do próprio bairro.

Persiste então um conjunto de situações de carência, degradação e insuficiência de algumas das infraestruturas existentes, muitas delas obsoletas, ficando esquecida a manutenção por parte dos serviços municipais encarregados da sua gestão. Mostra-se também clara a necessidade de criação de espaços públicos de convívio suscetíveis de dinamizar a estrutura social e urbana do bairro. Quanto à rede viária e arruamentos constata-se também, que existem inúmeras zonas onde, quer seja pela degradação física dos materiais que constituem os pavimentos, quer pela sua irregularidade, necessitam de intervenções profundas, extensas e abrangentes, que permitam a reabilitação destes pavimentos e que passem a representar uma oportunidade para que sejam adotadas soluções técnicas adequadas à boa gestão e manutenção. É importante salientar, finalmente, que a área de entrada no bairro funciona como parque de estacionamento circunstancial para os equipamentos situados nas imediações – uma residência de estudantes e o centro de saúde das Lameirinhas. (Para imagens complementares consultar Anexo 1).

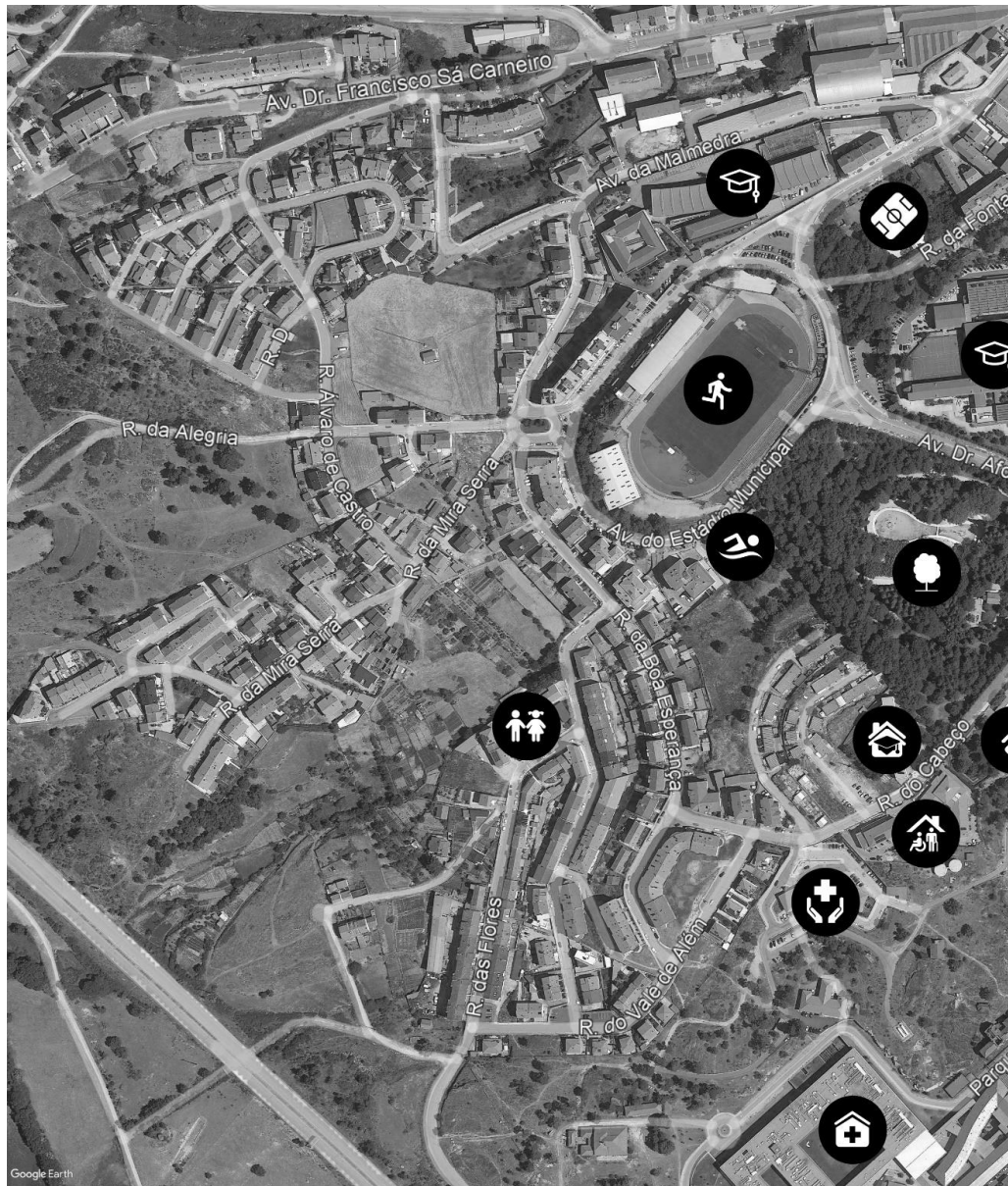


Figura 4 - Ortofotomapa com equipamentos assinalados



-  Residência de Estudantes / Pousada da Juventude
-  Lar de Idosos
-  Escola Básica / Secundária / Profissional
-  Escola Primária
-  Infantário/Creche
-  Estádio Municipal
-  Pavilhão Desportivo
-  Antigas Piscinas Municipais (edifício devoluto)
-  Centro de Saúde
-  Hospital
-  Parque/Jardim
-  Biblioteca Municipal
-  Tribunal
-  Teatro Municipal
-  Câmara Municipal
-  Monumento de Interesse Cultural
-  Cemitério
-  GNR - Comando Territorial

**Figura 5** - Fotografia que demonstra a apropriação espontânea do espaço público no local



**Figura 6** - Fotografia que demonstra a apropriação espontânea do espaço público no local





**Figura 7** - Fotografia do atual acesso principal ao bairro



**Figura 8** - Fotografia que demonstra a apropriação espontânea do espaço público no local

## 2.3.

### **CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO HABITACIONAL**

Como se refere anteriormente, existem duas tipologias de habitação no Bairro da Fraternidade:

As 3 habitações na entrada do bairro, que pertencem à Câmara Municipal, têm aproximadamente 50m<sup>2</sup> e encontram-se em avançado estado de degradação. São elementos pré-fabricados que foram doados pelo Governo holandês em 1976. A estrutura está muito fragilizada, e a cobertura é composta por chapas metálicas que estão pressionadas por grandes pedras e blocos de betão para não se desprenderem da estrutura da casa (dada a intensidade do vento, por vezes sentida no local). Os moradores queixam-se de inúmeras infiltrações e infestações de animais.

Quando se procedeu à demolição das restantes habitações, foram deixados alguns destroços das mesmas, mantendo-se visível a área de implantação e algumas das paredes que não foram completamente demolidas. No que diz respeito aos vãos existentes, estes não garantem conforto térmico ou proteção relativamente às condições adversas. Existem casos onde as janelas estão partidas e a casa está protegida apenas por placas de madeira encostadas aos vãos. (Para imagens complementares consultar Anexo 1).

Nestas moradias vivem os únicos habitantes do bairro não pertencentes à comunidade cigana, fazendo parte do grupo inicial de pessoas retornadas das antigas colónias, então ali alojadas.



**Figura 9** - Ortofotomapa de enquadramento – as três moradias restantes da primeira fase de construção do bairro



**Figura 10** - Uma das moradias restantes da primeira fase de construção do bairro



**Figura 11** - Destroços da demolição das habitações



**Figura 12** - Fachada de uma das moradias

Em relação ao restante edificado, que acolhe a maior parte dos moradores do bairro, mais uma vez se verifica um avançado estado de degradação. Neste caso, a área dos edifícios varia entre os 70 m<sup>2</sup> e os 120m<sup>2</sup>. Para além das condições descritas anteriormente (fragilidade estrutural, infiltrações e infestações), a cobertura dos edifícios contém amianto. Nas traseiras de algumas das habitações foram construídos anexos para responder à pouca área disponível, tomando em consideração as famílias alargadas da comunidade e o número de moradores importante em algumas das casas. Estes elementos surgiram de uma construção informal, não planeada e com recurso a materiais precários, onde existe uma clara apropriação do espaço público e correspondente desregulação da estrutura pública e privada.

O facto de as habitações se encontrarem no final das duas ruas sem saída pertencentes ao bairro promove o sentido de gueto e de isolamento, intensificando a segregação da população residente. É visível a degradação progressiva das casas. A “barreira” que o Parque Municipal representa na atual configuração intensifica esta condição, levando a uma separação total entre o que é a estrutura e equipamentos da cidade e o bairro, circunscrito por sucessivos bloqueios morfológicos.



Figura 13 - Ortofotomapa de enquadramento – moradias pertencentes aos habitantes da comunidade cigana

**Figura 14** - Demonstração da forma de ocupação dos pátios e arruamentos existentes



**Figura 15** – Vista sobre a cidade





**Figura 16** - Anexos construídos pelos habitantes do bairro

## 2.4.

### **CARACTERIZAÇÃO SOCIAL E DEMOGRÁFICA DOS RESIDENTES**

É importante compreender como se desenvolveu a concepção simbólica da comunidade presente no bairro, tanto por parte de elementos externos à comunidade, como enquanto elemento pertencente à mesma. O entendimento das duas partes tem como objetivo a promoção de um processo de integração social, parte fundamental deste projeto final de mestrado. É, portanto, essencial entender, não apenas de que modo se constroem as representações sobre a comunidade cigana em cenários de isolamento demográfico, mas também proceder a uma análise comparativa das especificidades das representações deste espaço-situação em estudo, tratando-se de uma população próxima de grandes equipamentos e da zona central da cidade

As condições existentes no Bairro da Fraternidade são complexas, tanto a nível morfológico como social. As habitações são estruturalmente frágeis e contêm materiais de fraca qualidade, tendo dimensões mínimas, onde, em alguns casos, vivem famílias de 9 pessoas. Estamos assim a falar de uma população do interior do país, descontente e que se sente esquecida, dadas as inúmeras promessas de requalificação do bairro que nunca foram concretizadas. Ao longo dos anos, a pressuposta reabilitação foi repetidamente utilizada como mote de campanha por parte de diversas entidades políticas e no entanto, durante mais de 30 anos de candidaturas a subsídios e programas do Estado, nunca foi consumada. Certo é o fato dos seus habitantes, população desfavorecida e maioritariamente não escolarizada, continuarem a viver em condições miseráveis, acentuando-se no quotidiano a condição de exceção de uma comunidade que vive sobre um

histórico clima de segregação e que, de forma reiterada, é menosprezada pelas entidades competentes.

De acordo com Cohen (1985), as comunidades não existem em si mesmas, isoladas do mundo que as rodeia. Pelo contrário, a sua existência é o resultado de um processo de natureza essencialmente relacional. É através do confronto com a alteridade que se constroem, por distinção e oposição, as identidades sociais (Castro *et al*, 2001). Neste caso, a comunidade cigana existente tem hábitos vivências muito semelhantes aos da população na sua proximidade. Apesar das insuficientes condições habitacionais, que promovem a tentativa de aumento da área habitável para o espaço público, as necessidades e hábitos diários dos residentes não têm diferenciação.

Na maior parte dos cenários de copresença com comunidades não ciganas, este é o panorama descrito: “(...) a proximidade física entre ciganos e não-ciganos nos espaços de copresença é caracterizada pela manutenção de uma distância social que os entrevistados consideram ser “de segurança”. Esta distância surge como a resposta necessária à tensionalidade inerente a este confronto cultural. A conjugação do carácter impositivo da presença do grupo cigano, do seu auto-centramento na apropriação do espaço e do desrespeito pelas normas, transforma a interação com os ciganos em momentos particularmente perturbadores, marcados pelo equilíbrio instável e pela possibilidade de eclosão de conflitos.” (Castro *et al*, 2001, p.83)

Este tipo de cenário leva a uma generalização das características da comunidade, muitas vezes associadas a uma imposição de costumes e segregação voluntária. No entanto, neste caso, quando analisamos a fundo a comunidade, é clara a necessidade de desdobramento destes conceitos. Existe efetivamente um distanciamento entre a comunidade presente no bairro e nos arredores, no entanto, analisando o cenário existente, facilmente entendemos

que o isolamento e segregação presentes, são motivados pelas condições morfológicas e físicas do bairro. O impacto das barreiras existentes é gritante e promove o completo isolamento dos habitantes; existe uma fronteira física em todos os limites do bairro, de diferentes naturezas, mas com consequências drásticas na integração desta comunidade.

Faixas etárias	0 – 14 anos	15 – 24 anos	25 – 64 anos	>65 anos	Total
Nº de habitantes	39	19	29	9	96

**Tabela 1** – Distribuição dos moradores por faixa etária (Fonte: CMG)

De acordo com a tabela 1 podemos constatar que existe um grande número de população jovem, havendo um crescimento de população escolarizada nos últimos anos. Este fator promove o descontentamento dos moradores, pois existem residentes mais informados e em busca de melhores condições de vida. O fenómeno fomenta a insatisfação, tanto por parte dos jovens como dos seus familiares, que são incapazes de lhes proporcionar condições dignas. A presença no bairro reflete a inexistência de condições e possibilidades para o futuro. O clima não promove relações saudáveis de convivência com o “exterior”, fechando a comunidade em si própria.

No bairro da Fraternidade existem 27 agregados familiares e 96 pessoas. É possível observar uma grande discrepância no que diz respeito ao número de pessoas que vive em cada habitação, em alguns casos vive apenas 1 pessoa por moradia, enquanto que, noutros casos, vivem 3 agregados familiares (9 pessoas) numa só casa. Isto influencia obviamente as condições de habitabilidade, tendo em conta que as áreas são reduzidas e as moradias têm apenas um quarto ou dois quartos, havendo, portanto, tendência para

criar anexos às habitações originais, nas traseiras das moradias. A “pegada” deixada é obviamente caótica e marcou irreversivelmente a estrutura do bairro.

A população residente é maioritariamente pertencente à comunidade cigana, existindo apenas 3 agregados familiares de etnia não cigana, que residem nas três habitações que são propriedade da Câmara Municipal. Mesmo em relação a estas habitações existe uma tentativa de separação e não existe qualquer tipo de convivência com a zona mais interior e segregada do bairro. Outro dos motivos que incentiva o isolamento da comunidade é o facto da propagandada vivência comunitária à margem da lei, tendo em conta que o rendimento disponível destas famílias provém da prática da venda ambulante (trabalho visto como não formal) e do Rendimento Social de Inserção.

“Os processos de comunicação desempenham um papel fundamental na criação, reprodução e transformação das representações sociais. Através deles o pensamento desenvolve-se como uma prática performativa, pois implicam a existência de uma audiência perante a qual as palavras e proposições proferidas comportam mais do que o seu significado imediato, reenviando para um universo comum de sentidos múltiplos implícitos. As representações sociais permitem a construção de uma linguagem comum, a partilha de uma rede de significados não expressos e a possibilidade da apreensão de certos elementos que concedem coerência aos discursos e às práticas sociais.” (Castro *et al*, 2001, p. 75). Neste caso, é evidente que existe uma separação forçada em relação ao resto dos habitantes do local e que a população do Bairro da Fraternidade se descobre claramente frustrada e pessimista em relação ao futuro



### III. (Re)Pensar o Bairro





Figura 17 - Desenho Habitado. Helena Almeida, 1976

O planeamento de um projeto de realojamento, especialmente de carácter social, requer uma investigação e abordagem sobre diversas temáticas essenciais, de forma a consolidar a informação e posteriormente aplicá-la de forma pertinente e eficaz. Os conceitos abordados vão de encontro ao enquadramento temático definido: primeiramente será realizada uma investigação sobre processos de realojamento e as suas consequências na vida quotidiana da população envolvida, seguindo com uma análise ao impacto do espaço público no relacionamento entre os habitantes. Posteriormente será efetuada uma breve investigação sobre as políticas de habitação em Portugal, terminando com uma análise acerca do conceito de habitação evolutiva.

### **3.1.**

## **REALOJAMENTO *IN SITU* COMO ESTRATÉGIA**

### **3.1.1. | Processos de Realojamento**

Os processos de realojamento são procedimentos complexos, que têm sido largamente debatidos nos últimos anos. Apesar de existirem diversas políticas higienistas e de realojamento, a sua execução é muito criticada pelas dificuldades burocráticas existentes e especialmente pelo impacto negativo que, em alguns casos, tem na população realojada.

A readaptação da população vai depender de como é conduzido o processo de realojamento, sendo que, por vezes, é esquecido que este “deve contemplar as identidades socioculturais, os modelos de habitação diferenciadamente interiorizados, as redes de relações pré-existentes, os laços de sociabilidade criados, os projetos e estratégias de vida.” (Rodrigues, Esteves, & Rodriguez, 1989, p. 59). O entendimento profundo da população

alvo, é de máxima importância, podendo este, ser o fator decisivo para o sucesso, ou insucesso, do processo de realojamento e a consequente apropriada adaptação dos habitantes.

No caso do Bairro da Fraternidade existe uma clara necessidade de integração da população e da estrutura do bairro, na cidade. O realojamento *in situ* foi escolhido como estratégia a ser utilizada, tanto pela melhoria potencial que poderá representar para a condição social e habitacional da população, como na vantagem implícita em termos de desenvolvimento do centro urbano construído.

Quando falamos desta temática está subjacente uma revalorização das habitações em causa e a melhoria das condições de vida da população. No entanto, em discussões políticas a que temos vindo a assistir em torno desta realidade, existe uma tendência para “(...) generalizá-las em estereótipos de pobreza, degradação e marginalidade e em transformá-las cegamente em objeto de intervenção e limpeza eficaz das manchas de *sujidade e incómodo social* de que são portadoras, sustentando a ideia de realojamento como solução revestida de eficácia e inocuidade.” (Freitas, 1994, p. 147). São apontadas soluções baseadas numa mecanização do processo, muitas vezes referindo-se à população como quantidade abstrata de sujeitos, que fazem parte de um grupo ou estrato social que deve ser tratado como um todo, sem “direito” a ser analisado pelas suas especificidades, mas sim, observado de acordo com relativa vulgaridade.

A ideia de uma solução indiscutivelmente competente é incorreta, pois existem inúmeras premissas que influenciam o processo e que podem transformar-se em obstáculos com consequências devastadores nos modos de vida dos habitantes das cidades.

Enquanto mote para a exemplificação deste fenómeno, serão referidos dois casos paradigmáticos onde as consequências do projeto de

arquitetura de realojamento foram trágicas, a tal ponto de obrigar à demolição dos edifícios projetados, sendo essa então a única solução vislumbrada para resolver os problemas de marginalidade, segregação e degradação geradas.

**Figura 18** -Vista Aérea do Complexo Residencial de Scampìa, à direita

**Figura 19** - Vista Aérea do Complexo Residencial de Pruitt Igoe, à esquerda



O Complexo Residencial de Scampìa foi construído entre 1963 e 1980, com o objetivo de realojar 40000 pessoas provenientes dos bairros mais pobres de Nápoles. O complexo, mais conhecido como *Le Vele* - dada a sua estrutura que, aparenta ser uma vela - transformou-se num símbolo da Camorra, uma organização criminosa italiana aliada à máfia de Nápoles que acabou por dominar o local. O tráfico de drogas e a violência da Camorra concentraram-se no bairro, sendo este considerado, como uma imensa experimentação social do maior *supermercado de drogas* da Europa.

O projeto que tinha como objetivo a melhoria das condições habitacionais e urbanas e a inclusão de grupos populacionais vulneráveis, acabaria por transformar-se em palco de conflitos entre diversos líderes de organizações criminosas, que romperam completamente os laços sociais ambicionados, no momento do projeto, culminando com o assassinato de uma pessoa a cada três dias.

Este é um exemplo de como a arquitetura pode influenciar negativamente o comportamento dos cidadãos ou, pelo menos, como a arquitetura entendida na sua capacidade de suporte vivencial pode ter um

desfecho completamente inverso às expectativas iniciais de planeamento, que parte da premissa de melhorar a vida dos seus futuros ocupantes. Nas palavras do sociólogo Magatti (2007), a camorra é a única organização nas condições de planificar e sustentar a economia do bairro, gerindo um verdadeiro mercado a céu aberto, e ainda enfatiza dizendo que estas relações globais prescindam completamente do contexto urbano napolitano e do quadro institucional italiano, tornando o bairro uma espécie de realidade autónoma, governada por lógicas próprias. O facto de ter sido concebido um projeto realmente capaz de criar uma sociedade paralela, resultante de tanta complexidade, apresenta-se aqui como exemplar do potencial impacto do arquiteto e do planeamento enquanto catalisadores deste tipo de sociabilidade.

No que diz respeito a Pruitt-Igoe, outro exemplo de desmesura para o insucesso de um projeto de habitação social, este apresenta-se ainda à época como representação da falência da experiência moderna na produção da habitação coletiva em grande escala. É uma das mais emblemáticas representações da decadência urbana e social da arquitetura, uma vez que a sua conceção incorpora um conjunto importante de princípios do planeamento moderno, com consequências catastróficas para uma população historicamente marginalizada. Poucos edifícios na história podem reivindicar um legado tão inglório como este.

Esta *coleção*, inicialmente considerada inovadora, de torres residenciais foi concebida para representar um triunfo do projeto arquitetónico racial que pretendia solucionar os *males da pobreza* e das estruturas urbanas tradicionais, em vez disso, duas décadas de turbulência precederam a destruição de todo o complexo em 1973. Mais uma vez, a estrutura urbana e de vizinhança projetada, não foi capaz de responder às especificações e características socioeconómicas existentes, culminando numa acentuação das suas carências que levaram a um clima de marginalidade, violência e degradação do bairro.

Aspirando a máxima eficiência territorial, os projetistas decidiram realojar o maior número de pessoas num único, e extenso complexo, tendo gerado um gueto económico e racial pouco tempo depois da sua inauguração.



Figura 20 - Demolição do Complexo Residencial de Pruitt Igoe, à esquerda



Figura 21 - Demolição do Complexo Residencial de Scampia, à direita



### 3.1.2. | O peso das especificidades sociais e demográficas da população realojada

Na sequência da reflexão exposta anteriormente, parece essencial destacar a relevância que a população realojada tem neste tipo de procedimentos. Na generalidade, estamos a falar de grupos que comportam hábitos de ocupação e vivência do habitat bastante específicos, com expressões complexas, mas também com uma riqueza sociocultural muito grande.

No caso deste Projeto Final de Mestrado, estamos a falar de um realojamento de membros da comunidade cigana, tornando-se indispensável compreender, não apenas, de que maneira se constroem as representações sobre esta comunidade, mas também compreender as especificidades do

território e da população em questão, tendo em conta que estamos a falar de moradores que se encontram no centro da cidade, perto de equipamentos significantes. É fundamental articular um conceito de integração social e urbana para que seja possível quebrar as fronteiras culturais e físicas atualmente existentes. O peso desta especificidade será entendido como mediador maior na construção da ideia de projeto.

“(…) torna-se fundamental identificar as populações e conhecer efetivamente as suas necessidades concretas, atitudes, expectativas, de modo a compreender-se a especificidade das dissonâncias sociais destas populações alvo (…)” (Gonçalves, 1995, p.48).

Uma breve análise sobre alguns casos é suficiente para concluir praticamente inexistente a relação entre as especificidades das dinâmicas sociais das populações alvo, das ações de realojamento e as soluções políticas, técnicas e administrativas, protagonizadas em processos parciais de distribuição de responsabilidades públicas, para resolução do problema habitacional dessas populações.

Neste caso é fundamental compreender e analisar as representações existentes sobre a comunidade cigana em contextos de copresença com não ciganos. Subjacente a este propósito, está a ideia de que o confronto com as fronteiras é apreendido enquanto forma de comportamento alternativo. É essencial compreender não apenas de que modo se constroem as representações sobre a comunidade cigana em cenários de proximidade física, mas também proceder a uma análise comparativa da especificidade das representações neste espaço-situação específico.

“(…) não se tem encontrado qualquer preocupação, no processo de decisão, em estabelecer qualquer relação entre a satisfação das exigências técnicas e materiais de qualidade dos projetos arquitetónicos e urbanísticos e as situações sociais de bem-estar das populações a que se destinam. Regista-

se, pelo contrário, na planificação e elaboração dos projetos, uma subordinação das solicitações, necessidades e aspirações das populações, a um conjunto de soluções abstratas previamente equacionadas pelos técnicos” (Freitas, 1994, p. 151).

São evidentes as consequências da privação de um contexto de suporte social e identitário, importante nos modos de vida destas famílias, assente em relações de sociabilidade bastante intensas, ao introduzir uma redução dos tempos de sociabilidade, ao não criar condições ecológicas para a sua efetivação e desenvolvimento nos novos contextos e ao não proporcionarem qualquer acréscimo significativo na inserção destas famílias na vida urbana, muito pelo contrário, provocando o seu isolamento social e urbano.

“Então não surpreende que muitas famílias encarem como indesejáveis as habitações sociais que lhe são atribuídas, uma vez que estas foram construídas somente para o seu status económico, e não para as suas atividades quotidianas, e que essas habitações tendem a refletir mais do que uma dimensão da sua existência.” (Michelson, 1977, p. 25).

É importante salientar que o desagravo dos problemas habitacionais existentes não acompanha o facto de se poderem potenciar problemas sócio urbanísticos ainda mais graves do que aqueles a que anteriormente se queria fazer face, criando um clima de instabilidade social ainda mais intenso, que leva à degradação precoce dos edifícios, que em alguns casos, atingem graus de insalubridade inaceitáveis, onde a insegurança é proporcional ao aumento do mal-estar social das populações residentes e vizinhas. Assistimos a uma reprodução de uma cultura de pobreza, onde as famílias realojadas não se identificam com a identidade urbanística e social proposta, levando a uma intensificação do clima de descontentamento



Figura 22 - Giorgio de Chirico, The terrible games, 1925

## 3.2.

### ESPAÇO PÚBLICO COMO MEDIADOR SOCIAL

#### 3.2.1. | O impacto da estrutura urbana na estrutura social

A maioria das discussões em torno do tema da habitação de interesse social dá-se especificamente no âmbito do espaço privado, ou seja, da moradia. No entanto, sabe-se que o espaço público é essencial para o desenvolvimento de atividades humanas, como o convívio social e as atividades de lazer. As relações de vizinhança são as formas mais simples de associação humana. Estas relações de trocas interpessoais e culturais são importantes para o desenvolvimento humano. Os princípios contidos no conceito de unidade de vizinhança buscam principalmente a recuperação da vida social local. (Oliveira & Szücs, 2006).

Jean Remy (2015) aponta o espaço público como uma mediação indispensável, onde se formam as concretizações particulares e se exprimem de maneira diferente as estruturas sociais e culturais. Um dos principais reguladores da pesquisa torna-se assim o espaço público, que surge como o palco onde os atores sociais interagem e constroem as representações face aos outros. Maria João Freitas (1994), em *Paradoxos do Realojamento*, assinala o espaço público como um dos suportes essenciais para as práticas e representações sociais existentes, onde são manifestadas as ambiguidades, contradições e heterogeneidades sociais, sendo, no fundo, onde se estabelecem relações concretas entre os atores sociais.

O confronto entre realidades distintas pode ser complexo e a tentativa de integração desta comunidade num contexto tão fragmentado torna-se de grande relevância, pois será o mediador de relações fundamentais,

quer entre elementos pertencentes à comunidade, quer face a elementos externos, amaciando conflitos territoriais e sociais latentes.

Existem diversos exemplos onde se pode verificar que, mesmo respondendo à melhoria das condições habitacionais, as relações de vizinhança com a cidade ficam comprometidas, dada a natureza das soluções urbanísticas e de implantação escolhidas. Estes fatores são fundamentais em projetos de realojamento. Por norma, em casos onde as habitações anteriores são de pequenas dimensões e com pouca qualidade espacial, verifica-se que a subsequente necessidade de prolongamento da mesma para o espaço público acaba por levar à abertura da vida doméstica à vida comunitária (Freitas, 1994). O patamar da casa, imediatamente confinado com a rua, prolonga a vida doméstica, constrangida por espaços vitais exíguos, sem, no entanto, se ter a sensação de estar fora de portas.

Este tipo de ligação com o espaço público deve ser considerado de forma a não quebrar completamente os laços de vizinhança previamente existentes. Há uma importante necessidade de compreensão da vida comunitária desta população. Quebrá-la pode ter consequências substanciais e levar a um rompimento total das relações existentes. A perda deste tipo de sociabilidades e do uso dos espaços secundários pode levar ao aparecimento de novos fenómenos de isolamento e marginalidade, tendo em conta que as relações de vizinhança se tornam impessoais e praticamente nulas. Estes casos perpetuam problemas de inserção e promoção no contexto e estrutura social, assim como desencadeiam a emergência de outros problemas sociais que se prendem com os fenómenos de isolamento social e quebra de laços comunitários fundamentais para o equilíbrio identitário psicossocial destas populações.

“O que é possível observar é que a dimensão funcional de extensão do espaço doméstico deixa de ter tanto sentido em situação de realojamento destas famílias, no pressuposto de que as novas condições habitacionais

suprimem as carências que a implicavam. Porém, a sua dimensão simbólica e de suporte de sociabilidades também se perde, sem que seja acompanhada por uma evidente perda das necessidades que as suportavam nos antigos cenários residenciais.” (Freitas, 1994, p. 149).

Nos esforços de promoção de qualidade de vida e bem-estar social na cidade, estes problemas prefiguram-se mesmo de alguma gravidade em termos da vida urbana, porque eventuais efeitos de desestruturação social destas comunidades podem provocar danos irreparáveis, ou pelo menos de difícil gestão e resolução.

É indispensável analisar quais as consequências deste processo a partir de alguns casos de estudo onde se pode verificar a relação direta existente entre ambas as premissas descritas.



**Figura 23** - Bairro da Horta Nova antes do Realojamento, à esquerda - Foto do Gabinete Urbanismo – CML

**Figura 24** - Bairro da Horta Nova atualmente, em baixo

**Figura 25** - Testemunho do isolamento da população existente atualmente, à direita



A vivência de um realojamento como modificação das condições residenciais no sentido de uma melhoria significativa destas, leva frequentemente à interrupção do vínculo dos indivíduos com o seu ambiente socio-físico. Isto provoca um corte no estado de equilíbrio dos indivíduos que requer um processo de transição e readaptação mais ou menos moroso. (Almeida & Castro, 2002).

O bairro da Horta Nova situa-se na zona Norte de Telheiras, em Lisboa e a sua construção e o processo de realojamento integrados no PIMP decorreram em duas fases, entre 1988 e 1992. Mais uma vez, apesar do claro melhoramento da situação habitacional, a organização do espaço público acabou por ter consequências perniciosas no que diz respeito à interação entre os seus moradores. Construiu-se um sentimento de insegurança que conduziu ao fechamento defensivo das famílias, o que provocaria o enfraquecimento da solidariedade interpessoal, acabando igualmente por contribuir para o aumento da perceção de insegurança. (Rodrigues, 2003).

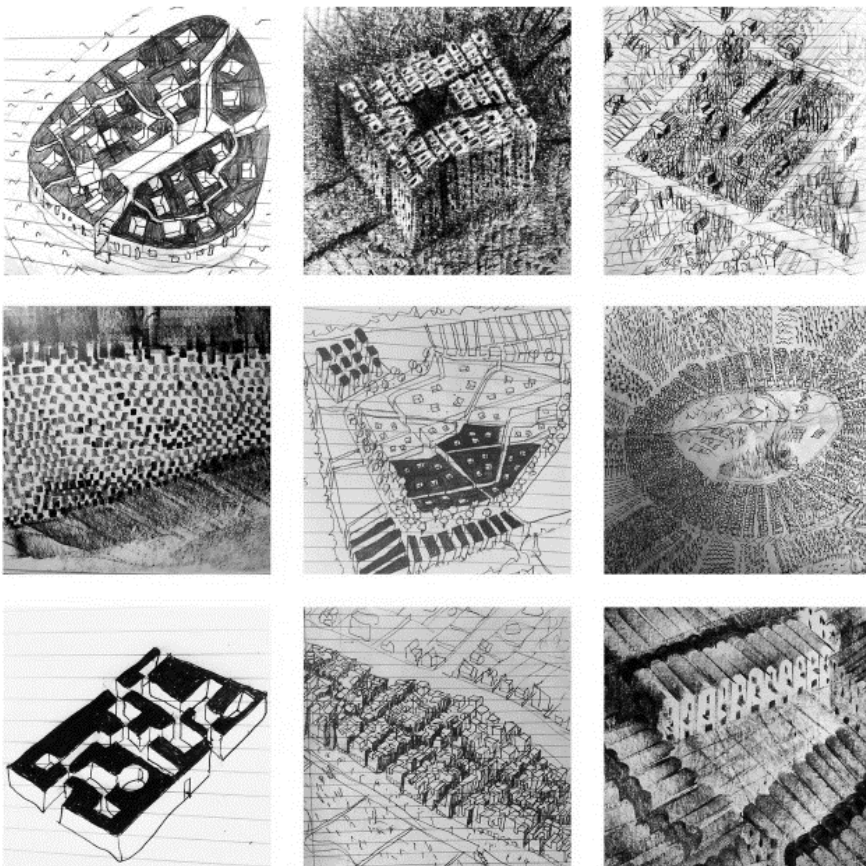
O facto de terem sido criadas diferentes categorias tipológicas acabou por criar uma hierarquização do território que se refletiu no espaço público e na forma como os moradores interagem entre si – “As estratégias de distinção abarcam ainda atitudes de evitamento relacional em que o propósito é não ser confundido ou assimilado às categorias mais desprestigiadas do bairro. Estas atitudes reforçam a tendência para o isolamento familiar e para o esvaziamento das relações interpessoais ao nível local.” (Rodrigues, 2003, p. 98).

Podemos concluir que os efeitos descritos decorrem do acesso às novas condições residenciais, mas, ao nível explicativo, esses efeitos só podem ser compreendidos a partir de dois elementos base: a estrutura social e a estrutura urbana existente. Os dois fenómenos interagiram sob a forma de um círculo vicioso, contribuindo para o descontentamento da população.

Numa perspetiva mais técnica e segundo José Manuel Catarino (2019) – Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) – a governança das operações de reabilitação urbana deve considerar as seguintes fases:

- Identificação dos atores;
- Caracterização do contexto de atuação de cada ator e das relações entre atores;
- Conceção e implementação de estratégias de informação e comunicação;
- Organização e dinamização da participação pública alargada;
- Construção de ligações e vínculos entre moradores e entre estes e os outros atores;
- Apuramento e avaliação permanente de resultados e sua tradução operacional.

Um processo desta natureza terá, sem exceção, múltiplas condicionantes que não poderão integrar um quadro técnico desta natureza. No entanto, os diversos casos existentes e os estudos feitos na área provam a clara importância do estudo da estrutura social do local, como condição para que um projeto de realojamento seja bem-sucedido.



**Figura 26** - Peter Barber - One Year 365 Cities – manifesto

“We think that space conditions, and in turn is conditioned by, society and culture and that architecture can create the potential for social action and activity.”

Ilustrações de Pietro Cataudella

### **3.3.**

#### **BREVE NOTA SOBRE AS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO EM PORTUGAL**

De forma a combater a carência e as desigualdades existentes no que diz respeito à habitação em Portugal, ao longo dos anos foram criados diversos programas e iniciativas para garantir o direito de acesso a uma habitação condigna. Em análise às políticas de habitação das últimas décadas, conclui-se que existiram três períodos cruciais: até meados dos anos 60, de 1965 a 1974, e depois de 1974.

Como consequência da crise que surgiu em Portugal depois da Primeira Guerra Mundial, surgiu a primeira medida legislativa para a construção de “casas económicas” que tinha como objetivo solucionar as condições precárias maioritariamente vividas na classe proletária. A legislação à data promovia a construção de moradias unifamiliares e deu origem à construção de bairros como o Bairro da Boa Hora (Ajuda) e o Bairro do Arco do Cego (primeiro bairro social operário na cidade de Lisboa, com obra concluída em 1935).

Em 1933 (depois da mudança para o regime do Estado Novo), foi criado pelo governo português, o programa de Casas Económicas, sendo considerada a primeira tentativa de resolver os problemas de habitação para todas as classes de trabalhadores precários. Localizavam-se na periferia das cidades, embora ainda dentro da sua área administrativa, espaços segregados, mas tendo a preocupação de se situarem próximo dos locais de trabalho ou existirem acesso a meios de transporte. Os destinatários das casas agrupavam-se em duas categorias em que cada uma delas era formada por três tipologias de casas diferentes, destinadas a estruturas familiares distintas. No entanto, o programa deixou de fora muitos trabalhadores, por estes não estarem

inscritos nos sindicatos. O programa esteve em curso entre 1934 e 1967 e durante os seus 33 anos de existência, construíram-se apenas cerca de 13500 habitações neste regime, o que dá uma média de 400 fogos por ano.



**Figura 27** - Bairro da Boa Hora – Ajuda (1934)

Em 1938 foi criado o programa de Casas Desmontáveis, uma solução mais barata para alojar a população mais carenciada sem acesso ao programa das casas económicas e tendo também, como objetivo, erradicar os bairros de barracas existentes. O programa, mais uma vez não foi bem-sucedido, considerando que as infraestruturas construídas, comprometiam muitas vezes os planos urbanísticos existentes e tendo em conta que se tratava de uma construção altamente precária, aumentando, em alguns casos, os problemas sociais existentes, contribuiu assim para o descrédito do mesmo. (Agarez, 2018).

Com o objetivo de substituir o programa referido anteriormente, foi criado o programa Casas de Rendas Económicas, em 1945, com a expectativa de que, com rendas compatíveis com os rendimentos mensais do agregado

familiar, se conseguiria resolver o problema de falta de habitação. O carácter provisório do arrendamento mantém-se, contudo, as condições construtivas melhoram e o programa passa a ter efeito em todo o país, ao contrário dos anteriores. Neste programa estiveram envolvidas entidade privadas, instituições de previdência e arrendatários de classe média e média baixa, estando presente uma perspectiva lucrativa que promovia a construção de edifícios coletivos em altura, sem restrições de pisos. Foi assim possível a construção do bairro de Alvalade, considerado inovador e significativo para o problema da habitação no país. (Agarez, 2018).



Figura 28 - Bairro de Alvalade (1953)

Em 1959 surgiu o Plano de Construção de Habitações de renda acessível na cidade de Lisboa, em resposta a uma continuada crise habitacional na década de 50. A legislação permitia à CML, criar um “serviço técnico de carácter eventual”, a partir do qual surgiu o Gabinete Técnico de Habitação (GTH), sendo assim possível a realização de grandes projetos como Olivais Norte e Sul e também o plano de Chelas.

As políticas de habitação nas décadas de 60 e 70 recaíram, sobretudo na erradicação de bairros de génese ilegal. Em 1969, surgiu o Fundo de Fomento da Habitação (FFH), “a que são cometidas todas as atribuições do Ministério das obras Públicas em matéria de habitação, (centralizando) num único organismo a prossecução de diversas medidas de política habitacional estabelecidas legalmente e que, algumas vezes, vinham a não ser aproveitadas em todo o seu alcance.” (Gonçalves, 1972, p. 318). A organização, pretendia resolver o problema habitacional, e ao mesmo tempo promover a cooperação com o sector da construção civil, de modo a garantir uma verdadeira industrialização do processo, com a finalidade de coordenar e de planificar a elaboração de planos de urbanização bem como a sua execução. Este foi o organismo responsável pela construção do Bairro da Fraternidade, em estudo neste documento.

Na política habitacional do pós-25 de Abril, dada a instabilidade política, militar e social, existiu um grande reforço da intervenção do Estado, quer em termos do direito da produção habitacional, quer no domínio da política urbanística e de solos. Das medidas adotadas nesse período destacam-se: a criação do programa SAAL; das Cooperativas de Habitação Económica; o reforço dos programas de habitação social e o apoio técnico e financeiro às autarquias através de um programa de habitações a custos controlados. Destas salienta-se, pela sua importância e pela sua exemplaridade em relação aos dilemas e tensões que marcaram este período revolucionário, a operação SAAL - Serviço Ambulatório de Apoio Local.

Como refere José António Bandeirinha: “O objetivo do decreto era a constituição de brigada técnicas pluridisciplinares de apoio às populações carenciadas que, a partir de estruturas autóctones de organização, procurassem resolver os seus problemas habitacionais, coadjuvadas com uma estrutura de apoio económico gerido a partir do desenvolvimento com as populações dos planos urbanísticos, de infraestruturas e organização, dar

apoio à constituição das estruturas organizativas das populações, projetar as novas estruturas habitacionais e coordenar o processo de construção” (Costa, 2014, p. 28)

Apesar do sucesso de algumas das intervenções, os problemas burocráticos e financeiros persistiam e foram agravados pela crise económica de 1977 e consequente intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI). O Estado fica limitado e a sua ação orienta-se preferencialmente para o apoio ao investimento dos setores privado e cooperativo, consagrando-se, em termos gerais uma transferência progressiva das responsabilidades com a promoção e o acesso à habitação para a administração local, para as cooperativas de habitação e para o próprio sistema de crédito bancário (Pereira, 2011).



**Figura 29** - Bairro da Bouça - Álvaro Siza (1973) – Programa SAAL

A partir de 1981 a responsabilidade de alojamento de famílias mais carenciadas passa a ser atribuída aos municípios que, passaram a promover ações neste sentido. O FFH é extinto e, já no fim da década de 80, é criado o

Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) que promove políticas diferenciadas de acordo com os diversos grupos sociais. Ao aderir à Comunidade Económica Europeia em 1986, são também desenvolvidas novas políticas sociais e novas instituições do Estado Social. "(...) assumida a habitação como um direito, as políticas de habitação não se podem desarticular das políticas sociais tanto mais que por ela passa o combate à exclusão social e à pobreza" (Mendes, 1997, p. 75).

A partir de meados dos anos 90, a promoção da habitação passa a reger-se pelo Programa Especial de Realojamento – PER – estabelecido nas Áreas Metropolitanas do Porto e Lisboa, tentando resolver de forma mais eficaz os problemas de habitação.

Certo é que, para além da privação de uma habitação digna, os territórios habitacionais destinados a pessoas com baixo poder socioeconómico, tais como os bairros de habitação social, passaram a ter uma imagem negativa construída socialmente, o que reforça a importância da constante reflexão sobre estas questões. Assim, atualmente, foram adotados programas para a reabilitação dos bairros e zonas degradadas das cidades, como o PROHABITA (Programa de Financiamento para Acesso à Habitação).



(...)

Só as casas explicam que exista

uma palavra como intimidade

Sem casas não haveria ruas

as ruas onde passamos pelos outros

mas passamos principalmente por nós

Na casa nasci e hei-de morrer

na casa sofri convivi amei

na casa atravessei as estações

Respirei – ó vida simples problema de respiração

Oh as casas as casas as casas

Ruy Belo, 1973

### 3.4.

#### **HABITAÇÃO EVOLUTIVA ENQUANTO PROPOSTA**

“(…) repensar conceptualmente a habitação, incorporando a ideia de habitação como processo, como sistema aberto e vivo, que deve poder evoluir e adaptar-se a grupos familiares, também vivos e diversos, em oposição à ideia construída da habitação como produto acabado e cristalizado” (Guglielmotti, 2002, p.10).

A conceção tradicional de casa está a sofrer alterações devido à evolução dos processos construtivos e à mudança de mentalidades por parte da população. Existe uma necessidade de adaptação ao presente, criando-se modelos de habitação que possam responder às constantes mudanças físicas e socioeconómicas que nos rodeiam. Aplicar um modelo de habitação evolutiva em projetos de habitação social permite, em tese, uma adequação constante das habitações às características dos seus ocupantes, permitindo que esta evolua consoante as suas necessidades e capacidade económica.

A composição do tecido social está também em mudança permanente, com famílias sucessivamente alteradas e reconstituídas, com ou sem filhos, e todas as tipologias vão estar carenciadas de um tipo de habitação adequada, tanto a nível social como económico.

É essencial, na perspetiva do projeto, ter em consideração que este tipo de adaptabilidade resulta complexa, pois deverá ser conciliada a forma de responder às necessidades dos moradores sem comprometer a delimitação para o espaço público e a coerência da estrutura urbana existente. Neste caso, estaremos a falar de um projeto de realojamento de elementos da comunidade cigana, havendo assim um historial de apropriação e alargamento das habitações para o espaço público, tornando-se fundamental estudar vertentes

e possibilidades evolutivas, de forma a responder acertadamente aos condicionalismos envolvidos.

“(…)só estes tipos de aglomeração de geração espontânea tinham a flexibilidade suficiente para se moldarem à previsível evolução socioeconómica dos habitantes, e condenava sempre a rigidez “arquitetónica” dos conjuntos habitacionais de promoção pública ou centralizada, que remetiam os moradores para uma extrema dificuldade de metamorfosear os espaços, encerrados enquanto obra concluída, alheando-os dos sentidos mais íntimos de transformação e pertença.” (Bandeirinha, 2007, p. 46).



**Figura 30** - Imagem do documentário «As Operações SAAL» que demonstra o envolvimento da população no desenvolvimento dos projetos de habitação social à época

As modificações que o ser humano experiencia, tanto a nível pessoal, social, cultural ou económico, serão sempre consideradas condicionantes à habitação. A constante evolução torna-se premissa para o entendimento dos problemas apresentados no âmbito do projeto da habitação. À medida que evolui, o morador procura convergência com a casa que habita, adaptando-a às suas necessidades e exigências. Esta não pode ser vista como dispositivo estático condicionador da vida dos utentes, mas na medida do possível,

caucionar a adaptabilidade dos espaços, permitindo a mudança e a reconstrução demonstrativa de diferentes singularidades.

“O habitante (...) é quem há-de definir a sua própria vida dentro de casa, a fim de aí formar um lar. Na criação de construção de qualquer espaço doméstico (...)devemos realçar que o objetivo, a essência final de toda a orquestração de experiências e esforço é o futuro habitante. Porém, o habitante é não apenas o destinatário final, mas também, e acima de tudo, aquele que tomará posse da casa, manipulando-a e utilizando-a, por forma a adequá-la ao seu modo de vida e a dotar de significado.” (Galfetti, 1999, p. 8).

### 3.4.1. | Princípios de evolução habitacional

#### - Evolução por agregação

A evolução por extensão é a forma mais simples e adequada aos edifícios unifamiliares, assim como, a mais usada no processo de evolução. Consiste num procedimento faseado que pode partir de um lote infraestruturado ou um módulo habitacional inicial.

Segundo António Baptista Coelho e António Reis Cabrita, “a evolução por extensão pode concretizar-se por: articulações entre volumes “discretos” – núcleo inicial e extensões várias; variações volumétricas em espaços modulados; junções de volumes complementares ao núcleo inicial; e desenvolvimento posterior – encerramento, acabamento e ocupação – de estruturas realizadas quando da criação do núcleo inicial.” (Coelho & Cabrita, 2009, p. 222).

Neste tipo de evolução, deve ser estabelecido um projeto bem estruturado de forma a prever as possíveis expansões, para não comprometer o edificado a nível volumétrico e estético. Assim, deve ser definido um conjunto de regras pré-estipuladas para controlar as futuras evoluções.

A evolução por extensão é possível de forma vertical e horizontal. Para uma expansão vertical, é necessário no início do projeto, ter em conta o sobredimensionamento da estrutura do edificado. A forma e localização dos acessos verticais devem ser planeadas, facilitando a evolução. Desta forma, cabe estudar projetos que exploram alternativas para que a habitação possa evoluir por expansão sem comprometer a estrutura inicial.

Para uma expansão horizontal, deve ter-se em conta a disponibilização de “espaços abertos”, supletivos, procurando através de variadas formas possíveis no projeto, aquelas que possibilitam uma melhor

adequação tanto a nível funcional como estético. Assim, também a distribuição e acesso às futuras expansões devem ser feitos através da circulação existente, sendo desde início predeterminadas as condições para que tal possa vir a ocorrer.

De acordo com os autores António Baptista Coelho e António Reis Cabrita, a evolução por extensão é, na sua maioria, vantajosa. A evolução por extensão para além de se adequar a edifícios unifamiliares, vai permitir a existência de “espaço à medida dos recursos” e é uma resposta eficaz à “grande diversidade de modos de vida e de exigências habitacionais imediatas e graduais”. (Coelho & Cabrita, 2009, p. 224)

O modelo económico de custos controlados estabelece premissas que permitem gerir de uma forma muito diferenciada o destino dos recursos, no que diz respeito a projetos de habitação social. Quando se trata de um modelo de expansão, os processos de extensão da habitação podem ser efetuados via mão-de-obra da própria família (autoconstrução) permitindo baixar os custos de produção inicial.

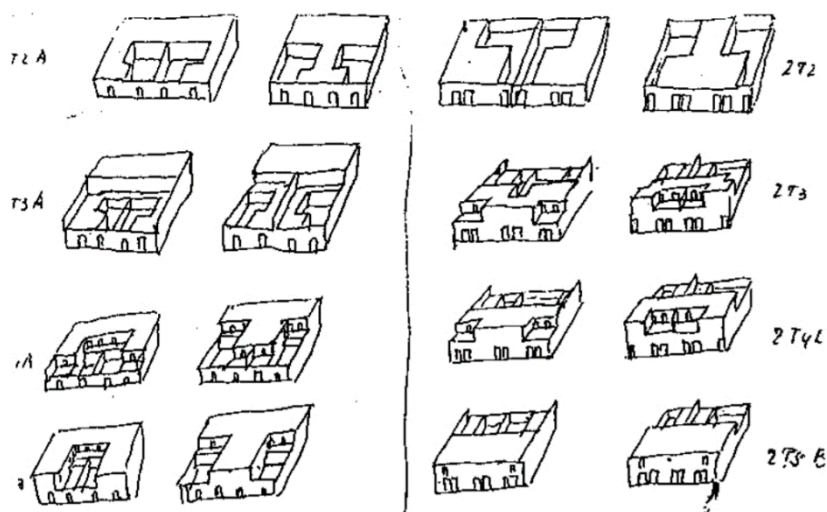


Figura 31 - Diagrama/desenho relativo ao Bairro da Malagueira do arquiteto Siza Vieira, um dos projetos pioneiros de habitação social evolutiva em Portugal (caso de estudo aprofundado na página 91 deste documento) - (Gomes, 2013)

## - Evolução por subdivisão

A subdivisão constitui o inverso do conceito de agregação. Considera-se um núcleo inicial expansível e flexível, sendo que, por implicação, duas unidades que foram agregadas podem vir a ser separadas novamente ou ainda, uma unidade pode vir a ser dividida em duas. Este conceito funciona maioritariamente no sector privado, pois pode funcionar quando falamos de famílias de configuração especial que pretendem ficar numa parte da habitação e conceder outras partes à família ou mesmo arrendá-las. Esta divisão pode ser feita de duas maneiras:

- Uma grande unidade é desenhada para se dividir em duas unidades. Isto, normalmente requer que sejam previstas duas entradas, ainda na fase inicial de projeto.
- Uma grande unidade que pode gerar uma área mais pequena, separada da restante habitação de forma a dar alojamento individual a alguém da família, a ser uma unidade de trabalho ou quartos para arrendar. Nestes casos pode até não ser necessário um acesso completamente separado.



Figura 32 - Modelo evolutivo de Avi Friedman - Next Home – Canadá, 1996

Next Home, projetada em 1996 no Canadá por Avi Friedman é um dos grandes exemplos de inovação e perspectiva progressista no que diz respeito aos modelos de habitação existentes na altura. Foram desenvolvidas estratégias para a redução de custos através da pré-fabricação e da adaptabilidade relativamente à compartimentação do edifício.

Cuidadosamente desenhadas, a circulação vertical, as posições das entradas e os serviços, permitem que os diversos níveis das habitações possam ser agregados ou separados, de diversas maneiras. O modelo proposto previa diferentes usos possíveis para os espaços, garantindo a sua versatilidade. Nesta forma de evolução por divisão, a estratégia de flexibilidade denominada por mutabilidade pode tornar-se bastante significativa, de modo a permitir um processo de divisão expedito e eficaz.

Para além das características referidas, este tipo de evolução habitacional garante a estabilidade e controlo da imagem urbana, tendo em conta que as intervenções são praticadas apenas no interior das habitações, mantendo intacta a imagem exterior do edifício.

### 3.4.2. | Impacto e integração no tecido urbano

Quando falamos de habitação evolutiva considera-se que devem ser criadas condições aceitáveis no que diz respeito ao conforto urbano, que estabeleçam uma boa relação entre as áreas ocupadas e as áreas livres, assim como uma morfologia e associação de fogos que promovam um sentido vizinhança saudável. A adaptação desta tipologia habitacional ao clima urbano pode ser conflituosa, tendo em conta que é passível de um crescimento esteticamente muito variado que apesar de controlado, é suscetível à participação pessoal dos seus moradores.

Segundo Francisco Silva Dias e Nuno Portas, a integração urbana de uma solução como a habitação evolutiva “(...) terá pelo menos duas medidas possíveis: uma de natureza funcional, relativa ao comportamento económico e social da população, outra de natureza visual, ou melhor, espacial, relativa à imagem do bairro e à sua relação morfológica com a cidade” (Dias & Portas, 1972, p. 115).

A tipologia de habitação evolutiva é, muitas vezes classificada como suburbana pela baixa altura e pelas consequências da aleatoriedade da evolução das habitações. Uma das soluções apresentadas é considerar a evolução ao nível urbano, através de faseamentos que assegurem desenvolvimento controlado. O objetivo do faseamento é garantir a vitalização gradual da área intervencionada e a sua qualidade ao longo das diversas fases, definindo a continuidade com a envolvente.

É, assim, de máxima importância, que em todas as fases de evolução seja garantida a coerência geral da linguagem usada, nomeadamente no modo como esta “linguagem” evolui ou melhora, quer a agradabilidade das imagens produzidas, quer o adequado funcionamento unitário e o acabamento da imagem de cada fase.



## IV . Casos de Estudo

O presente capítulo tem como principal objetivo ajudar a antecipar o projeto, adquirindo-se um conjunto de respostas possíveis, em contextos de alguma forma semelhantes. Pretende-se ainda compreender relações programáticas, espaciais, morfológicas e materiais, tendo sempre em conta as proposições prévias manifestadas ao nível das vivências e das dinâmicas sociais. Desta forma é possível fundamentar e comprovar as componentes técnicas essenciais para detalhar a realização do projeto arquitetónico, integrando as intenções desenvolvidas e clarificando formalmente alguns dos gestos incorporados na proposta.

Serão apresentados, ao todo, sete projetos, cada um com as suas especificidades. Apesar de não reunirem um fio condutor único, procuram estabelecer, tanto ao nível programático como formal, soluções de enquadramento, procurando assim constituir-se como amostragem significativa e diversificada. São expostos casos de estudo relacionados com as intenções de conceção dos espaços atendendo às características de uma população específica, casos com maior incidência ao nível do espaço público, casos relacionados com a componente morfológica do local de intervenção, e casos relacionados com os detalhes técnicos do projeto de arquitetura.



#### 4.1.

### **BAIRRO SCHILDERSWIJK WEST – ÁLVARO SIZA VIEIRA Haia, Holanda – 1985/1993**

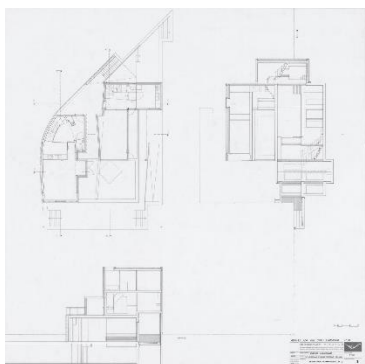


Figura 33 - Planta de um edifício do Complexo Habitacional

Na cidade holandesa de Haia, o arquiteto português Álvaro Siza Vieira realizou diversos projetos no âmbito de um projeto de renovação urbana. Os Planos de Reabilitação da Cidade de Haia datam da segunda metade da década de 1970. Em 1980, Adri Duivesteijn, impulsor do programa de renovação urbana, interessou-se pelo processo participativo utilizado pelo Siza em Portugal para os projetos SAAL e em Berlim para o edifício IBA, sendo por isso convidado para a realização deste projeto.



Figura 34 - Composição da Fachada de um dos edifícios do Complexo Habitacional

Uma das principais peculiaridades do bairro de Schilderswijk, é a composição multiétnica da comunidade, composta por imigrantes da Turquia, Marrocos, Tunísia e Portugal. As tensões culturais entre os residentes tornaram-se uma parte importante do processo participativo. A requalificação urbana teve como objetivo preservar a identidade do bairro, tendo em consideração o seu impacto nas comunidades multiétnicas. Os edifícios projetados constituem um desenvolvimento de blocos perimetrais com fachadas de tijolo em continuidade com a tradição de construção holandesa. Além disso, elementos locais da arquitetura holandesa, como Haagse Portiek foram integrados no design. - Este pórtico (Figura 33) permitia, através de uma larga escada exterior, aceder a um patamar comum às entradas para os novos apartamentos. Esta integração da arquitetura holandesa seria acompanhada pela criação de tipologias habitacionais flexíveis, passíveis de se adaptar às diferentes vidas familiares, independentemente da origem cultural e religiosa dos seus habitantes.



**Figura 35** - Estrutura Viária e Arruamentos do Bairro



**Figura 36**- Álvaro Siza Vieira, autor do projeto, no bairro construído

## 4.2.

### QUINTA DA MALAGUEIRA - ÁLVARO SIZA VIEIRA Évora, Portugal - 1973

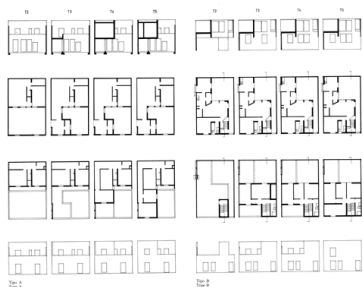


Figura 37 - Diferentes tipologias e possibilidades evolutivas das moradias

O projeto de Álvaro Siza Vieira para a Malagueira foi desenvolvido para refundar o assentamento de uma comunidade na periferia de Évora, totalizando 1200 habitações, construídas num período de 20 anos aproximadamente. A matriz morfológica da Quinta da Malagueira concebe-se a partir do reconhecimento da malha urbana existente de um dos bairros prévios do local, possibilitando a criação de um padrão de novas ruas organizadas segundo pequenos fragmentos, numa malha genericamente ortogonal, readaptando a estrutura da casa tradicional alentejana.

O projeto foi dividido em vários grupos de habitações, implantados em diferentes ângulos, cujos espaços intersticiais formam espaços públicos, utilizados para usos comunitários, lojas, estacionamento, recreação e a circulação de pedestres. Um dos fatores mais importante e singulares deste projeto é a possibilidade de os fogos evoluírem, o que facilita a adaptabilidade da habitação à evolução natural do agregado familiar. Ambas as tipologias podem evoluir de dois quartos para cinco quartos, aumentando também o número de pisos da habitação, atingindo os dois pisos. Segundo o arquiteto Álvaro Siza Vieira, “o que é interessante (...) na construção de uma cidade é a sua capacidade de transformação, que, até certo ponto, é semelhante ao crescimento de um ser humano. Nasce com certas características e um grau de autonomia, uma estrutura de base que se pode integrar ou opor-se às mudanças da vida.” Álvaro Siza Vieira, citado por Fonseca, (2011, p.125). O plano de urbanização da Quinta da Malagueira, apresentava, assim, dois princípios essenciais: “o uso de referências locais como base para criar uma estrutura duradoura e o entendimento da cidade como um organismo que cresce apoiado nessa estrutura”. (Fonseca, 2011, p.125).



Figura 38 - Arruamentos e composição da fachada nos primeiros anos de realojamento



**Figura 39** - Composição da Fachada depois do processo evolutivo



**Figura 40** - Vista Aérea do Complexo Habitacional da Malagueira

### 4.3.

## **BAIRRO DO ALTO DO MOINHO – FRANCISCO SILVA DIAS**

**Alfragide, Portugal - 1976**

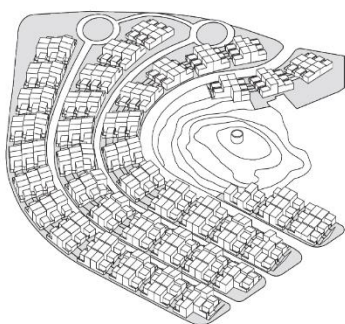


Figura 41 - Axonometria do Bairro do Alto do Moinho



Figura 42 - Desenho de André Duarte Baptista referente à estrutura do espaço público do bairro

O arquiteto Francisco Silva Dias, foi um dos promotores dos novos modelos de habitação, quando projetou o Bairro do Alto do Moinho em Alfragide, Amadora. “A intenção de realojar no Alto do Moinho o maior número de habitantes da Zona de Santas Martas, que viviam em barracas ou outras formas de habitação precária, levou a uma procura, no campo da técnica urbanística, de soluções que permitissem: atingir altas densidades; ajustar-se convenientemente às características morfológicas do terreno; fornecer habitação que pelas características da relação "espaço interior/espaço livre" se aproximasse das formas de vida tradicionais da população a alojar; permitir a criação de uma paisagem urbana e adaptada às condições ecológicas locais; admitir uma eventual construção por fases, remetendo para os seus utentes a dinamização do processo de evolução de acordo com os seus rendimentos.” (Ferreira, 2010, s.p.).

Surgiu assim um bairro que, até aos dias de hoje e depois da permanência de múltiplas gerações, mantém a sua harmonia, com uma população que viu as suas necessidades serem rematadas.

O facto de estarmos perante um local com acentuadas diferenças de cotas promoveu uma solução onde existem diversos atravessamentos pedonais ao longo do bairro que, para além de permitirem a entrada nas habitações, promovem o sentido de bairro e a convivência diária entre os moradores. Este modelo estrutural é essencial para manter o sistema social do bairro, possibilitando não só, a abertura física do bairro através dos diversos eixos, mas também gerando uma estrutura viária e pedonal eficiente.



**Figura 43** - Habitação na fase inicial de realojamento



**Figura 44** - Habitação depois do processo evolutivo

## 4.4

### “HUFEISENSIEDLUNG” – BRUNO TAUT, MARTIN WAGNER

Berlin, Alemanha - 1925/1933

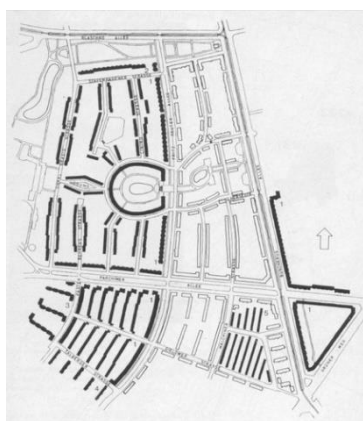


Figura 45 - Planta de implantação do bairro de Hufeisensiedlung



Figura 46 - Composição da fachada e espaços verdes existentes no edifício principal

O conceito de Taut manifesto no edifício em forma de ferradura foi derivado do desejo do autor de atender às necessidades de socialização dos seus habitantes. A sua intenção era a de que os habitantes tivessem contacto com a natureza e desfrutassem do ar puro, da luz e do sol, daí as amplas varandas e janelas que se abriam para a paisagem. Esta construção é historicamente considerada como das primeiras a humanizar as habitações de alta densidade populacional.

Um dos princípios utilizados seria a estética da nova arquitetura moderna, que não reconhece a separação entre a fachada e os pavimentos, entre a rua e os terraços, entre a frente e o fundo. A casa e os seus detalhes não são valorizados em si mesmos, mas fazem parte de um todo. O conceito de isolamento e separação é descartado, passando, em vez disso, a viver-se a relação entre os edifícios, que se convertem num produto derivado de uma disposição coletiva e social.

Em torno do edifício principal, à distância, construíram-se fileiras de casas não simétricas, algumas com telhados de duas águas, outras com cobertura plana, com jardins e áreas de lazer, dando ao local um aspecto de villa, combinando os princípios da cidade-jardim com os elementos urbanos de um grande bloco de casas.

Como referido, o projeto prioriza a relação entre o interior e exterior, desenvolvendo as ligações sociais e o clima de urbanização conjunta e inclusiva, tanto através dos grandes jardins e passeios, como através do sistema de vistas e da configuração dos edifícios.



Figura 47 – Arruamentos e estrutura urbana com passeios largos e espaços verdes



Figura 48 – Vista aérea do complexo habitacional

## 4.5.

### **DONNYBROOK QUARTER - PETER BARBER**

**Londres, Inglaterra - 2006**

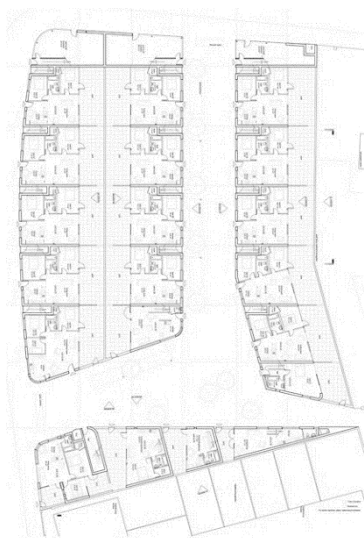


Figura 49 - Planta do interior das habitações

Donnybrook Quarter é um bairro urbano de alta densidade localizado no leste de Londres. Foi considerado um dos projetos de habitação mais inovadores realizados no Reino Unido nas últimas décadas, sendo, até hoje, lembrado como um significativo ponto de viragem na cultura da habitação britânica

O projeto é desenvolvido em torno de duas ruas arborizadas que cruzam o local, criando conexões espaciais muito fortes com os bairros adjacentes e um local acessível para os seus residentes. As ruas têm uma escala íntima, com 7,5m de largura e ladeadas, em cada lado, por edifícios de dois e três pisos. No cruzamento das duas ruas, existe um alargamento da via onde aparece uma praça arborizada.

O projeto atinge uma densidade habitacional muito elevada, no entanto, permanece com apenas dois e três pisos de altura. Cada habitação tem a sua própria porta de entrada e um jardim ou terraço de bom tamanho. No extremo sul do conjunto habitacional, local mais movimentado, os edifícios passam a ter três pisos, com um terraço e lojas a ocupar o piso térreo. Existe, neste projeto uma elevada preocupação com a estrutura urbana do conjunto, privilegiando o sentido de comunidade existente.

Ao longo do complexo, o espaço público é “invadido” pelos residentes de ambos os lados. Varandas e janelas panorâmicas projetam-se sobre a rua, terraços e as numerosas portas da frente criam um sentido de propriedade e a oportunidade de personalização por parte dos moradores (vasos, espreguiçadeiras, cestos suspensos, etc.).



Figura 50 - Composição da fachada



**Figura 51** - Vista Aérea do Conjunto Habitacional



**Figura 52** - Arruamentos com acesso automóvel condicionado e priorização do trânsito pedonal

## 4.6.

### CASAL DAS FIGUEIRAS - GONÇALO BYRNE

Setúbal, Portugal – 1975/1979

O bairro do Casal das Figueiras foi pensado para uma comunidade piscatória que vivia numa zona de difícil construção na zona poente da cidade de Setúbal, num local com um declive muito acentuado. O desafio que o arquiteto do projeto Gonçalo Byrne enfrentou foi o de manter a estrutura de habitação unifamiliar com anexo ou pátio, tipologia que as populações locais pretendiam, fazendo um grande gesto urbano. A proposta foi baseada em dois tipos de habitação (as plantas quadradas e retangulares). Isso superou o problema da inclinação de 36 por cento de uma maneira arquitetonicamente notável, enquanto conseguiu cumprir o principal requisito inerente a qualquer operação SAAL de minimizar custos.

Esta situação e a forte inclinação do terreno com áreas mínimas determinaram o traçado geral das casas unifamiliares geminadas, com os antigos moinhos a definirem uma linha de serra que vista do ponto de vista da Serra da Arrábida se assemelha a uma parede contínua. Do lado do rio, as filas de casas são colocadas perpendiculares às curvas de nível do terreno de forma a otimizar a forte inclinação e a reduzir as escavações por razões económicas, garantindo, ao mesmo tempo, um acesso independente a cada uma das casas, mesmo nos casos em que são sobrepostas.

O projeto do arquiteto Gonçalo Byrne conseguiu responder às necessidades do local, tanto territoriais e morfológicas, como sociais e económicas, implicadas no projeto. Trata-se de um complexo habitacional que promove o sentido de bairro e a integração urbana, mesmo tendo em conta todas as dificuldades enfrentadas ao longo do processo de projeto e construção.

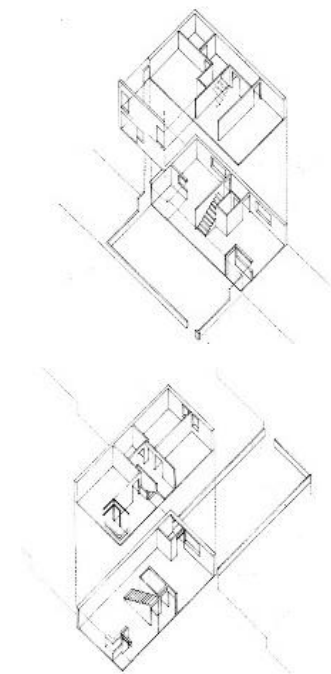


Figura 53 - Axonometria das habitações de tipologia quadrada e retangular



Figura 54 - Bairro do Casal das Figueiras quando foi construído



**Figura 55** - A "linha" definida na montanha com o projeto de Gonçalo Byrne



**Figura 56** - Bairro do Casal das Figueiras atualmente

## 4.7.

### PRÉS-SAINT-JEAN - LACATON & VASSAL

Chalon-sur-Saône, França- 1960

Ao longo das suas carreiras, Anne Lacaton e Jean-Philippe Vassal foram pioneiros em alternativas aos planos urbanos que pediam a demolição de habitações sociais e, em vez disso, ofereceram uma estratégia que mantém o edifício, priorizando as necessidades dos habitantes, o meio ambiente e a comunidade em geral. Um dos métodos para o desenvolvimento destas habitações é o acrescento das áreas exteriores/varandas à habitação dando a possibilidade, de cada habitante ter uma relação com a natureza, junto à sua casa, o que altera o estado e a perceção dos espaços verdes existentes no terreno. Os *jardins de inverno* têm uma fachada exterior em policarbonato transparente que pode ser totalmente aberta. As faces internas possuem caixilharia de alumínio deslizante ao longo de toda a altura e as janelas salientes estão todas equipadas com cortinas térmicas interiores isolantes. O conforto é otimizado através de uma combinação de sistemas "naturais" que permitem uma boa gestão térmica dos espaços:

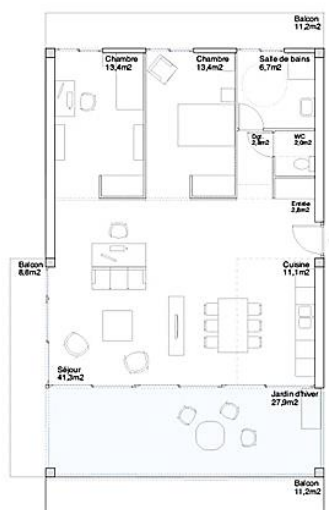


Figura 57 – Planta do interior das habitações que demonstra a forma como as áreas comuns foram organizadas

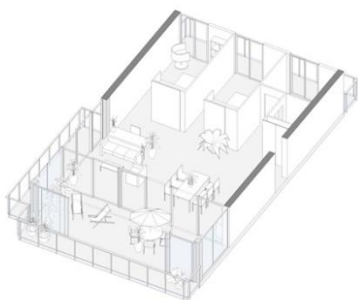


Figura 58 – Perspetiva axonométrica da habitação

- Dupla exposição norte / sul com fachadas inteiramente em vidros duplos,
- Proteção térmica e solar através de cortinas isolantes e refletivas,
- Jardins de inverno que permitem a captação de luz solar,
- Espaços compactos aquecidos e ventilação natural através de amplas aberturas nas fachadas.

O objetivo é fornecer superfícies intermediárias adicionais que ampliem as capacidades de uso, as variedades de espaços e a atmosfera climática. Fazer evoluir a habitação coletiva para os princípios que caracterizam uma casa individual: varandas, acesso quase individual, espaço exterior que prolonga os quartos. (Rivkin & Hereros, 2015).



**Figura 59** – Fotografia do interior das varandas fechadas



**Figura 60** – Fotografia do complexo habitacional



# V • Proposta Projetual: Reintegrar a Comunidade do

Bairro da Fraternidade

O presente capítulo apresenta o projeto de realojamento desenvolvido *in situ*. Para além da componente projetual gráfica, uma memória descritiva procura esclarecer as decisões arquitetónicas tomadas. A proposta vai de encontro às temáticas desenvolvidas nos capítulos anteriores, sendo uma reflexão do conteúdo apresentado e aplicado em decisões projetuais fundamentadas. Será assim realizada uma breve introdução que sustenta os conceitos discutidos e desenvolvidos em seguida os subcapítulos explicativos do projeto. Primeiramente, será abordada a estratégia de intervenção urbana adotada, evidenciando a nova dinâmica de integração e presença do Bairro da Fraternidade, na cidade da Guarda. Posteriormente, será apresentada a proposta arquitetónica das unidades habitacionais, onde estas se descrevem, referenciando-se as questões relativas à organização espacial e à materialidade definida para a sua edificação.

## 5.1

### ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

Tendo em conta a precaridade das edificações existentes, descrita no capítulo II deste documento, é inviabilizada a possibilidade de requalificação das mesmas. A intervenção passa assim pela demolição das habitações existentes e pelo realojamento *in situ* integral da população residente.

Considerando a investigação feita e expressa neste documento, constata-se que os processos de realojamento instigam alterações expressivas na vida dos moradores, contribuindo o modelo habitacional e urbano para influenciar significativamente a forma como a população se adapta, ou não, ao novo contexto. A proposta definida neste projeto tem, assim, em consideração os modelos de apropriação e vivência já estabelecidos pela população residente, de forma a reduzir o impacto do processo de

realojamento e aculturação. A tipologia habitacional escolhida é de 3 pisos com entradas independentes e possibilidade evolutiva e de subdivisão dos compartimentos. A seleção de uma tipologia multi habitacional (coletiva) de baixa altura promove o contacto com as áreas exteriores públicas e espaços verdes, complementado com a opção de anexação da varanda à área útil. O objetivo é a promoção do sentido de comunidade e de bairro, reforçando a interação contante entre os seus habitantes.

O enunciado definido passa pelo desenvolvimento de um projeto que viabilize em simultâneo a escala doméstica e a presença urbana na cidade, através da conjugação do mundo social e de vitalidade pública, com a escala humana e pessoal dos habitantes. No que diz respeito à escala urbana existe uma preocupação significativa com a integração do bairro, e a recriação de eixos que potenciam a continuidade viária com a cidade. Já vimos como o facto de se tratar de um bairro fechado em si próprio contribui para um sentido de isolamento total da comunidade, sendo o contrariar desta premissa a motivação principal para o desenvolvimento de um projeto de inclusão social e urbana.

Considerando a instabilidade e fragilidade das estruturas familiares existentes, a que acrescem limitações financeiras e socioculturais, é desenvolvida uma solução programática que incorpora os conceitos de habitação evolutiva. O objetivo é que o modelo de habitação seja adaptável às condições dos seus habitantes, proporcionando a possibilidade de acrescentar ou subdividir espaços de acordo com a estrutura familiar existente, em cada momento. São apresentadas algumas alternativas possíveis para a organização interna que, no entanto, não esgotam a possibilidade de outras variantes de distribuição funcional, sendo esta uma das particularidades caucionadas pela estrutura espacial proposta.

## 5.2

### REQUALIFICAÇÃO E INTEGRAÇÃO URBANA

No seguimento do raciocínio desenvolvido, e tendo em conta o levantamento efetuado sobre as características físicas e urbanas da área de intervenção, a intenção de realojamento *in situ* da população residente no Bairro da Fraternidade partiu sobretudo do pressuposto de integração e afirmação da presença do bairro, na cidade da Guarda. Como foi referido, o bairro comporta uma série de problemas estruturais que impossibilitam a sua integração na malha urbana e social da cidade, lateralizado em relação às vias periféricas de acesso. O objetivo é que exista uma abertura do bairro à comunidade e uma desconstrução do isolamento social existente, através da criação de novas condições, oportunidades e dinâmicas.

À semelhança do projeto do arquiteto Gonçalo Byrne - o Bairro do Casal das Figueiras - como consequência do relevo topográfico muito acentuado, as novas construções implantam-se de encontro ao declive existente. O projeto passa pela reconstrução e reconfiguração do traçado viário atual, propondo duas capilaridades de atravessamento e de ligação à malha urbana envolvente, que derivam da Rua do Cabeço, seguindo a topografia do território, e que vão ligar ao novo atravessamento proposto, que circunda o parque Municipal no limite Sul. Este novo arruamento deriva da Avenida do Estádio Municipal (limite poente das antigas Piscinas Municipais) e termina na nova proposta de entrada no Parque Municipal, da qual fazem parte um parque de estacionamento e uma nova rampa de acesso.

A proposta de uma nova entrada no Parque Municipal serve como dinamizador e impulsionador da vitalidade do bairro e promove uma acrescida integração social do mesmo, na cidade – sem “traseiras”. Este é também o mote para a criação de diversos atravessamentos pedonais

perpendiculares à encosta, assim como as áreas verdes dispostas ao longo do bairro, potenciando o enquadramento e dinamizando um acesso alternativo ao parque urbano, que até à data, só existia no limite norte e nascente.

No que diz respeito ao limite poente da rua proposta, foi tida em consideração a existência de um equipamento público, que neste momento se encontra devoluto, mas que, contudo, pode vir a servir como fator de dinamização do bairro. É assim sugerida a requalificação do edifício das antigas Piscinas Municipais e a criação de um parque de estacionamento que serve de apoio ao edifício reabilitado, aos moradores do bairro e também aos visitantes do Parque Municipal. O presente trabalho não inclui o desenvolvimento da proposta projetual de requalificação do equipamento, entendida como supletiva ao seu escopo, mas não deixa de sugerir a criação de um novo equipamento de apoio à área desportiva do Estádio Municipal, podendo este materializar-se como ginásio ou um pavilhão, abrindo a possibilidade da prática de diversas modalidades desportivas interiores, que ainda não são praticadas na região por inexistência de equipamento próprio.

Relativamente aos atravessamentos pedonais, e à semelhança do Bairro do Alto do Moinho do arquiteto Francisco Silva Dias, estes servem como elementos de criação de sociabilidades e de ligação às áreas verdes da cidade. O objetivo é a formação de corredores verdes comunitários que facilitem a criação de espaços públicos de “apropriação”. Como foi possível constatar no capítulo II do documento, onde é descrita a composição urbana do local, neste momento não existe qualquer espaço público de convívio no bairro. O objetivo é a reabilitação da rua, de forma que seja possível a existência de zonas de estar e de participação na vida social do bairro, recorrendo-se à configuração de diversas ligações, zonas de estar e atravessamentos ao longo do plano.

“É o estar que possibilita o encontro com o outro, o reconhecimento e o respeito às suas diferenças, a discussão das ideias no sentido que os gregos

deram a isso. É o estar, ainda, que permite a realização da festa, a alegria do namoro, a celebração coletiva da vida humana na sua plenitude. Quem circula está apenas de passagem, tem como destino um outro lugar, não constrói nenhum vínculo maior com o espaço pelo qual se move. Quem vivencia o estar compromete-se com o lugar, dialoga com o vizinho, identifica-se com a paisagem que o envolve, tornando-a parte de si mesmo” (Leitão, 2014, p. 106). Através da reabilitação urbana do interior do quarteirão da Rua da Boa Esperança, que recorre à formação de uma grande mancha verde, e de um corredor com áreas verdes entre as habitações a nascente do bairro, entrevê-se a possibilidade de melhorar a qualidade espacial e comunitária do bairro, envolvendo-o e integrando-o na estrutura verde permeável da cidade. O projeto de Bruno Taut surge aqui também, como referência à cidade jardim e ao carácter social dos espaços público de convívio.

A massa edificada desenvolve-se em patamares, tirando partido da topografia declivosa e potenciando a relação das casas com a paisagem envolvente, que neste contexto se revela de vital importância para os moradores do bairro. Dada a sua altitude e localização geográfica, o território permite a vista sobre o limite poente da cidade da Guarda, descobrindo-se como pano de fundo os territórios do Parque Natural e maciço da Serra da Estrela.

Importa, em último lugar, destacar a configuração das habitações escolhidas. Os edifícios de cêrcea reduzida, com varandas e com entradas independentes, à semelhança do projeto de Peter Barber no Donnybrook Quarter, vão de encontro ao estudo feito no capítulo relativo aos processos de realojamento. O objetivo é evitar o contexto de segregação e marginalização muito comum quando associado a edifícios em altura e com características deficientes relativas à definição do espaço público e privado.

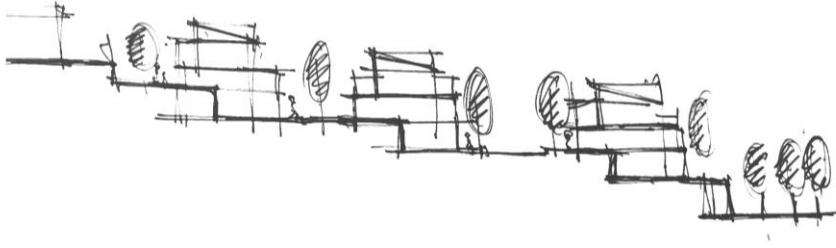


Figura 61 – Corte esquemático. Da autora.

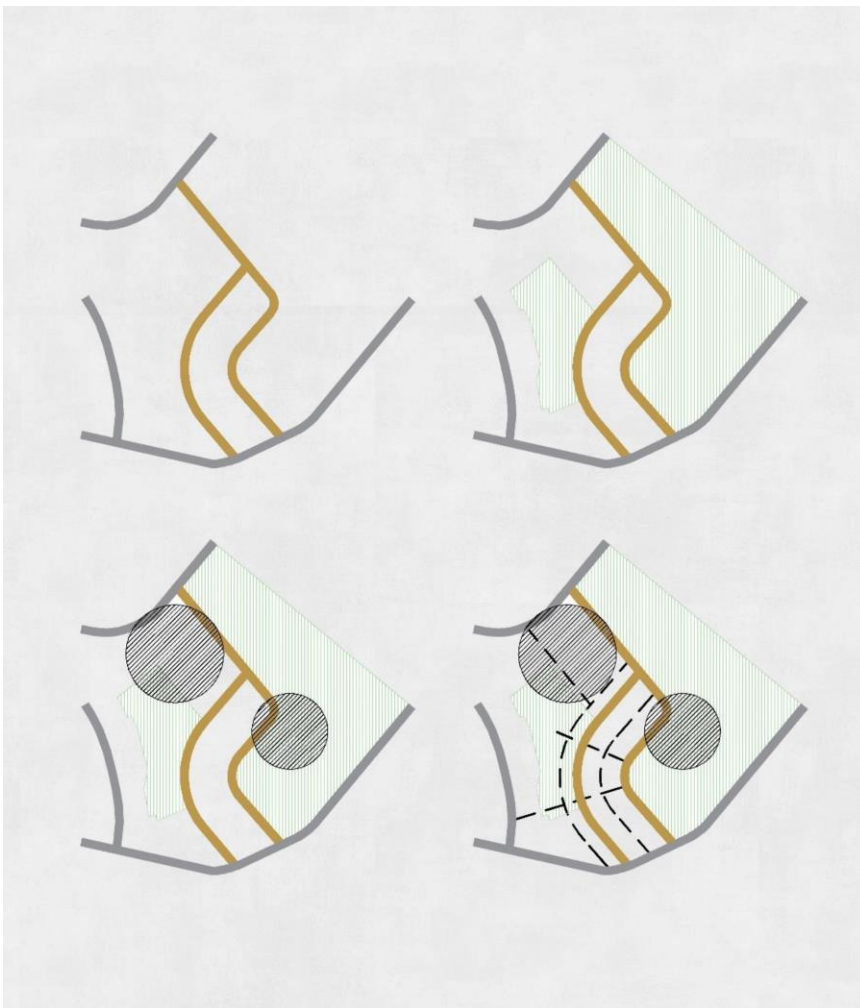
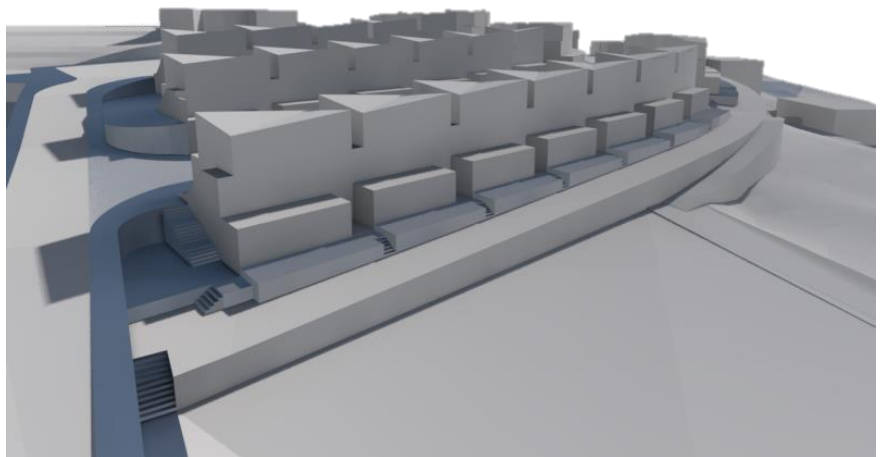


Figura 62 – Diagrama explicativo da conceção da estrutura viária e pedonal do bairro. São identificados os focos de interesse – antigas piscinas municipais e nova entrada no Parque Municipal – que deram origem a esta organização estrutural.



**Figura 63** – Maquete de estudo do projeto urbano



Figura 64 – A rua. Da autora.

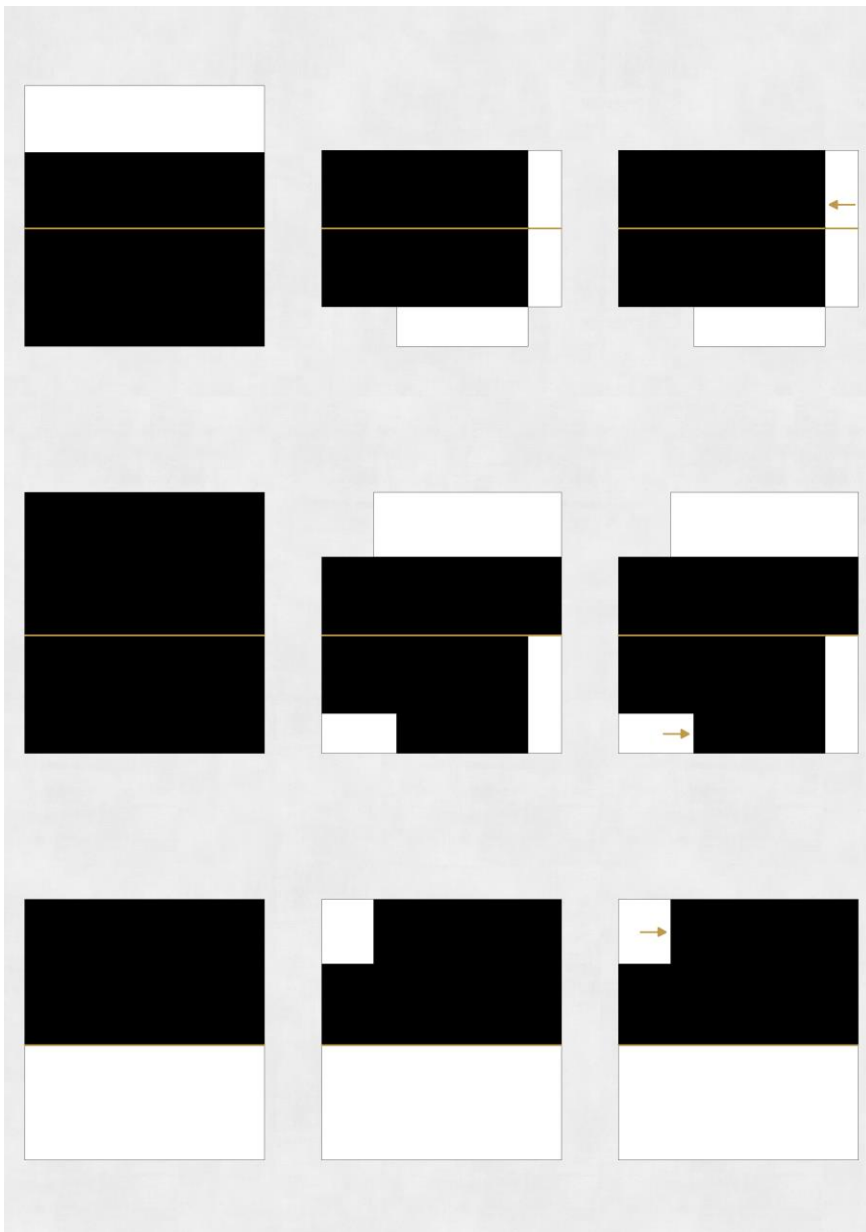
## 5.3

### REQUALIFICAÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL

As unidades residenciais foram desenvolvidas de acordo com os princípios de habitação evolutiva, analisados anteriormente. Esta solução programática é garantida através da possibilidade da recomposição horizontal e vertical dos espaços interiores. O facto de a proposta se desenvolver em patamares permitiu a criação de três tipologias, com entradas independentes. O “jogo” de sobreposição dos diferentes pisos permitiu a conceção dos espaços exteriores privados, permitindo assim desenvolver-se três tipologias com características espaciais distintas ao abrigo dos mesmos pressupostos de progressão, tanto através da evolução a partir da construção de novos elementos, como através da possibilidade de subdivisão e junção dos espaços interiores.

A idealização do projeto desenvolveu-se em torno de uma “parede mestra”, através da qual se organizam os espaços servidos das habitações. A estruturação dos espaços exteriores privados resulta do dimensionamento dos diferentes pisos, que são sobrepostos retirando-se as “fatias” correspondentes aos espaços exteriores, dando origem às diferentes tipologias e capacitando acesso independente para cada uma delas.

Foi assumido um núcleo técnico central, composto pela instalação sanitária, através da qual, foi possível desenvolver o sistema espacial e funcional das habitações. Em todos os pisos, a instalação sanitária e a área de cozinha ou kitchenette são os únicos compartimentos ao qual é atribuída uma determinação funcional específica. Os restantes compartimentos podem ter diversos usos: os do lado esquerdo, que à partida seriam os quartos (Figura 66) possuem todos a mesma área, podendo ter diversas funções ou até, ser subdivididos e unidos.



**Figura 65** – Diagrama explicativo da conceção das plantas das habitações e dos espaços exteriores privados, sem escala

- Piso 0, 1 e 2 (de baixo para cima).
- Retângulo base com “parede mestra”; exclusão dos espaços exteriores privados ; indicação do acesso às habitações (da esquerda para a direita)

O compartimento com mais área, potencialmente apropriável como zona de sala de estar, pode também ter uso alternativo, com uma eventual subdivisão de acordo com as necessidades dos utilizadores. É de salientar que a comunidade presente no bairro é maioritariamente composta por famílias com agregados familiares numerosos, onde na mesma casa vivem várias gerações de uma só família. A indeterminação funcional das áreas interiores, assim, incorpora a adaptabilidade necessária tendo em conta as características da comunidade.

Na versão inicial, as habitações do piso térreo, com uma área de aproximadamente 58 m<sup>2</sup>, possuem a instalação sanitária, uma kitchenette, um compartimento que poderá dar origem a um quarto, e a área da sala que poderá também ser utilizada como estúdio ou zona de estar, de refeição e de dormir. Considerando a possibilidade de alargamento para a residência ao seu lado, existe também a possibilidade de converter um dos fogos num T0 e o outro num T2, negociada a separação entre ambos, com as soluções programáticas reconvertidas através do fechamento ou abertura da parede comum aos fogos. Dada a topografia do território, no limite poente do Bairro da Fraternidade, os fogos do piso térreo contêm um pátio de maior dimensão, podendo assim, através do processo evolutivo autoconstruído, ser adicionado mais um quarto ao perímetro inicial. Considera-se neste pressuposto que o piso térreo possa evoluir da tipologia T0 para a tipologia T3.

Relativamente ao piso 1, com uma área de aproximadamente 80 m<sup>2</sup> numa fase inicial, contém uma instalação sanitária, a cozinha e dois compartimentos que poderão originar quartos. Relativamente à sala de estar, tal como no piso térreo, esta pode ser subdividida e originar mais compartimentos. Neste caso adquire versatilidade acrescida, podendo no futuro incorporar uma instalação sanitária suplementar, assim como áreas de estar e dormir.

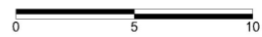


Figura 66 – Planta da tipologia base.

Neste cenário, existe também, a possibilidade de evolução através da autoconstrução. A área exterior da varanda permite a construção de mais dois quartos, passando a tipologia inicial de T2 para T4. No que diz respeito à possibilidade de evolução vertical, existe a opção de incluir as escadas de acesso ao piso superior, na habitação. A residência passa assim a ter dois pisos, circunstância que a reinventa como duplex.

Tendo em conta as alternativas de evolução existentes no piso 2, que serão explicadas seguidamente, a tipologia do piso 1, poderá evoluir de T2 para o máximo de T7. No caso de existir uma evolução vertical, a escada exterior passa a ser interior e os patamares de acesso à habitação do piso 2 passam a fazer parte da habitação, sendo este acréscimo contabilizado no aumento da área das habitações.

No que diz respeito ao piso 2, na fase inicial com uma área de 65 m<sup>2</sup>, é composto por uma instalação sanitária, por uma zona de sala/kitchenette, e por dois compartimentos que poderão ser quartos. Para além das diversas possibilidades de subdivisão, a evolução proposta neste piso objetiva-se através do aumento da área útil para o apartamento, na sua lateral. O facto de o núcleo de acessos se encontrar entre as habitações, permite a ligação entre os fogos, através da fusão dos dois apartamentos, à conta da existência de compartimentos independentes no mesmo fogo, acrescentando-se uma abertura no lado direito do núcleo de acesso vertical. Este fator viabiliza a existência de inúmeras compartimentações possíveis neste piso, sendo que as tipologias podem evoluir de um T0 para um T7. A tipologia T7 só será possível através da evolução vertical, referida nos parágrafos anteriores, enquanto que, se considerarmos apenas o piso 2, as tipologias podem ir do T0 ao T3.

Excetuando a evolução por autoconstrução, a extensão horizontal acontece sempre da esquerda para a direita. O conceito de flexibilidade ativa

está presente através da definição das paredes alternáveis, facultando a união ou subdivisão de diversos espaços adjacentes.

A indeterminação funcional que caracteriza os compartimentos que seriam destinados aos quartos, e o facto de estes possuírem características muito semelhantes, aumenta a variedade de possibilidades evolutivas, permitindo também a adaptação às necessidades dos seus habitantes, que podem determinar o uso mais apropriado para os mesmos.

Em consequência do tipo de habitação escolhida, o posicionamento estratégico dos pátios e varandas permite a iluminação e ventilação adequada das mesmas. À semelhança do projeto do Bairro da Malagueira do arquiteto Siza Vieira, tendo em conta as características da população residente, os espaços exteriores privados servem, também, como uma extensão da habitação controlada e com limites estabelecidos. Atualmente, essa extensão desdobra-se informalmente para o espaço público, passando o objetivo por evitar a apropriação ilegítima do mesmo, não se comprometendo o potencial de interação comunitária.

Este conjunto de estratégias de projeto adotadas visa então promover a apropriação diversificada das habitações e esta adaptabilidade tipológica antecipa as particularidades de uso que melhor servem a comunidade residente no bairro, garantindo o acesso a uma habitação adequada, de acordo com a composição específica de cada agregado familiar. A longo prazo, garante ainda o ajuste funcional e tipológico da habitação de acordo com a alteração da composição do agregado familiar, a modificação de modos de vida ou habitar, sem deixar de caucionar a potencial melhoria da capacidade financeira dos moradores.



Figura 67 – Planta das habitações com diferentes possibilidades evolutivas – piso 0, 1 e 2 (de baixo para cima)



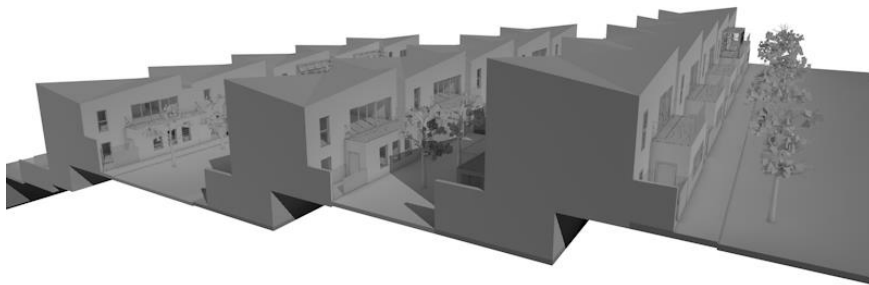
PISO 2

PISO 1

PISO 0



Figura 68 – Planta das habitações com diferentes possibilidades evolutivas – piso 0, 1 e 2 (de baixo para cima)



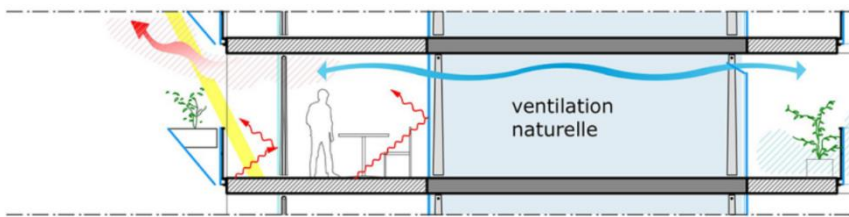
**Figura 69** – Maquete digital das habitações na sua tipologia base



**Figura 70** – Maquete digital das habitações depois da evolução tipológica

Com base na investigação feita em relação ao trabalho da dupla de arquitetos Lacaton & Vassal, é também explorada a hipótese de acrescentar a área exterior de varanda à habitação, através da anexação da varanda à área útil do apartamento. A varanda é fechada com uma estrutura metálica em alumínio, obturada com vidro ou policarbonato transparente, que seria a opção mais económica. As faces externas teriam uma caixilharia deslizante que permite a abertura ou encerramento total do espaço. Esta anexação possibilita a criação de superfícies intermédias adicionais que ampliem as capacidades de uso e a variedade de espaços existente. As varandas foram colocadas estrategicamente junto das áreas sociais da casa como a cozinha e a sala, de forma a ampliar estas áreas e dinamizar a estrutura interna da habitação. Estes jardins “de inverno” alteram também a perceção em relação aos espaços exteriores existentes no bairro, potenciando uma sensação de proximidade e integração do meio natural envolvente na habitação.

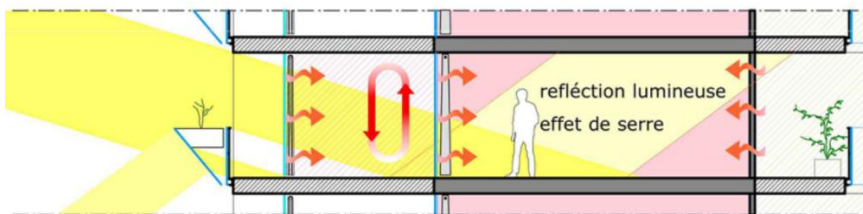
Esta solução entende-se ainda particularmente vantajosa no que diz respeito ao âmbito bioclimático, representando uma potencial melhoria das condições térmicas e de ventilação das habitações. Para além das vantagens estruturais e do aumento da relação com os espaços verdes exteriores, este sistema permite a captação e absorção da luz solar. O conforto é otimizado através de uma combinação de sistemas "naturais" que permitem uma boa gestão térmica dos espaços, dadas as características do local de intervenção, que é conhecido pelos Invernos e Verões rigorosos. Esta solução permite o aumento da temperatura das habitações no Inverno, através do “efeito estufa”, que absorve o calor proveniente da luz solar e permite a propagação desse calor para o resto da casa, enquanto que, no Verão e com o complemento das cortinas térmicas interiores isolantes e refletivas, é possível uma proteção térmica e solar combinada com a possibilidade de ventilação natural através das amplas aberturas nas fachadas.



**Figura 71 – Verão**

- A fachada envidraçada fica aberta
- A preciana térmica e de sombreamento fechada
- Proteção solar garantida
- Efeito de arrefecimento graças à vegetação nas zonas públicas
- Ventilação natural e transversal garantidas

(Diagrama retirado do website dos arquitetos Lacaton & Vassal)



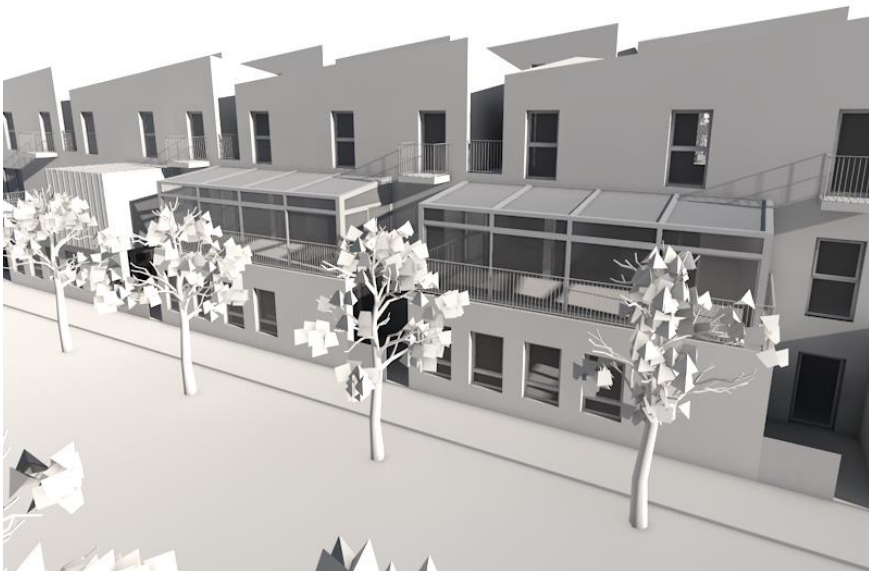
**Figura 72 – Inverno**

- Fachada envidraçada exterior fechada (efeito de estufa)
- Preciana térmica e de sombreamento aberta
- Captação das mais valias solares através das grandes superfícies envidraçadas
- Através da captação de calor, o jardim de Inverno reduz as perdas / desperdícios térmicos e o consumo de aquecimento

(Diagrama retirado do site dos arquitetos Lacaton & Vassal)



**Figura 73** – Planta das habitações depois da evolução para a área exterior privada



**Figura 74** – Maquete digital das habitações depois da evolução para a área exterior privada

Por fim, importa referir as determinações construtivas do projeto habitacional. A definição da materialidade é realizada com o objetivo de facilitar a aplicação dos conceitos de evolução e subdivisão discutidos. Destacar também que os elementos construtivos escolhidos integram o tipo de materiais e processos de construção frequentemente utilizados na área geográfica de intervenção, facilitando também o processo de autoconstrução. Relativamente às fundações e à estrutura pilar/viga, são de betão armado e a estrutura dos pisos será composto por uma laje aligeirada (vigota, abobadilha, malha sol e argamassa de regularização). As paredes exteriores são compostas por alvenaria de tijolo e isolamento em cortiça (figura 75). O isolamento em cortiça detém diversas vantagens sendo um produto 100% natural e reciclável. Em termos técnicos permite um maior isolamento térmico, acústico e antivibrático em simultâneo, sendo também, um produto de durabilidade praticamente ilimitada, mantendo as suas características técnicas ao longo do tempo.

Tendo em conta a previsível possibilidade recomposição horizontal (ampliação), são definidas algumas paredes internas em gesso cartonado, devidamente isoladas acusticamente, para facilitar a futura evolução. No que se refere aos materiais selecionados para o processo de expansão, propõe-se a utilização de chapa perfilada lacada, de baixo perfil trapezoidal, para aplicação nos revestimentos de fachadas e cobertura (figura 76). O objetivo é que exista uma distinção entre os elementos base construídos e os elementos construídos na fase evolutiva. Para além disso este procedimento tem inúmeras vantagens como por exemplo a grande durabilidade, leveza, rapidez de montagem/desmontagem e custos reduzidos. Estamos assim a falar de uma fachada composta por alvenaria de tijolo, lâ-de-rocha e o revestimento exterior em chapa perfilada; a cobertura das futuras áreas de expansão é composta duas chapas perfiladas, lâ-de-rocha e um teto falso em gesso cartonado.



**Figura 75** – Fixação das placas de Aglomerado de Cortiça Expandida à face exterior do suporte do paramento através do sistema ETICS.



**Figura 76** – Chapa perfilada, de perfil trapezoidal, para aplicação em revestimentos de fachadas e coberturas

No que diz respeito à cobertura inclinada, propõe-se a construção com laje aligeirada, à semelhança dos pisos anteriores, isolada com glomerado de cortiça expandida e sistema ETICS com caleira e tubo de queda em chapa zincada.

A sua configuração passou por uma opção estética que quebra a monotonia das coberturas inclinadas convencionais e lhe confere outra dinâmica e ritmo volumétrico. Tendo em conta a natureza acidentada do território e que se optou por uma solução desenvolvida em patamares, a cobertura funciona como um quinto alçado, considerando que é vista de diversos pontos da cidade mais elevados.

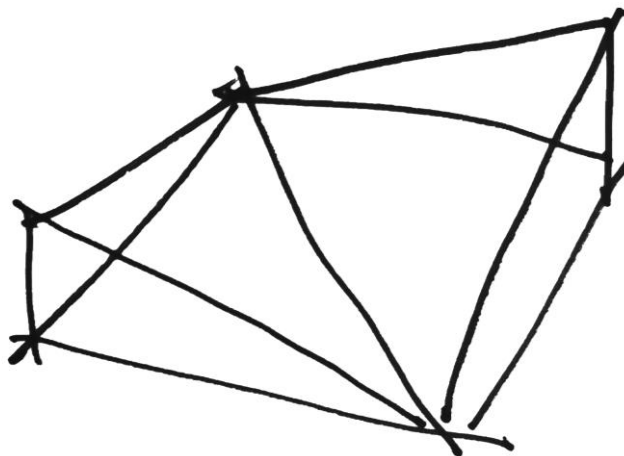


Figura 77 – A cobertura. Da autora.

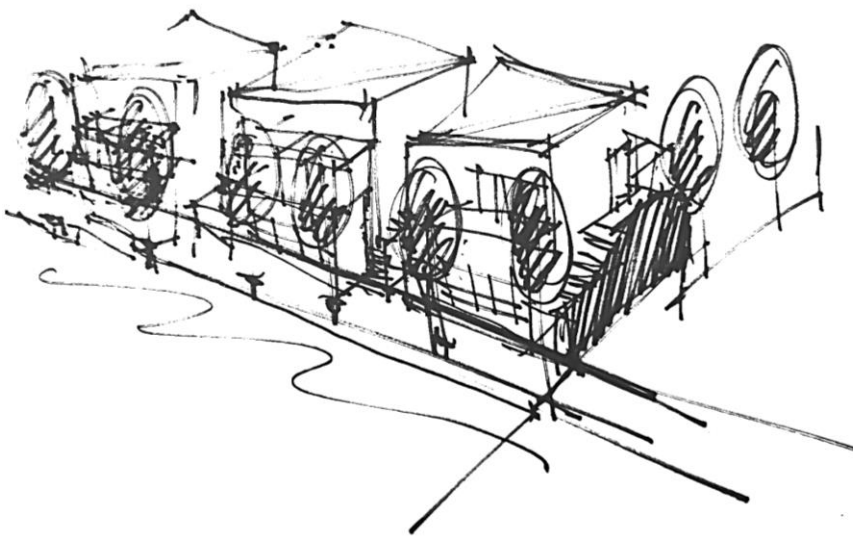


Figura 78 – A cobertura. Da autora.



Figura 79 – Alçado Norte







O presente Projeto Final de Mestrado procura evidenciar a importância da cidade enquanto organismo em constante mutação, que se reflete através do seu todo, enquanto suporte para modos e condições vivenciais potencialmente divergentes. A compreensão dos seus padrões está intrinsecamente ligada aos vários processos de pensamento presentes nas diversas camadas que a constituíram ao longo do tempo, transmitindo as suas origens, a sua linguagem formal, as suas problemáticas e as memórias dos seus habitantes e da sua paisagem.

O trabalho procura transparecer a compreensão de que o tema do realojamento implica uma vasta e complexa análise, tendo em conta as sucessivas condicionantes presentes em processos desta natureza. Neste projeto foi indispensável evidenciar a necessidade de entendimento profundo da população e dos seus costumes. O facto de estarmos a realizar um projeto de realojamento *in situ*, e dadas as características do local de intervenção, viabilizou a realização de uma proposta que passou por uma análise específica do local e da população residente. Considerando o facto de se estar a falar de uma comunidade com características singulares, a comunidade cigana, o objetivo nunca foi caracterizá-la dependendo de estereótipos preconcebidos. O objetivo é analisar esta comunidade em específico, que reside neste local em específico e que detém características específicas.

A reabilitação do Bairro da Fraternidade, na Guarda, surge assim como elemento urbano a ser tratado na sua especificidade, recolhendo os elementos que compõem a morfologia do território, a paisagem e a problemática das fortes fronteiras físicas existentes no bairro. Este complexo foi tratado de forma a compor uma solução urbana que permitiria a permeabilidade da cidade para com a sua estrutura social, urbana e natural. A conciliação do Parque Municipal e do edifício das antigas Piscinas Municipais levou a um conjunto integrado de equipamentos âncora que foi essencial para

estabelecer novas dinâmicas e novas experiências territoriais, ajudando ainda na leitura do respetivo lugar e da paisagem envolvente.

Em relação às tipologias habitacionais, o tema inclui também conceitos complexos, cujas ramificações incorporam vários âmbitos de análise e estudo. O objetivo de repensar o espaço habitacional, a partir da informação que permitisse compreender características e condicionantes da habitação evolutiva, enquanto potencial disponível aos moradores para aproximação a uma elusiva qualidade habitacional, que compreenda desde necessidades básicas e económicas, a outras mais complexas, sociais e culturais.

Pelas condicionantes referidas, torna-se fulcral uma procura de abordagens alternativas aos desafios apresentados pelo território e pelas características socioculturais da população residente. A afirmação individual numa sociedade democrática, o reconhecimento dos valores culturais internos e alheios e a cedência de poder às comunidades, fazem parte das potencialidades a explorar pelo exercício de arquitetura.

Assim o objeto final é fruto da preocupação equilibrada entre os temas que aborda e o lugar onde se implanta, não deixando que o mesmo se sobreponha às particularidades da estrutura social em que está integrado. Através da exposição à paisagem e aos equipamentos na sua envolvente, é resolvida a partilha desse local e a livre fruição do espaço público, encaminhando as pessoas para o destino que pretendem e integrando-as na estrutura global da cidade.



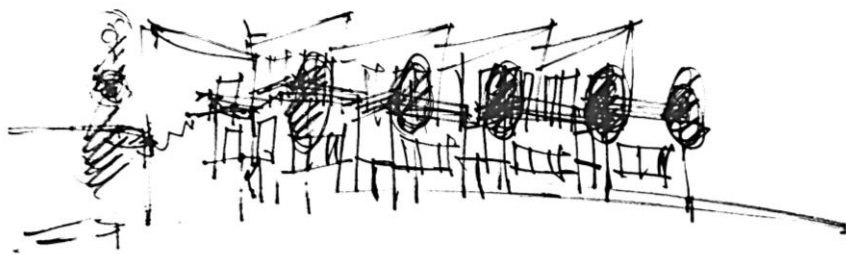


Figura 79 – A cobertura. Da autora.





Almeida, I., & Castro, P. (2002). Realojamento – satisfação residencial e identidade local. Universidade de Évora: Colóquio Psicologia, Espaço e Ambiente.

Bandeirinha, J. A. (2007). O Processo SAAL: e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Cardoso, A., & Heloísa Perista. (1994). A cidade esquecida - pobreza em bairros degradados de Lisboa. Lisboa: CELTA

Castro, A., Duarte, I., Afonso, J., Sousa, M., Lobo Antunes, M. J., & Salgueiro, M. (2001). Os Ciganos Vistos pelos Outros. Cidades- Comunidades e Territórios. 2: 73-84

CMG. (2016). Câmara e IHRU assinam Protocolo para a Reabilitação do Bairro da Fraternidade. Acedido em outubro de 2021, obtido de <https://www.mun-guarda.pt/noticias/439-camara-e-ihru-assinam-protocol>

Coelho, A. B., & Cabrita, A. R. (2009). Habitação evolutiva e adaptável. Lisboa: LNEC.

Coelho, P. S. (2016). O TEMPO DE HABITAR. Três experiências evolutivas. Dissertação de Mestrado em Arquitectura. Faculdade de Arquitectura de Coimbra – Universidade de Coimbra, Coimbra

Costa, A. A. (2014). O Processo SAAL: Arquitectura e Participação-1974-1976. Porto: Fundação de Serralves.

Decreto de Lei n.º 86/1976 - Artigo 65.º Habitação e urbanismo. (s.d.). Diário da República Série, 1ª Série, 1976-04-10.

Dias, F. S., & Portas, N. (1972). Nº126. Habitação Evolutiva. Revista Arquitectura, p. 100-121.

Ferreira, T. (2010). SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. Acedido em setembro de 2020. Obtido de <http://www.monumentos.gov.pt/>

Freitas, M. J. (1994). Os Paradoxos do Realojamento. *Sociedade e Território*, 20, pp. 26-34

Galfetti, G. G. (1999). *Minha Casa, Meu Paraíso: A Construção do Universo Doméstico Ideal*. Londres. Editora Blau.

Gehl, J. (2013). *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspectiva.

Gomes, M. J. (2013). Fatores de apropriação e construção identitária em torno da casa. Estudo de Caso - Bairro da Malagueira / Siza Vieira. Tese de Doutoramento em Antropologia do Espaço e das Cidades. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa.

Gonçalves, F. (1972). *Urbanizar e Construir para Quem*. Porto: Edições Afrontamento.

Gonçalves, I. (1995). Encontro sobre Habitação na Área Metropolitana de Lisboa. *Comunicações*. Oeiras. p.48

Habraken, N. J. (2000). *The Structure of the Ordinary: Form and Control in the Built Environment*. MIT Press.

Jameson, F. (2005). “Is Space Political?” In *Rethinking Architecture*, Londres: Routledge

Jesus, D. (2016). “A Cidade que nos Adormece”, in *A Cidade não Adormece*. (Ed.Sustenta – Laboratório de Projecto Sustentável (CIAUD/FA-ULisboa), pp.127-137.

Jesus, D. (2018) “A Produção do Espaço Como Expressão das Relações de Poder”, in revista Manifesto, Temas Sociais e Políticos, nº.1, 2ª.série, 2018, ed. Associação Fórum Manifesto – Centro de Estudos Sociais e Políticos.

Leitão, L. (2014). Quando o ambiente é hostil. Recife: UFPE.

Luciana Guglielmotti, “Dos experiencias pedagógicas para la enseñanza de la arquitectura sostenible y adaptable”. Universidad Nacional de Mar del Plata

Magano, O., & Mendes, M. (2013). Ciganos Portugueses: olhares cruzados e interdisciplinares em torno de políticas sociais e projetos de intervenção social e cultural. Lisboa: Universidade Aberta.

Mendes, M. M. (2012). Identidades, Racismo e Discriminação: Ciganos da AML. Lisboa: Caleidoscópio.

Michelson, W. (1977). Environmental Choice, Human Behavior, and Residential Satisfaction. Oxford University Press.

Nascimento, F. B. (2016). Blocos de memórias: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural. São Paulo: EDUSP/ FAPESP.

Oliveira, M. A., & Szücs, C. (2006). XI Encontro Nacional de Tecnologia no Ambiente Construído. O conceito de Unidade de Vizinhança para a qualificação de Áreas de Interesse Social, (p. 9). Santa Catarina, Brasil.

Pereira, S. M. (2011). História da Vida Privada em Portugal, Os Nossos Dias, Lisboa: Círculo de Leitores. Pp.16-47.

Rivkin, A., & Hereros, J. (2015). Lacaton & Vassal 1993-2015 - Post media horizon. EL Croquis. 177-178. p. 32-38

Rodrigues, J. C. (2003). As Lógicas Sociais dos Processos de Realojamento. *Cidades - Comunidades e Territórios*. 7, p. 91-99.

Rodrigues, W., Esteves, I., & Rodriguez, P. (1989). Alto do Lumiar: um complexo projecto de intervenção urbanística, *Sociedade e Território*. 10-11, p. 59-66.

Silva, M. C. (2014). *Sina social cigana. História, comunidades, representações e instituições*. Lisboa: Colibri.





**Anexo 1 - Iconografia Atual** 129

Fotografias tiradas pela autora

**Anexo 2 - Complemento Gráficos – Dados Demográficos e Estatísticos** 152

Fonte das imagens: Câmara Municipal da Guarda

**Anexo 3 - Complemento Gráficos – Processo Digital** 156

**Anexo 4 - Complementos Gráficos – Esquiços** 168

**Anexo 5- Complementos Gráficos – Maquete** 162



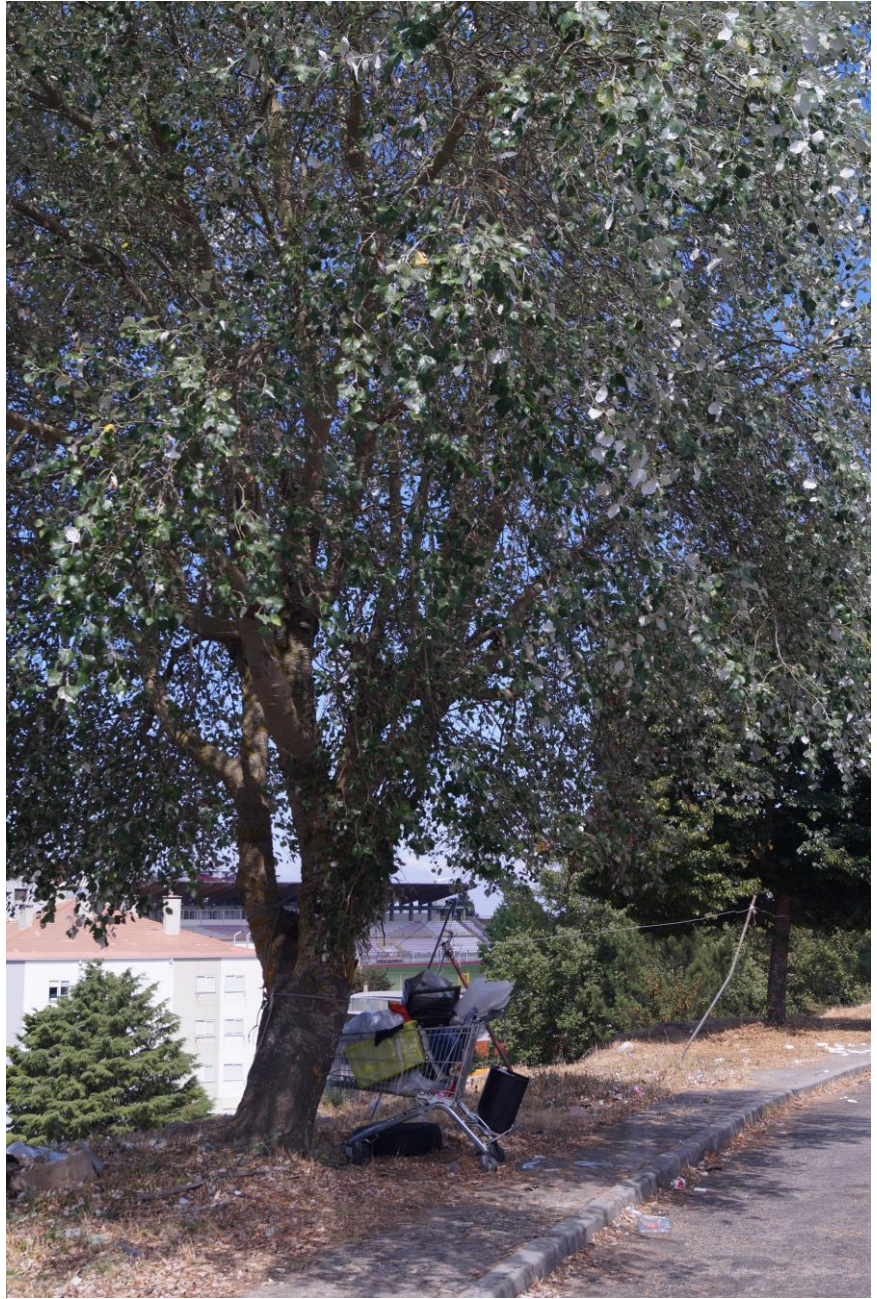
## Anexo 1 - Iconografia Atual







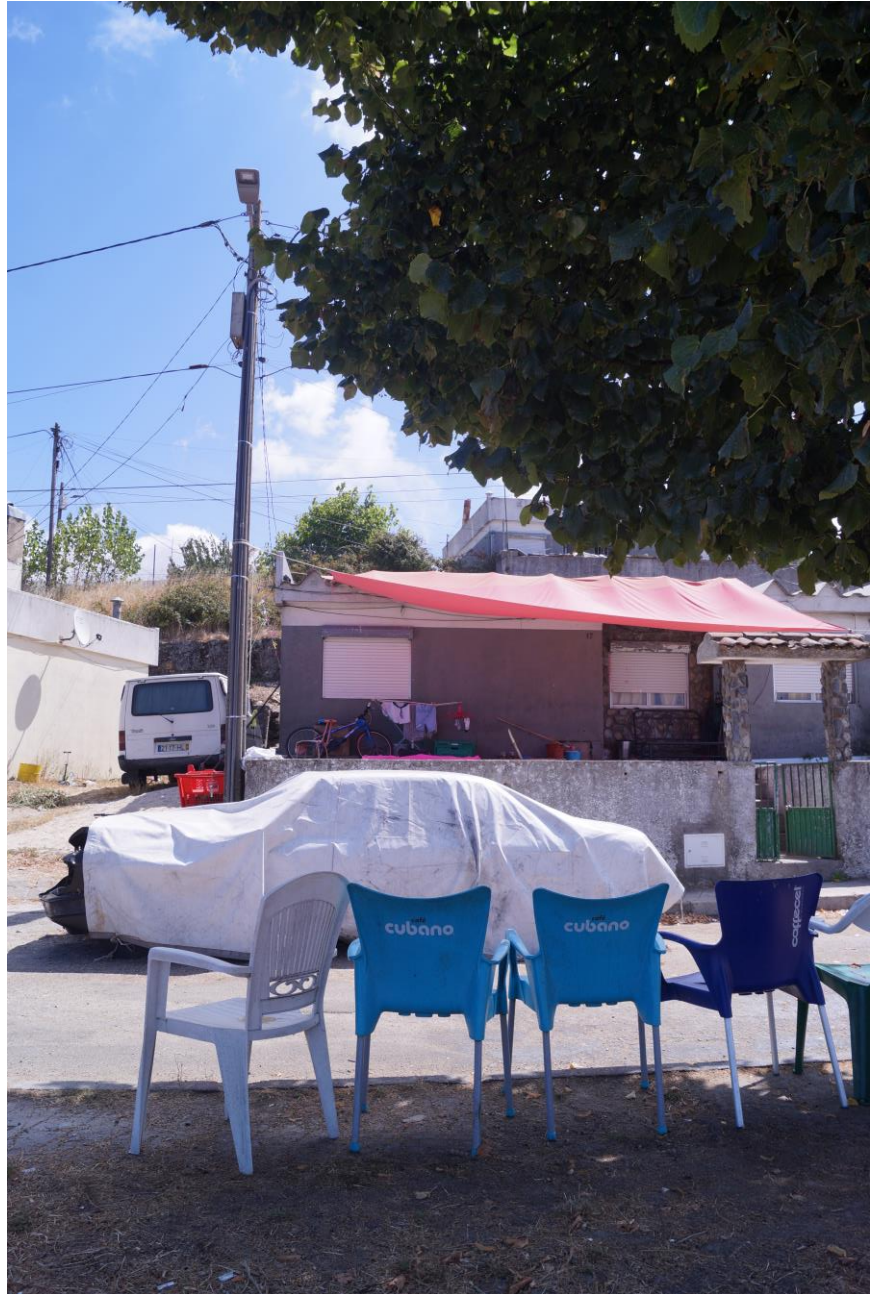










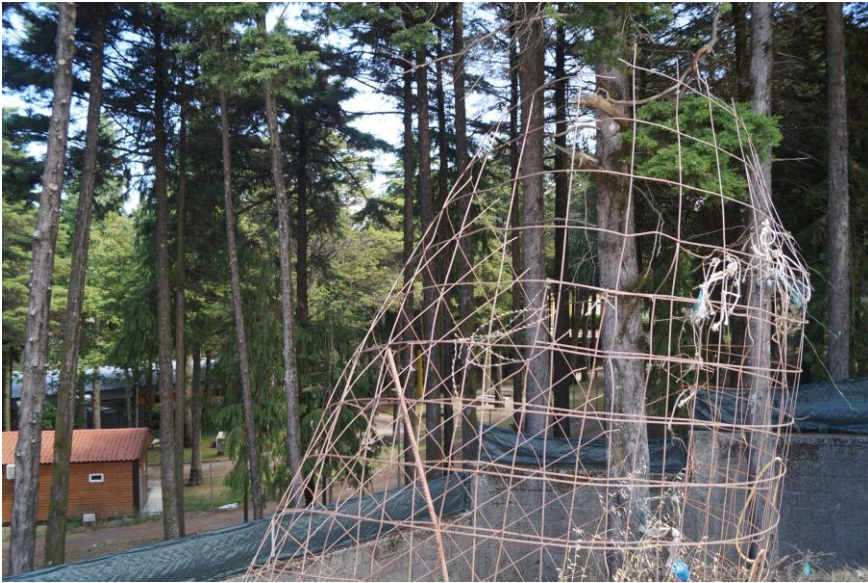






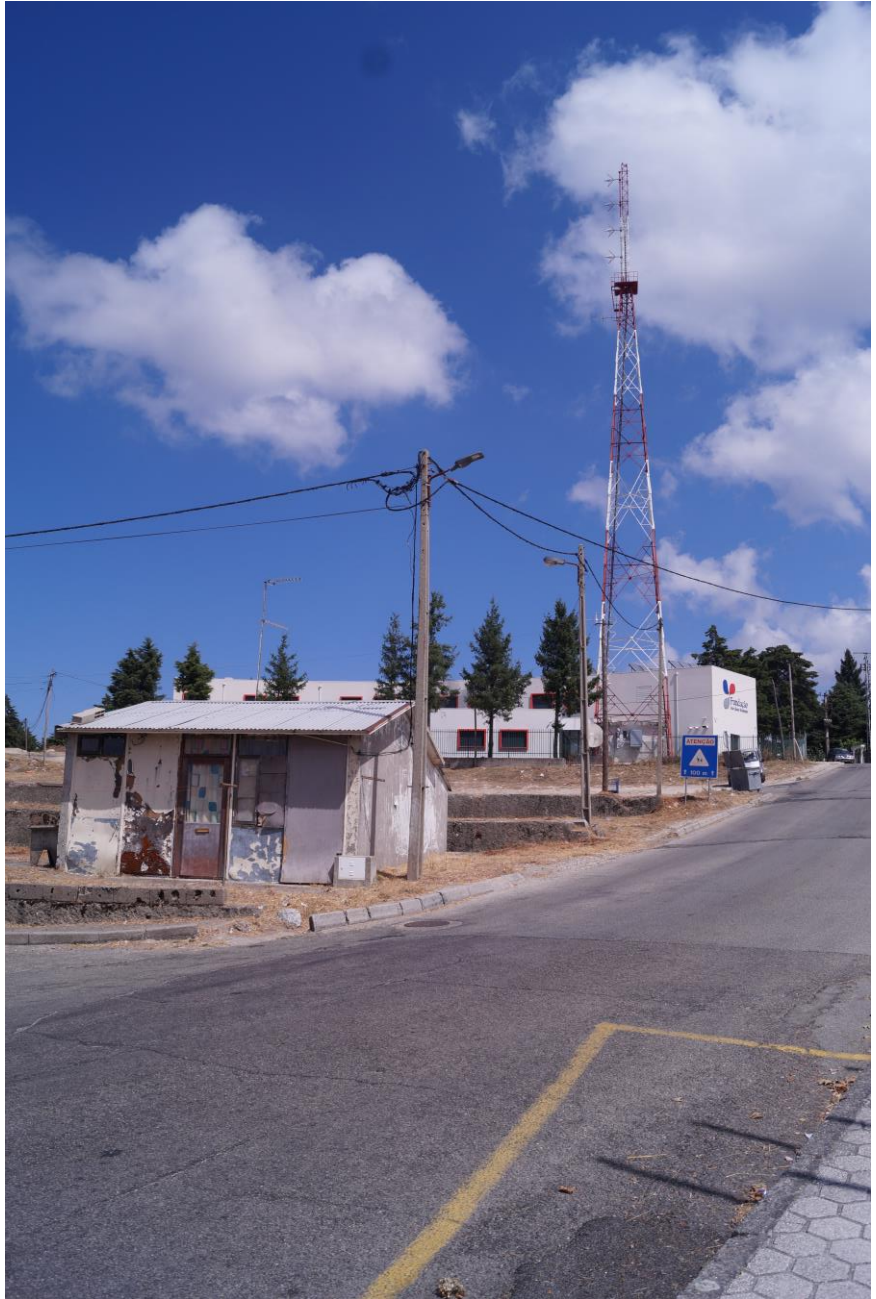














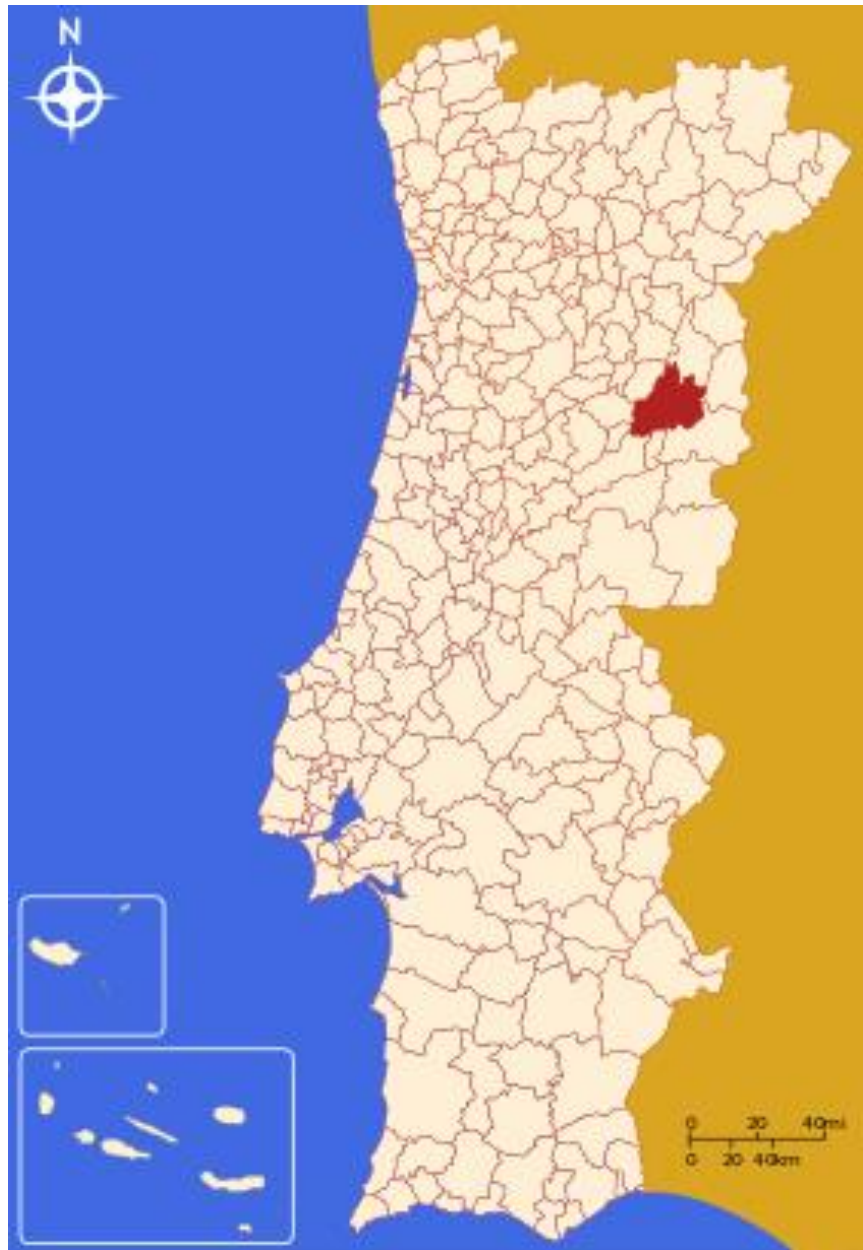








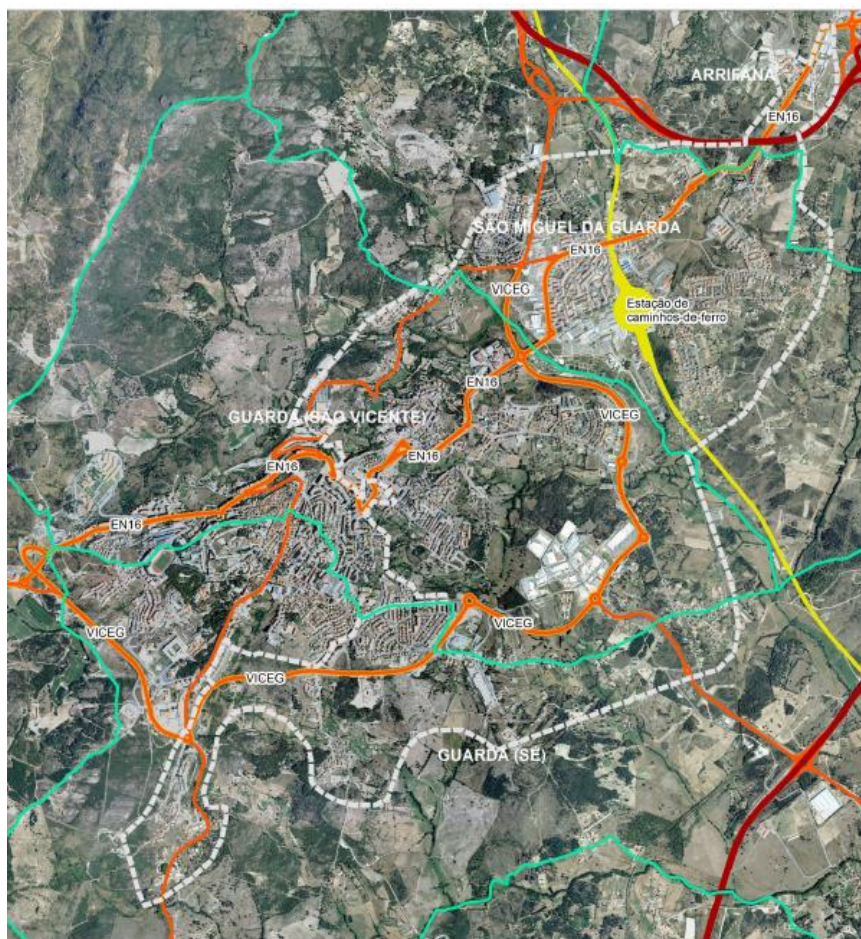
## Anexo 2 - Complementos Gráficos – Dados Demográficos e Estatísticos



Mapa de localização – Cidade da Guarda



Carta de ordenamento do PDMG, 1994, sem escala



Legenda

— Limite da área de estudo

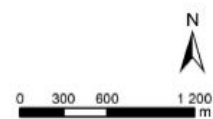
— Freguesias (CAOP 2011)

**Rede viária**

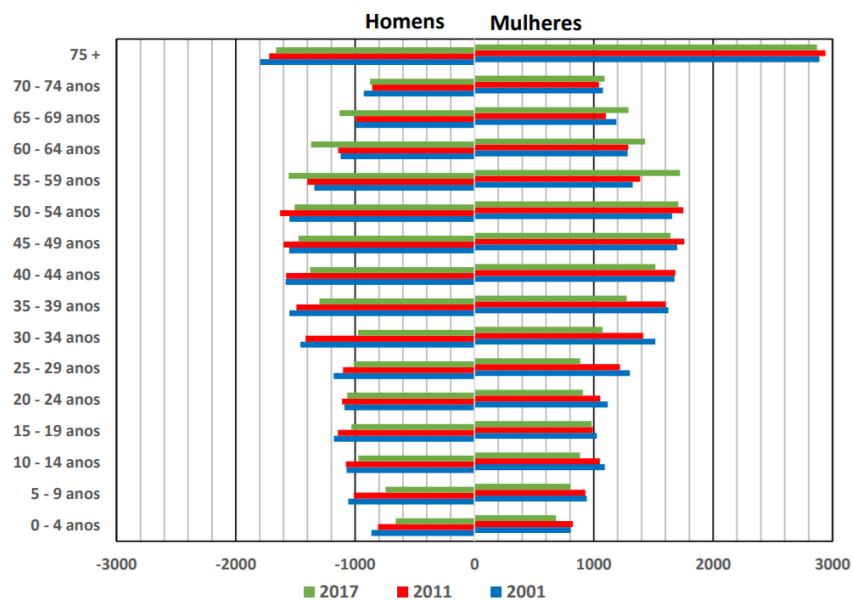
— Rodoviária Fundamental

— Rodoviária Estruturante

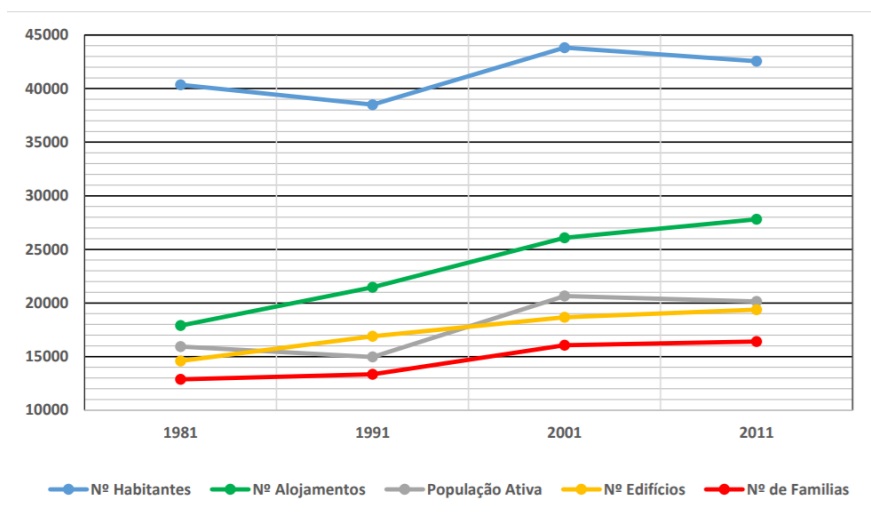
— Ferroviária



Freguesias da Guarda e principais vias de acesso 2013



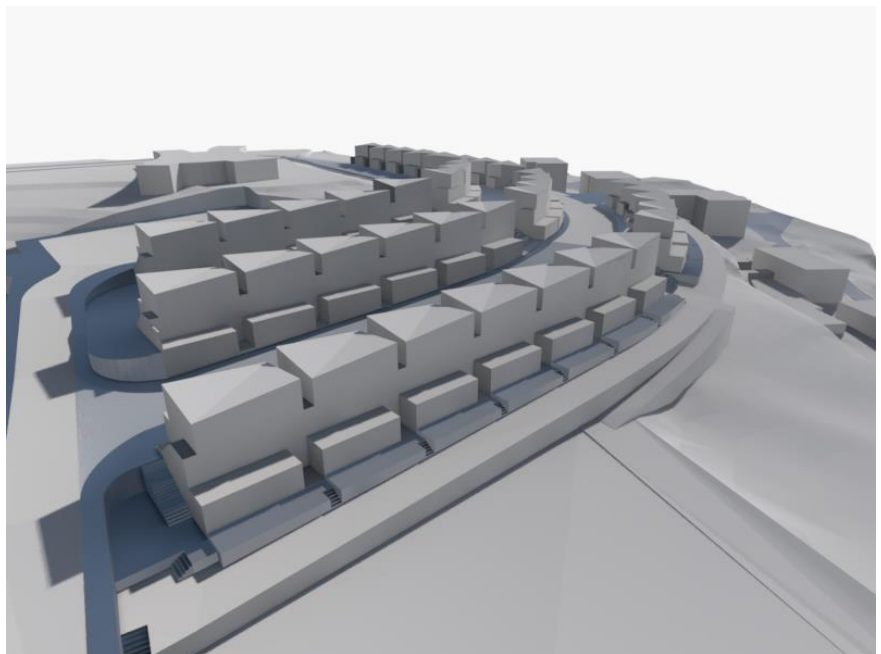
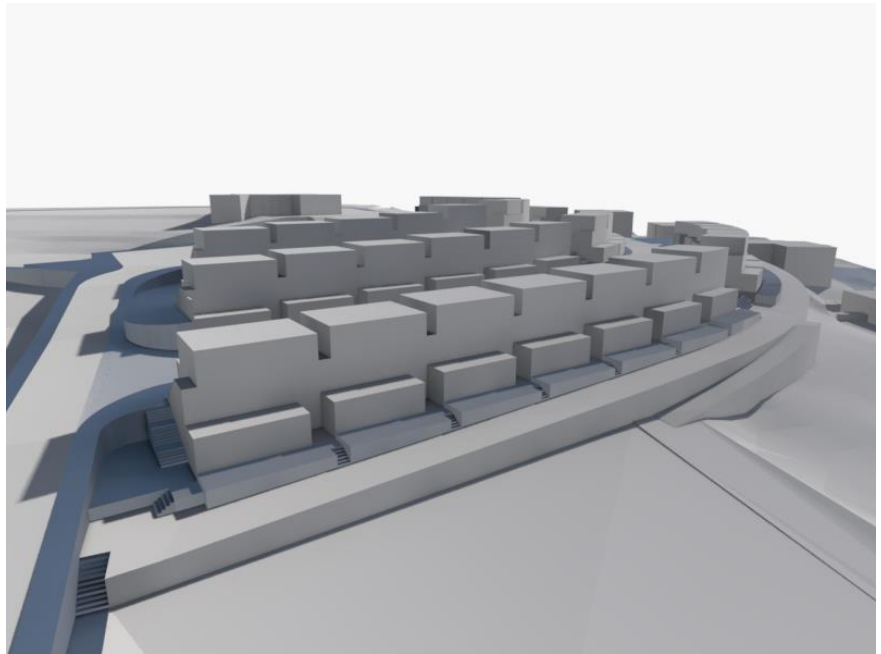
Pirâmide etária da população residente no conselho da Guarda, 2001, 2011 e 2017



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 1981, 1991, 2001 e 2011

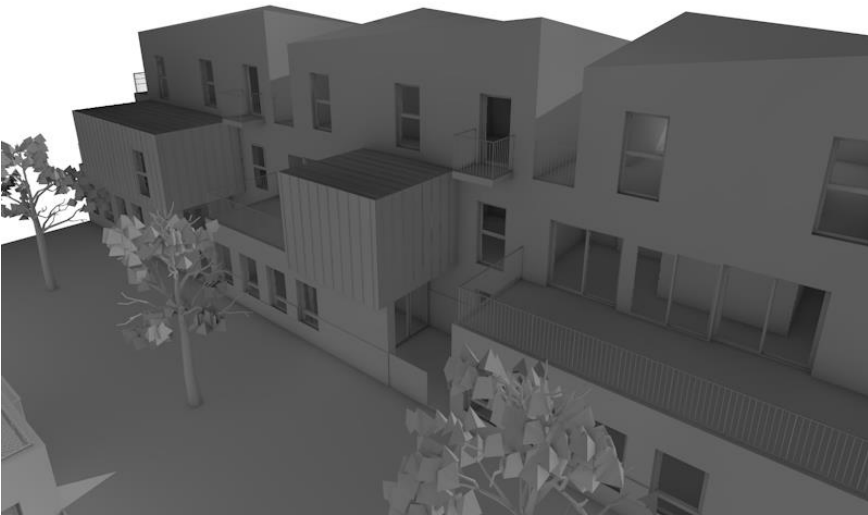
Evolução da população residente, famílias, alojamentos e edifícios no concelho da Guarda, entre 1981 e 2011

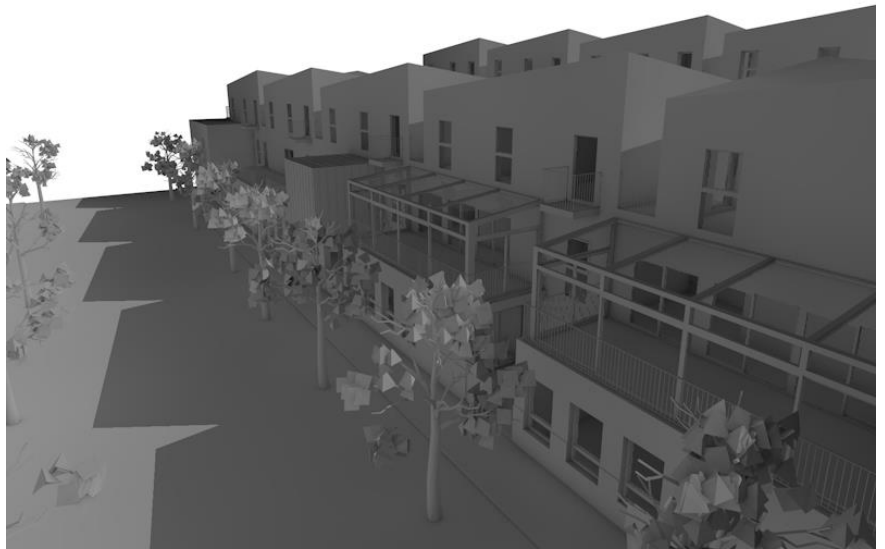
### Anexo 3 - Complementos Gráficos – Processo Digital

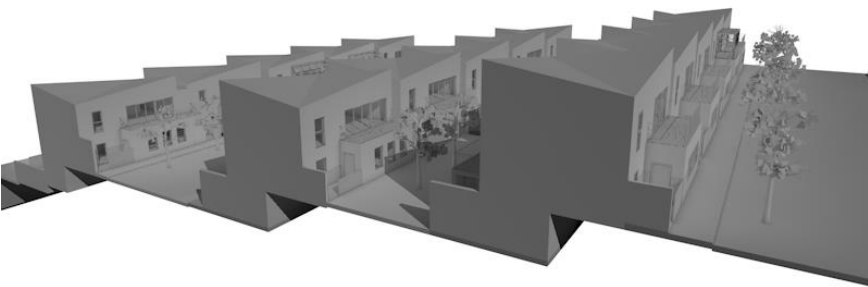
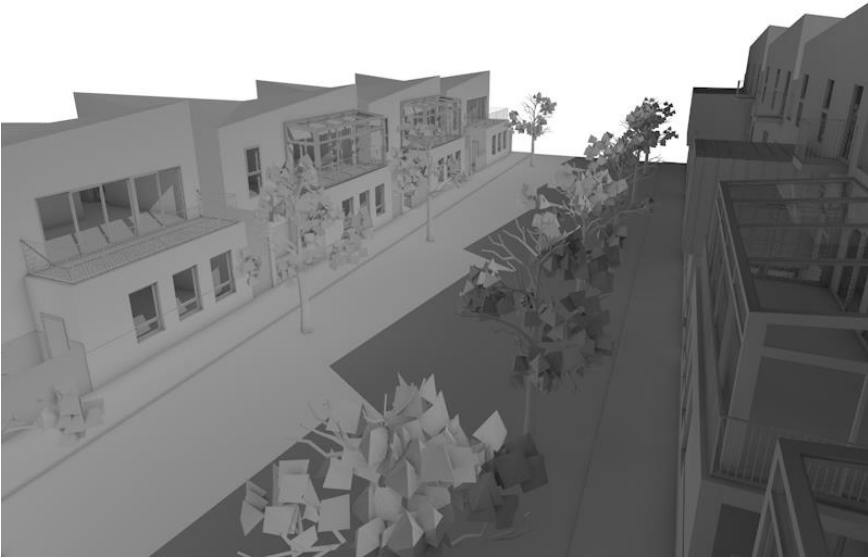










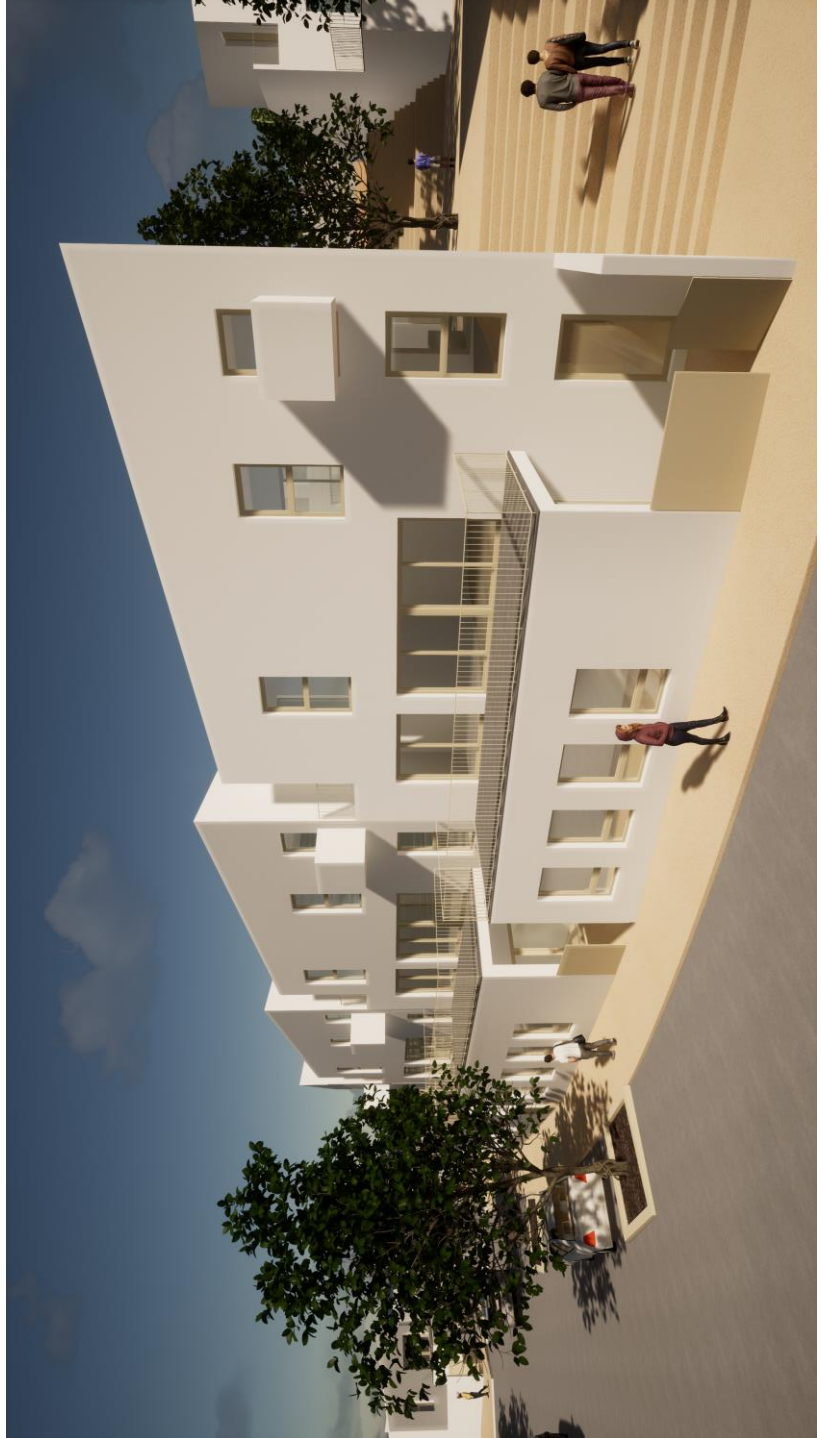








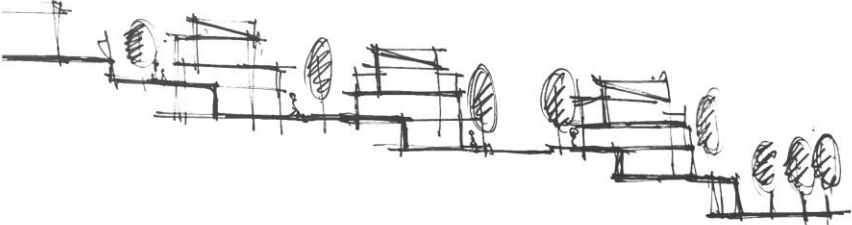
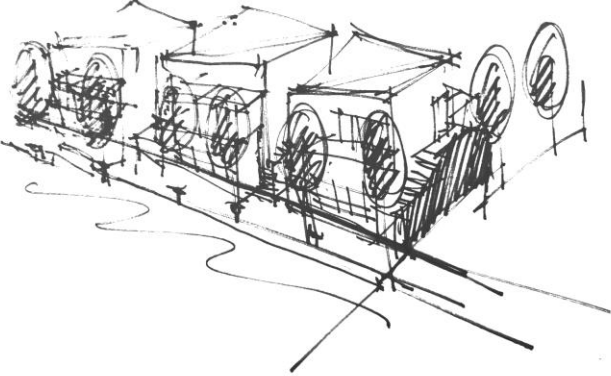


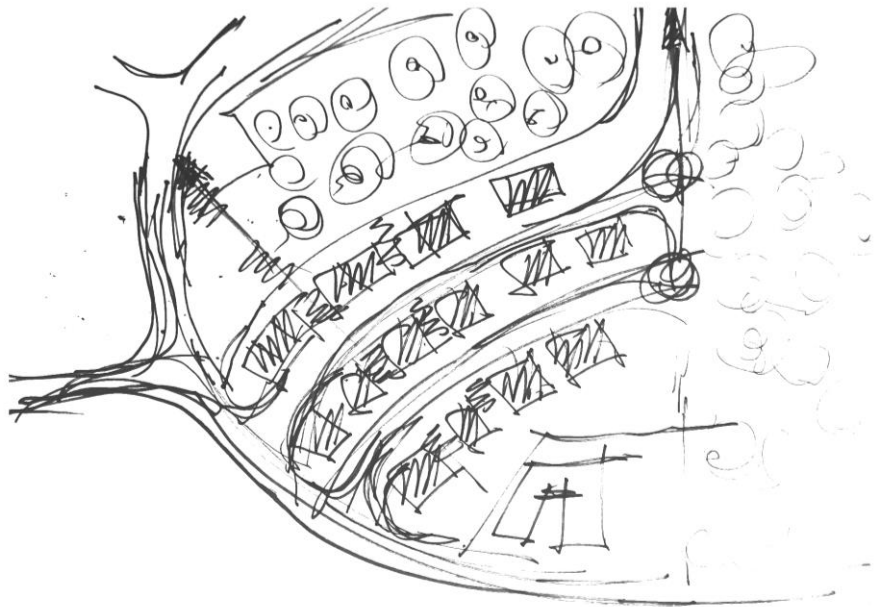
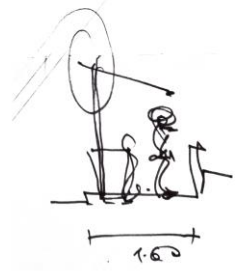
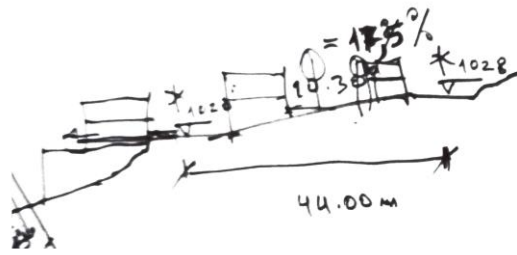


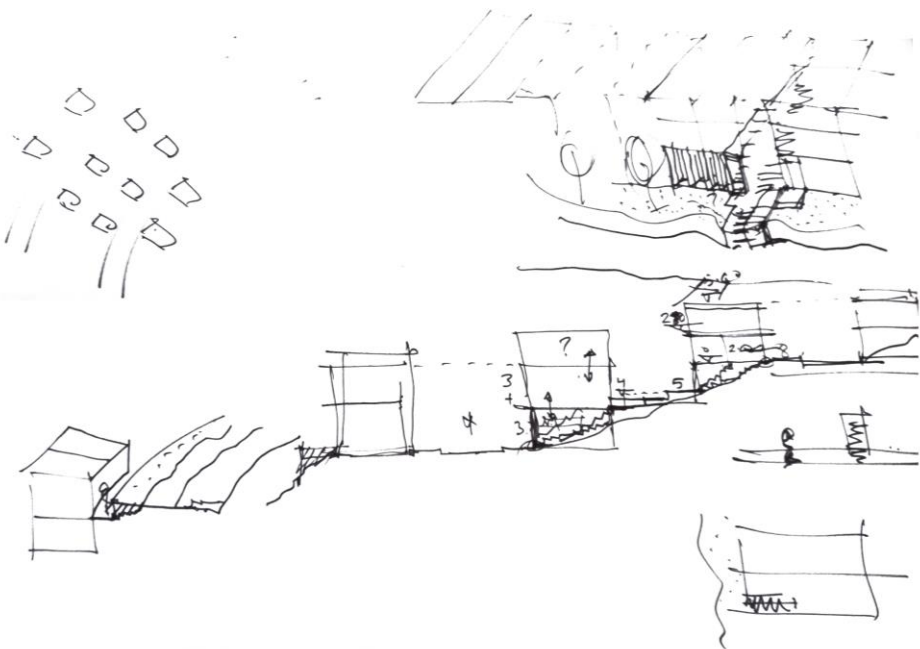
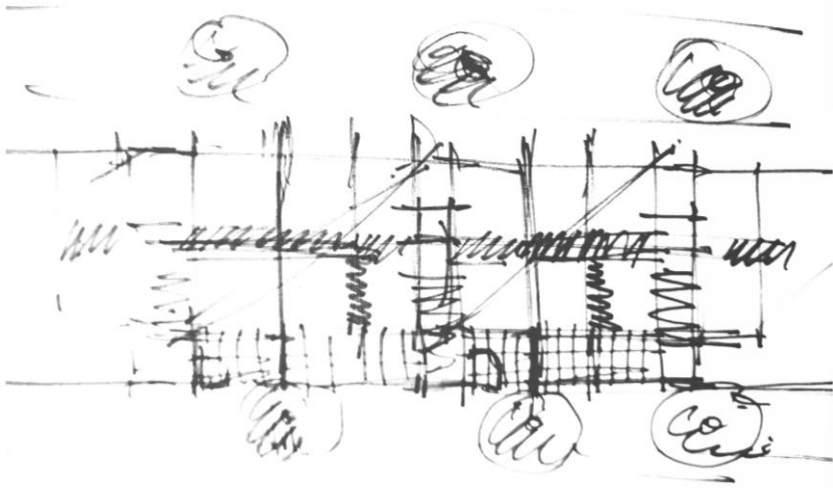


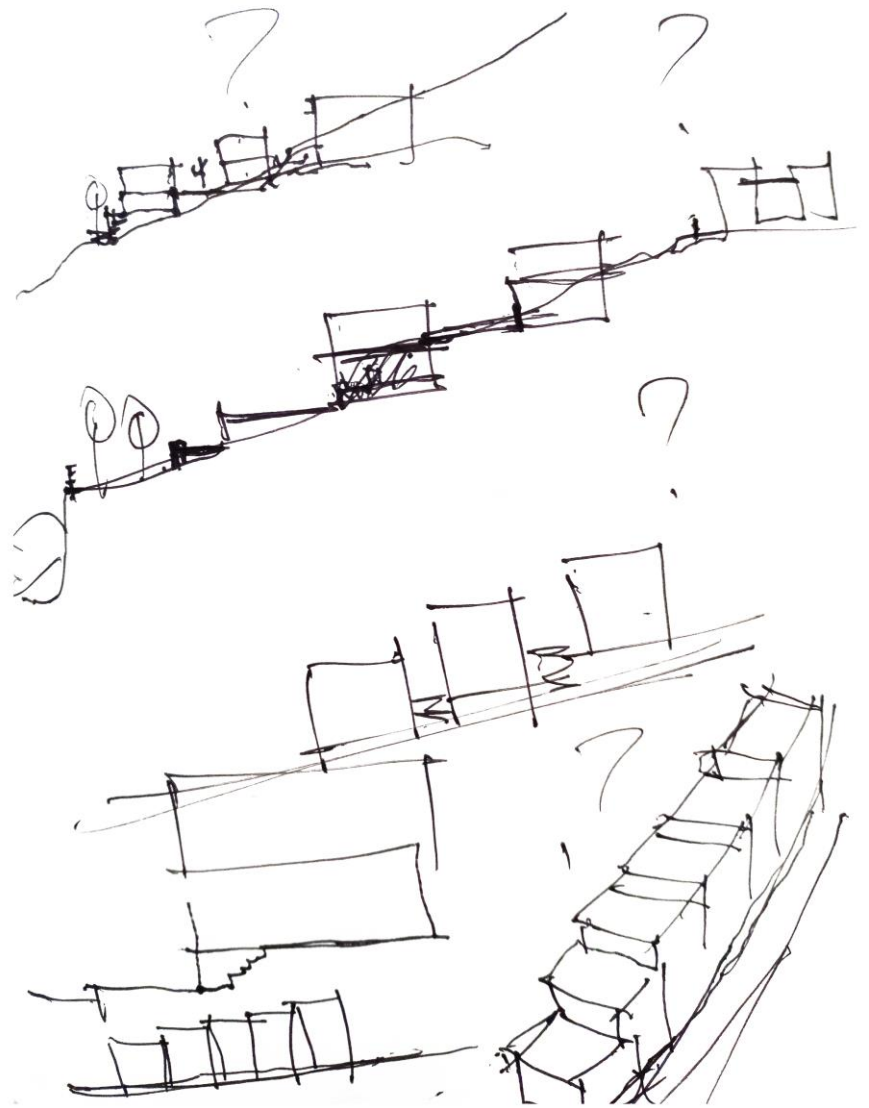


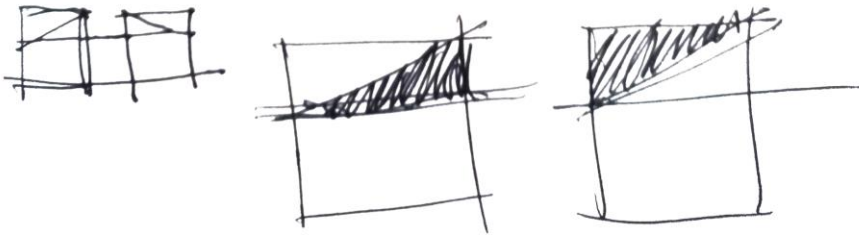
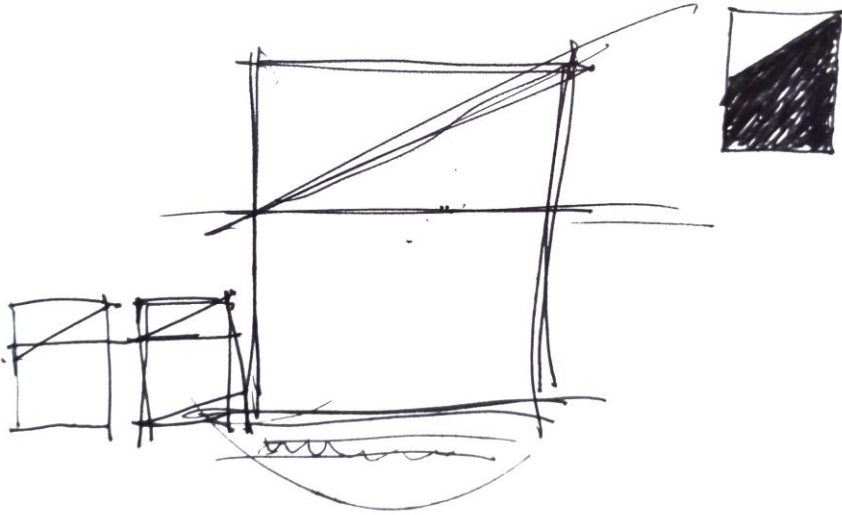
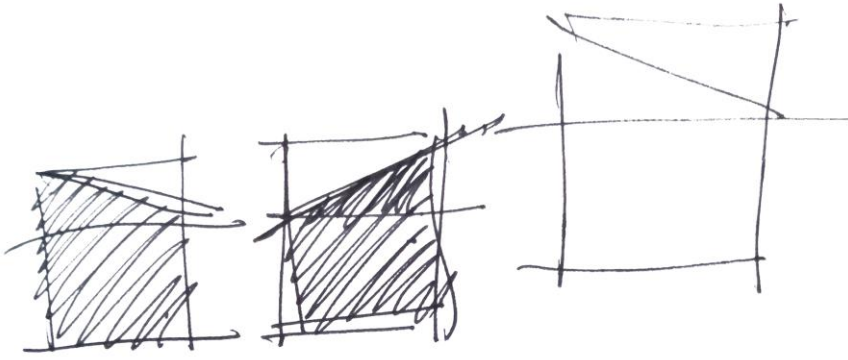
Anexo 4 - Complementos Gráficos – Esquços

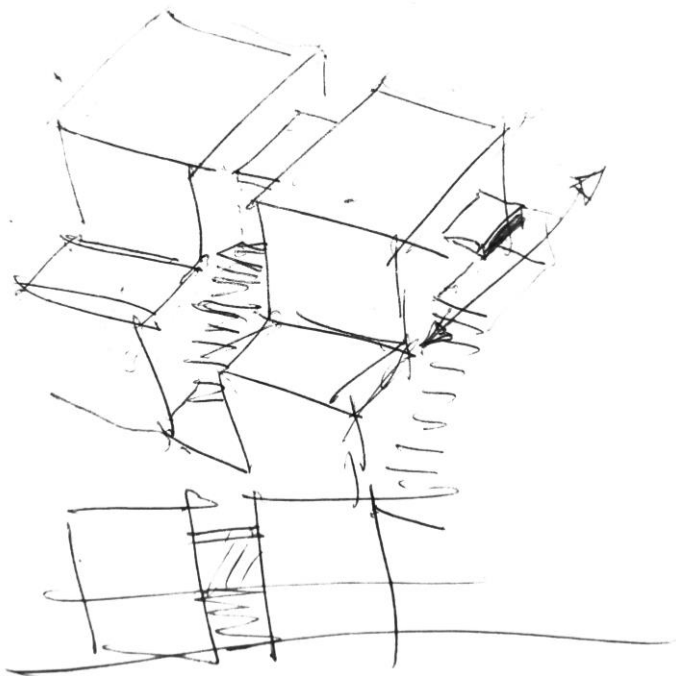
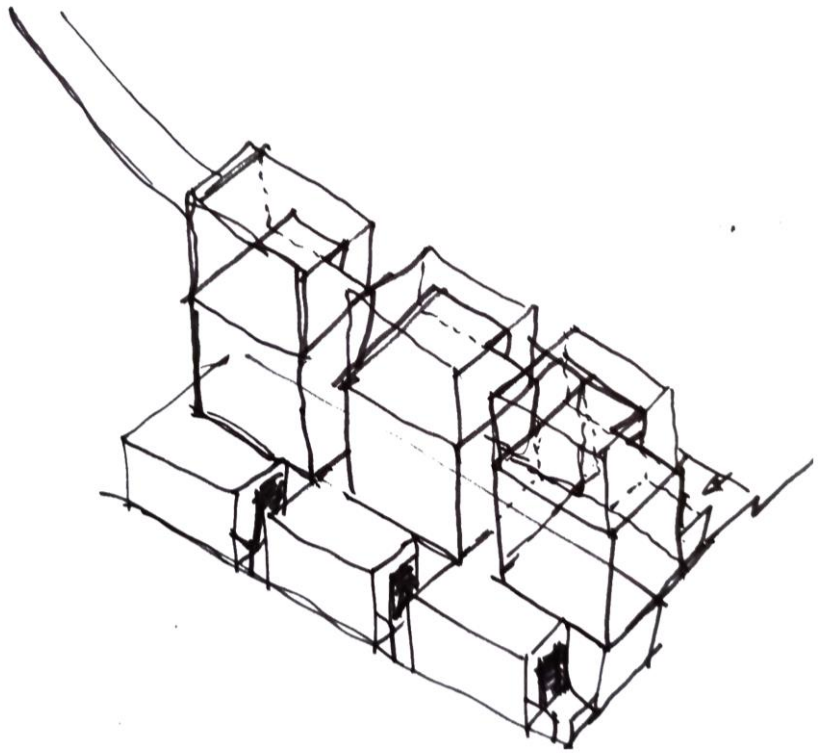


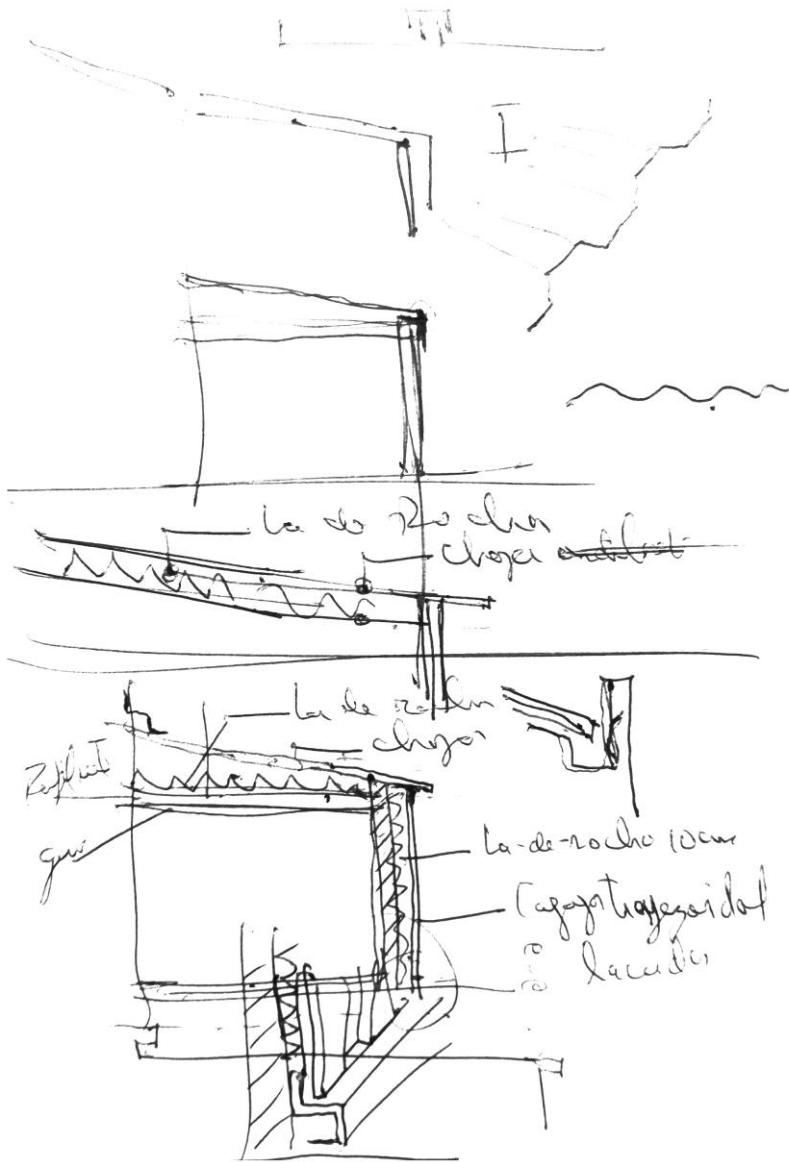


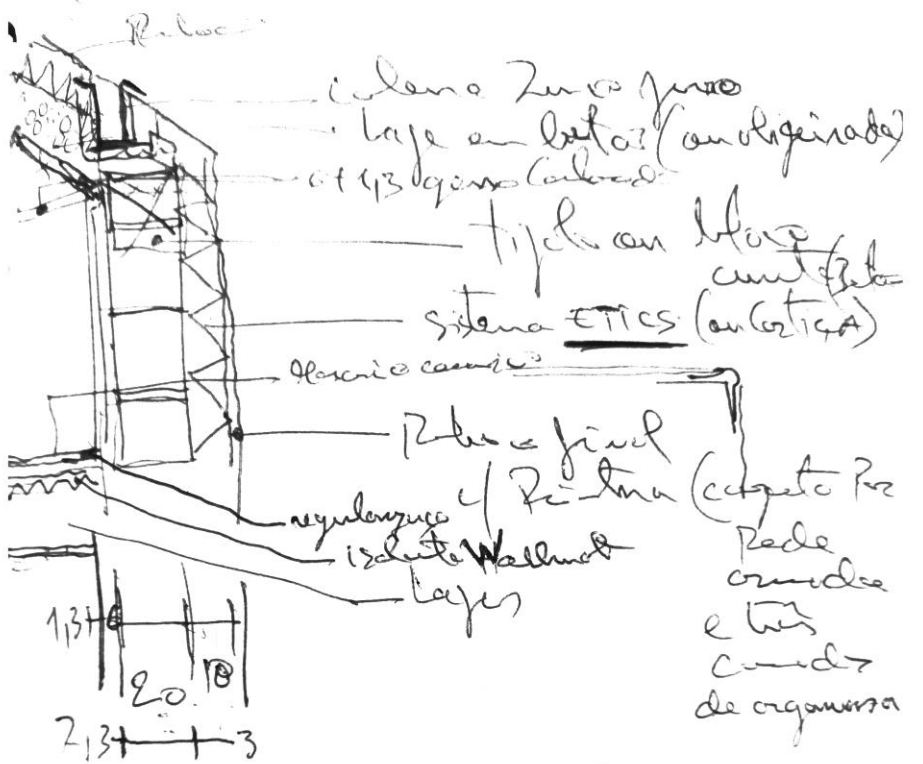




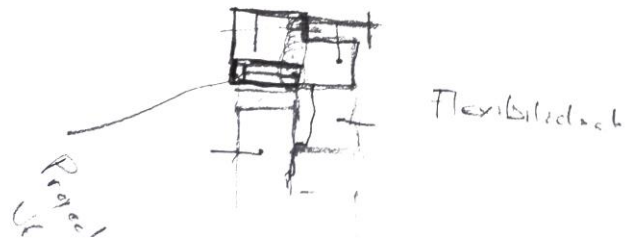
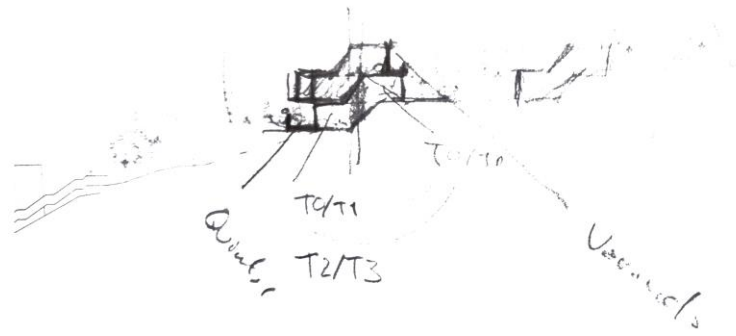




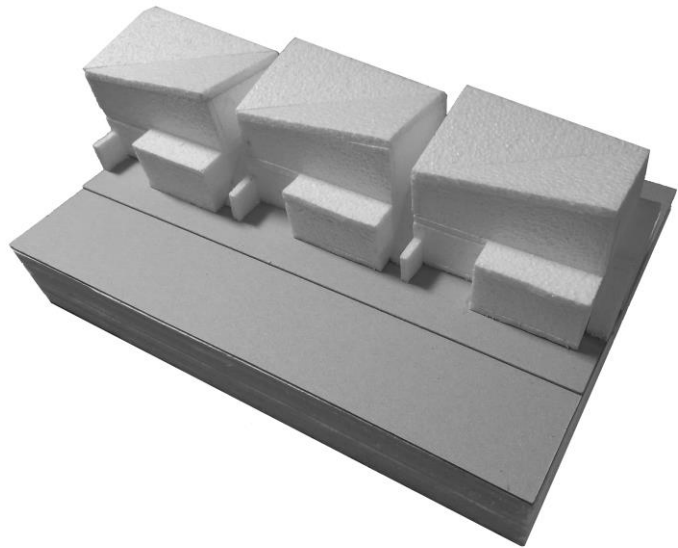
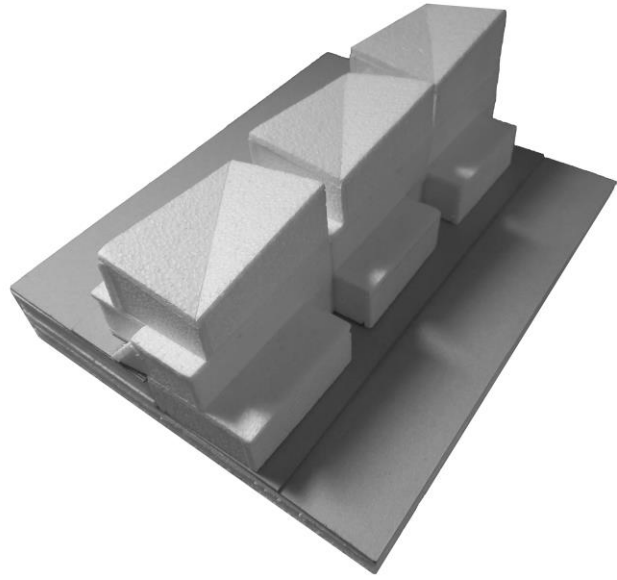


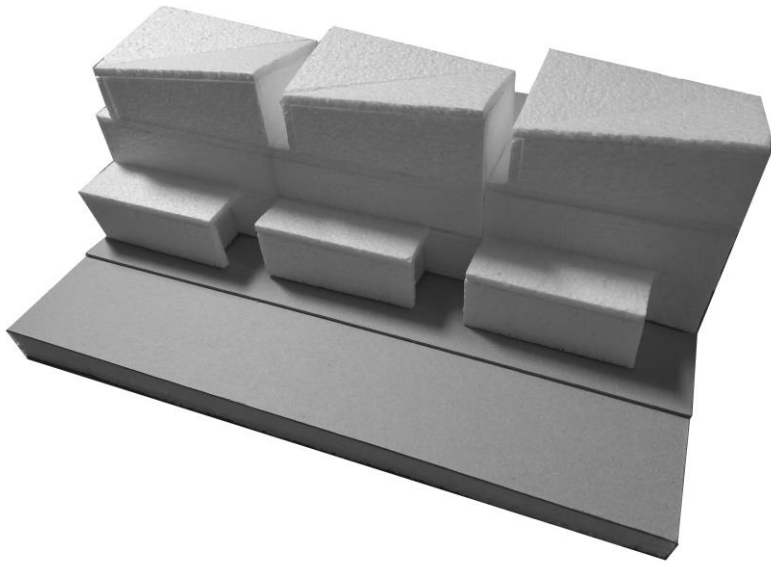
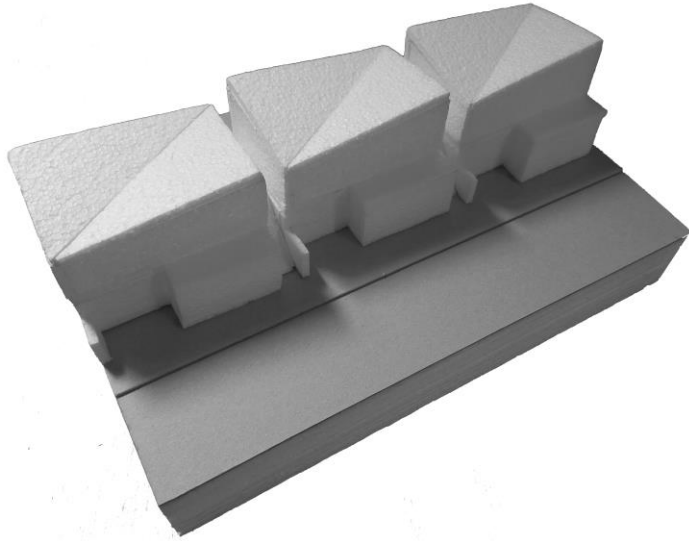


gesso Calbado, pte  
 met das juntas  
 ext ou estuque :

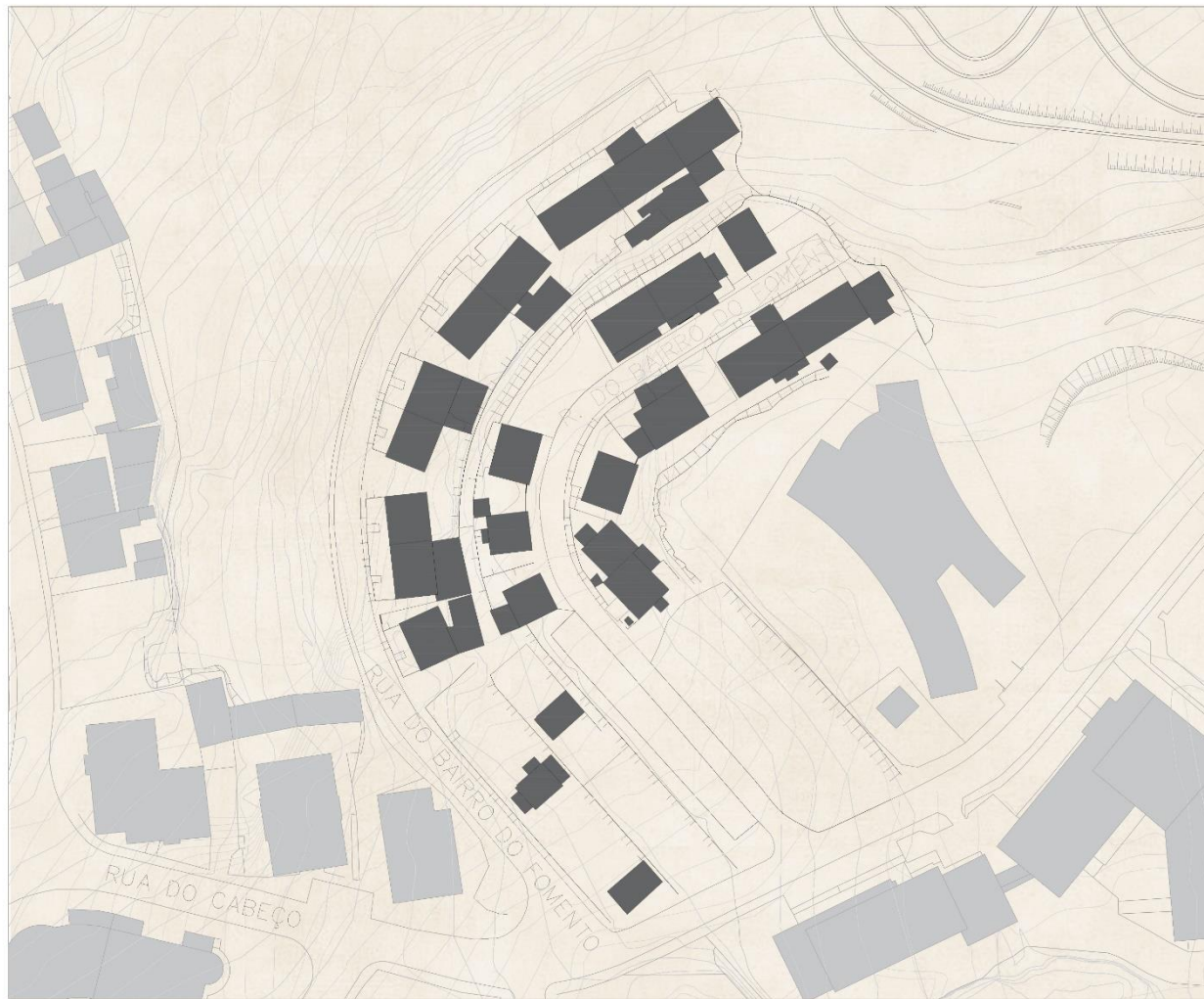


Anexo 5- Complementos Gráficos – Maquete









PLANTA - EXISTENTE

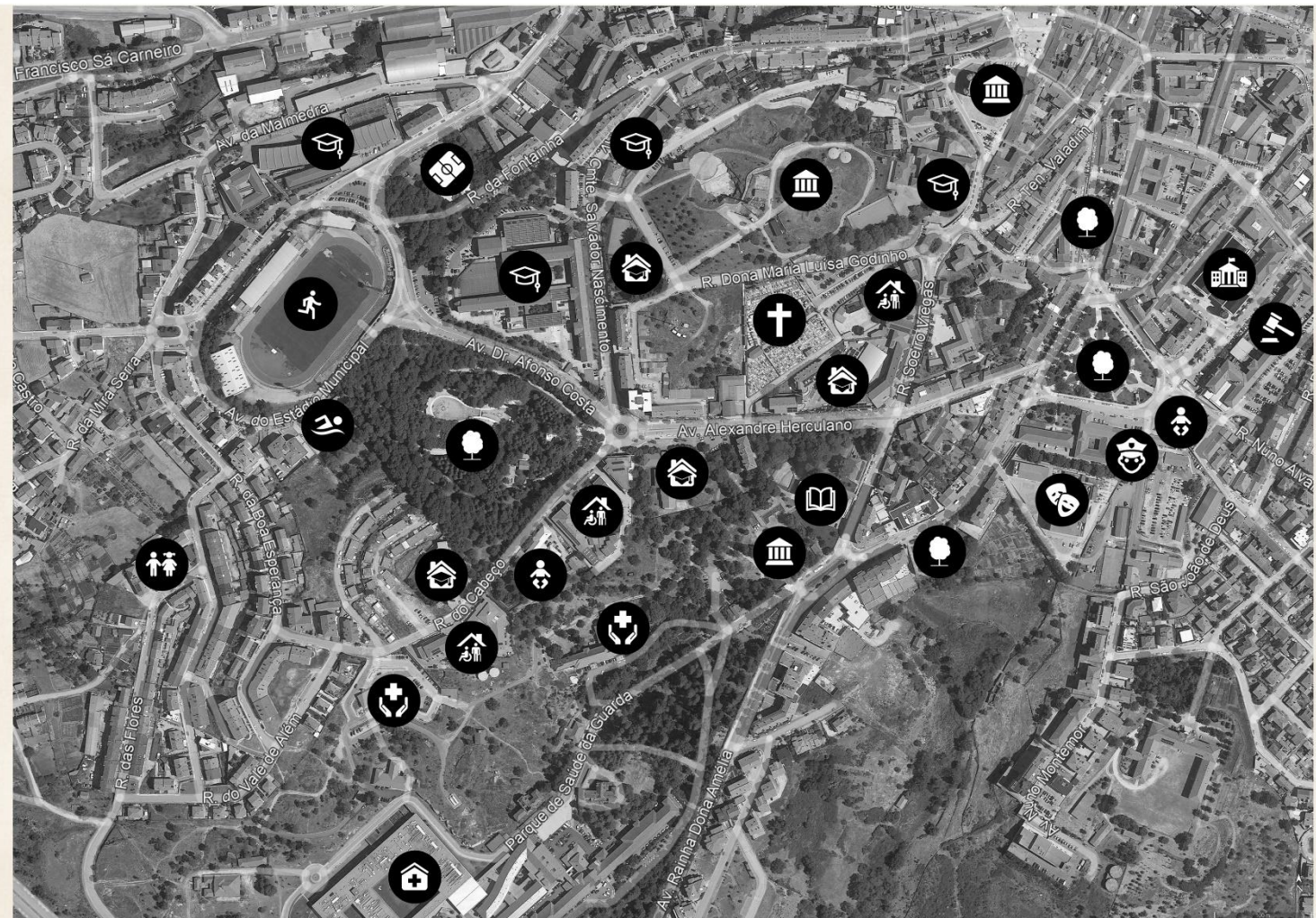


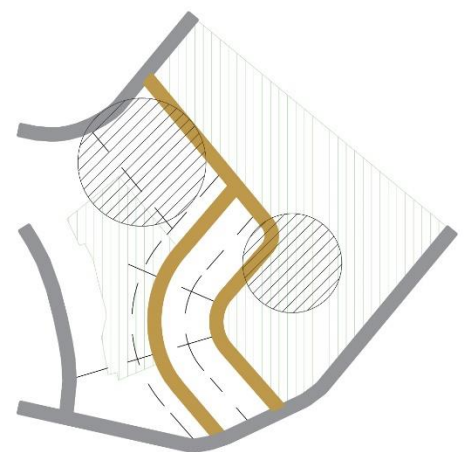
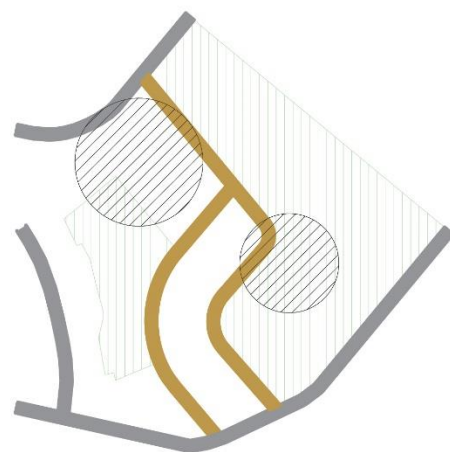
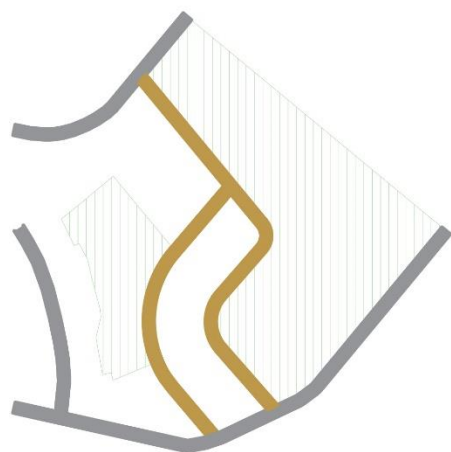
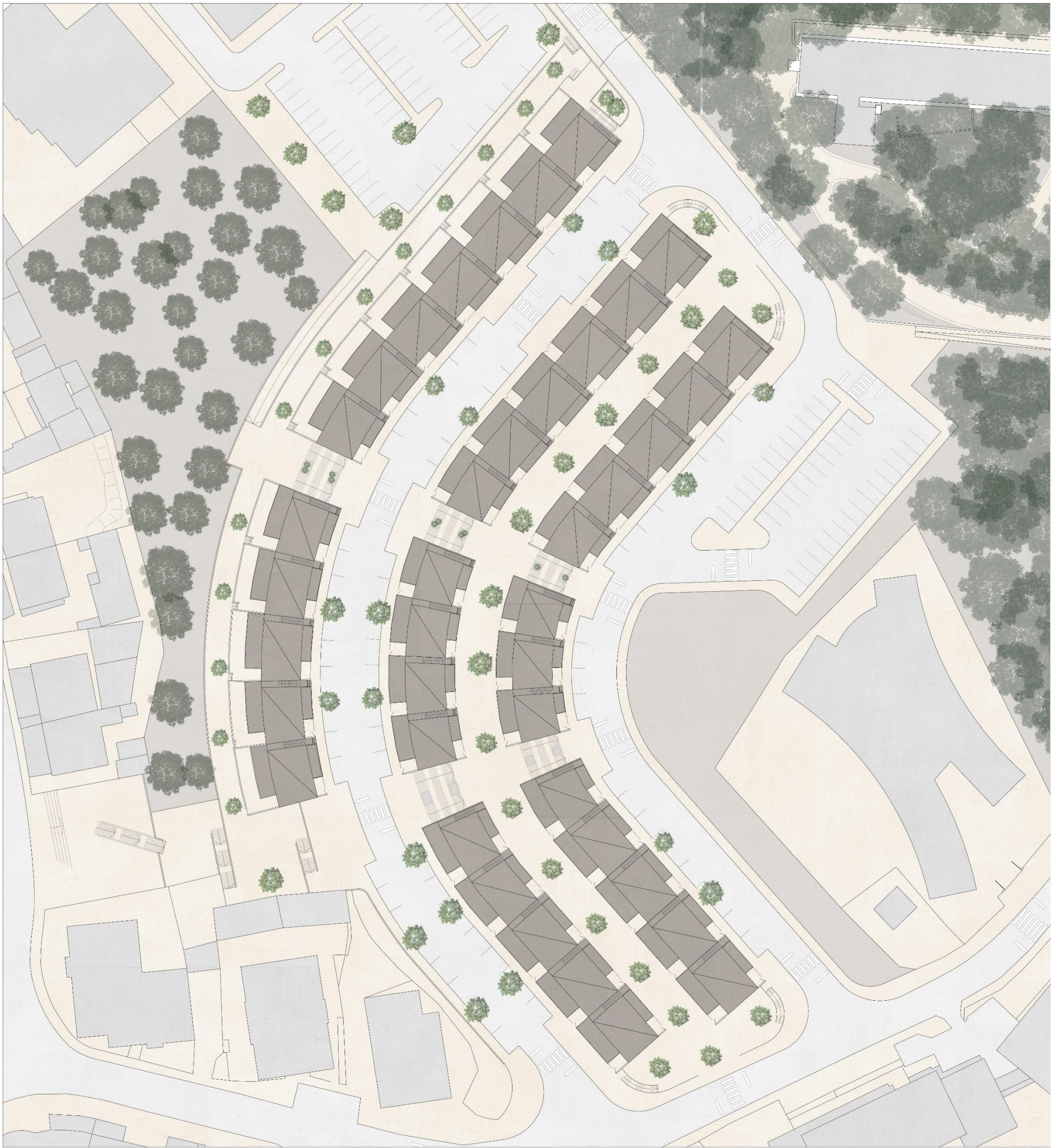
IMAGEM AÉREA - EQUIPAMENTOS

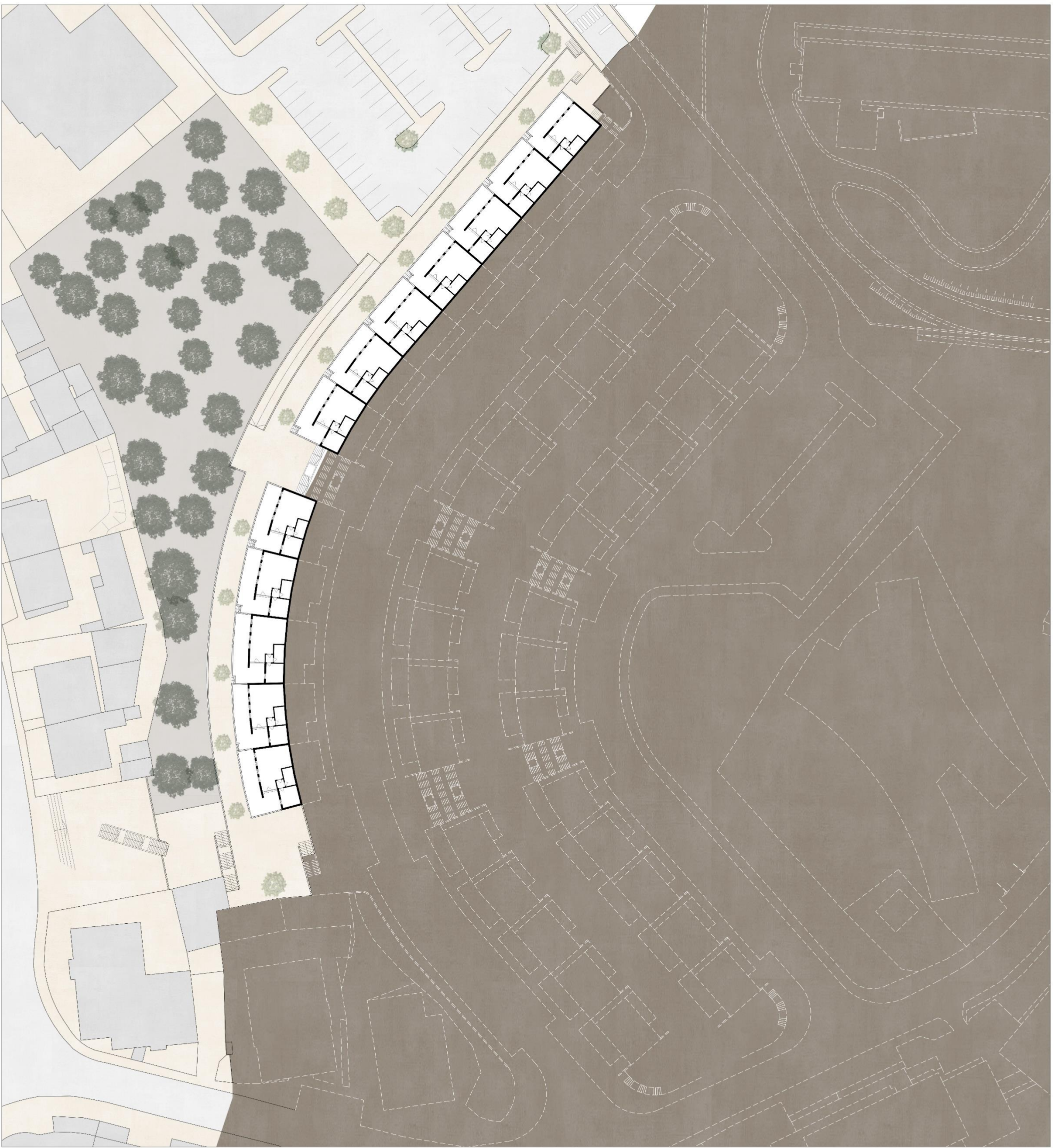


MAPA - LOCALIZAÇÃO



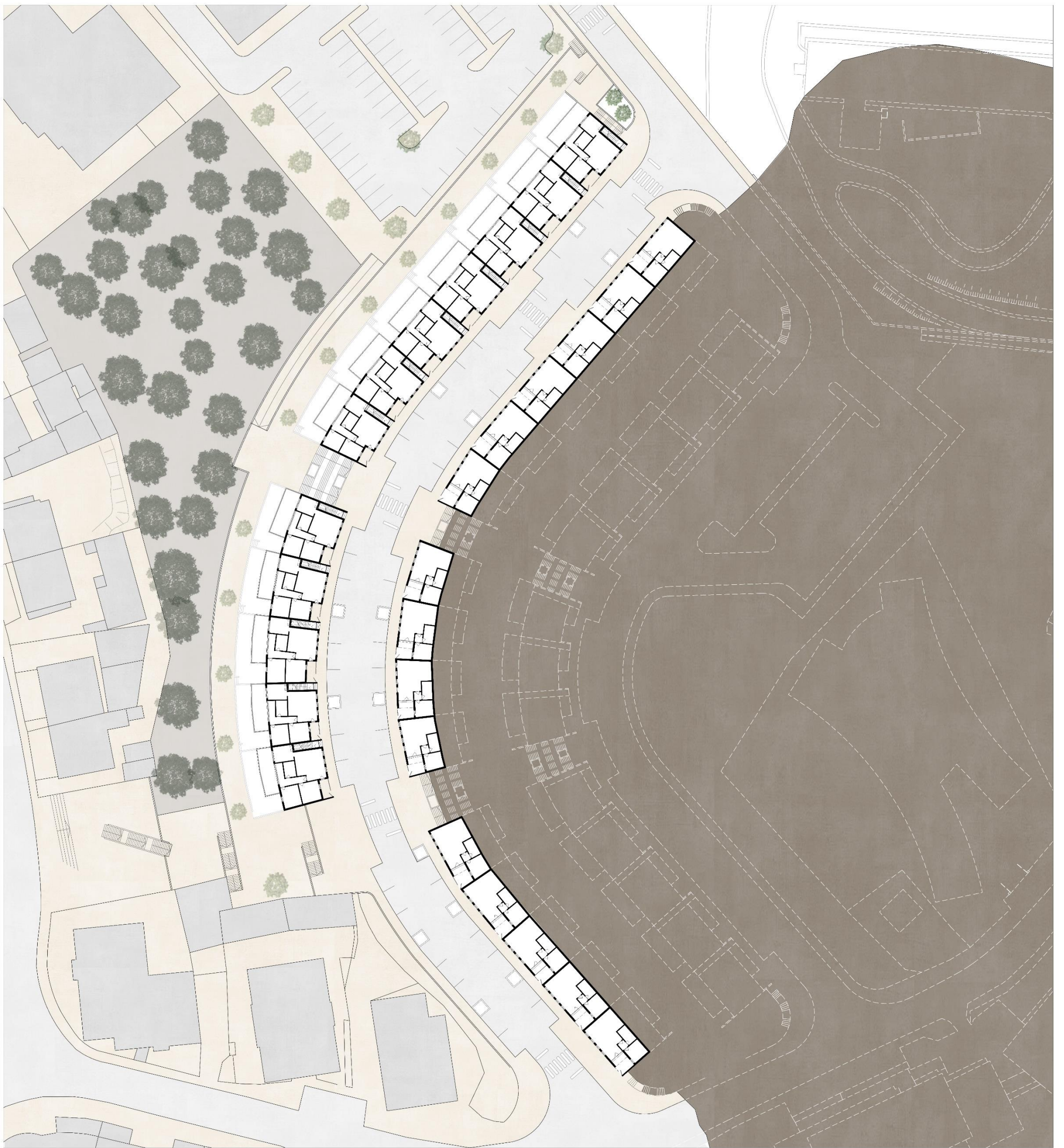






PLANTA PISO 0





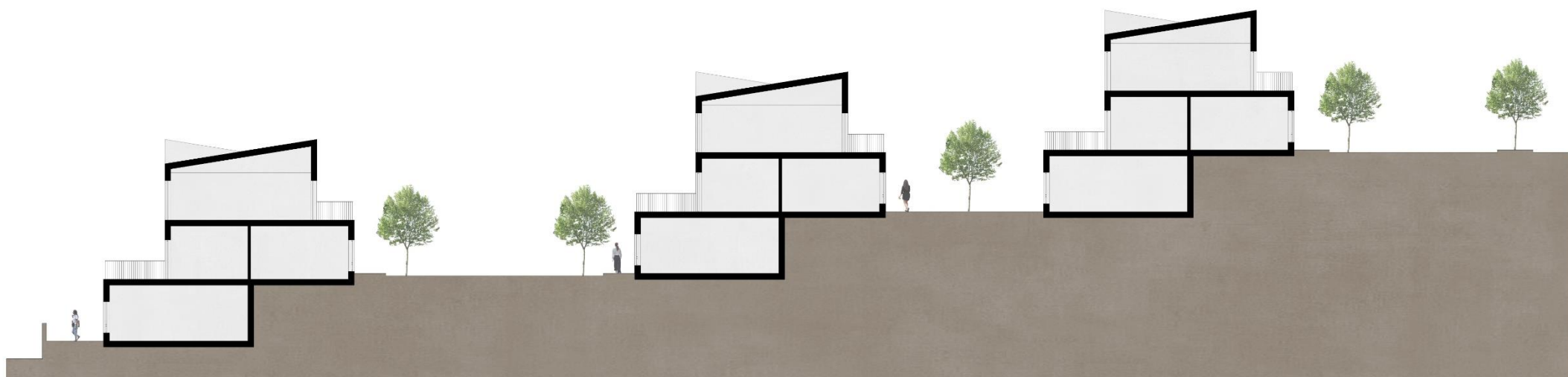
PLANTA PISO 0 E 1



ALÇADO POENTE

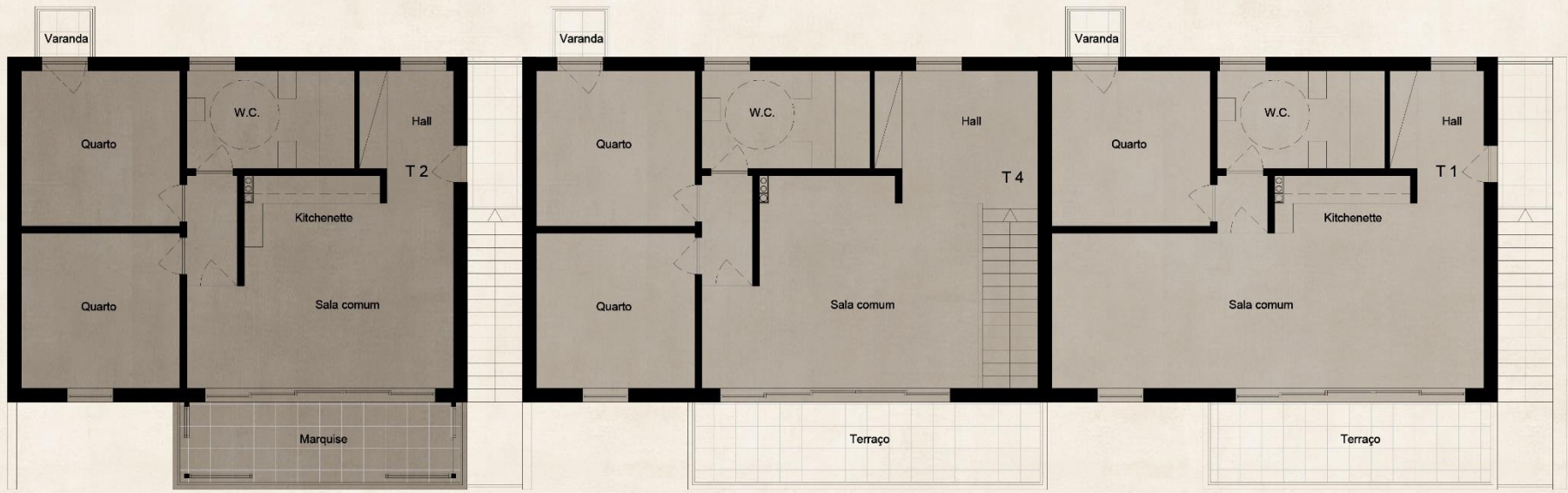


PLANTA PISO 0, 1 E 2

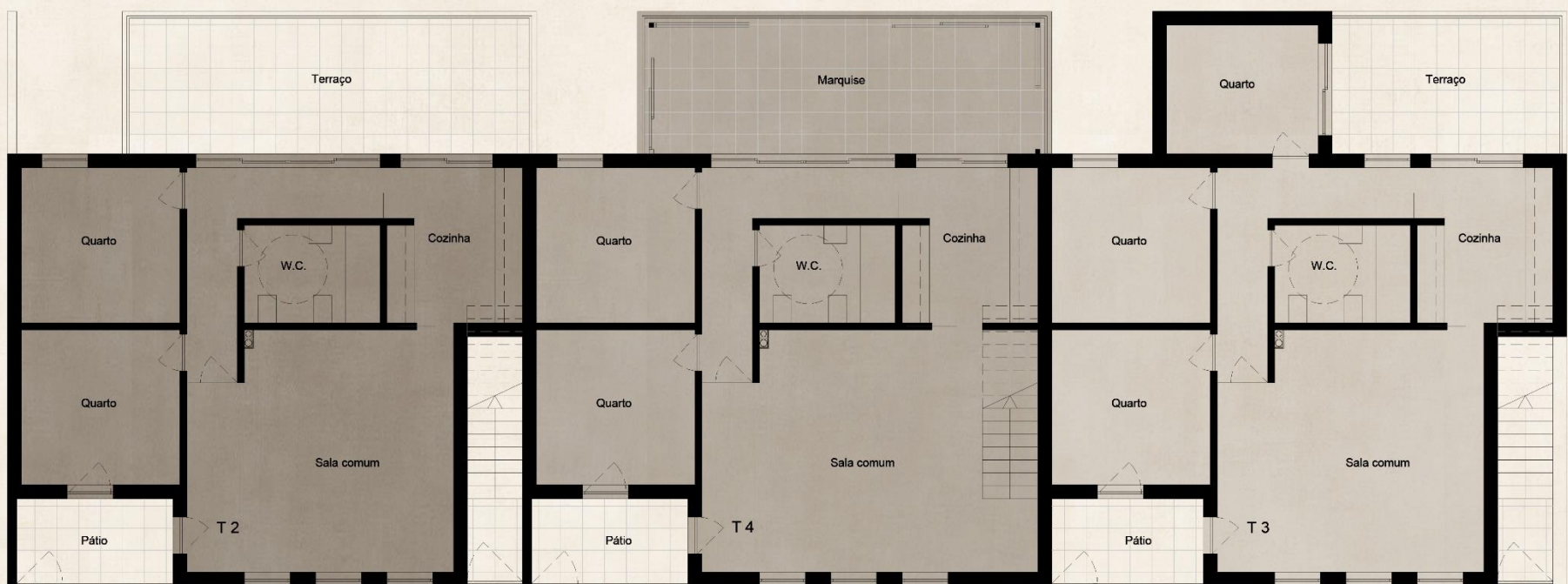


CORTE TRANVERSAL NACENTE

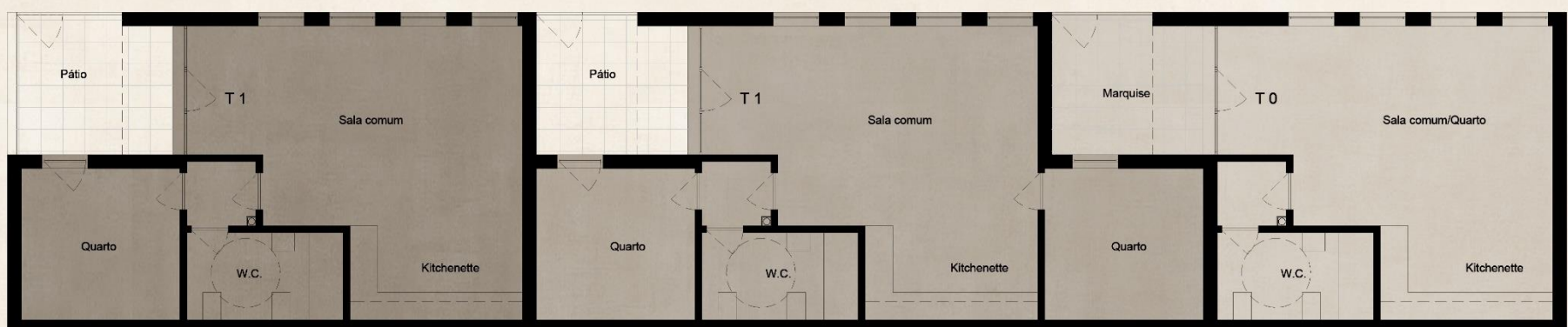




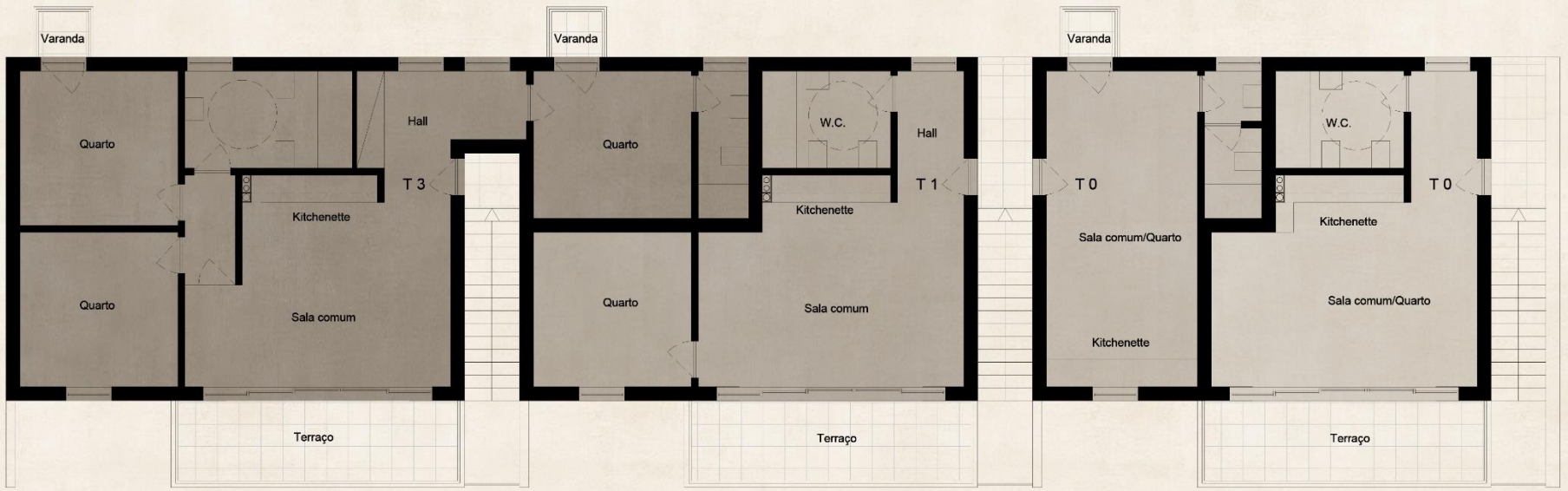
PISO 2



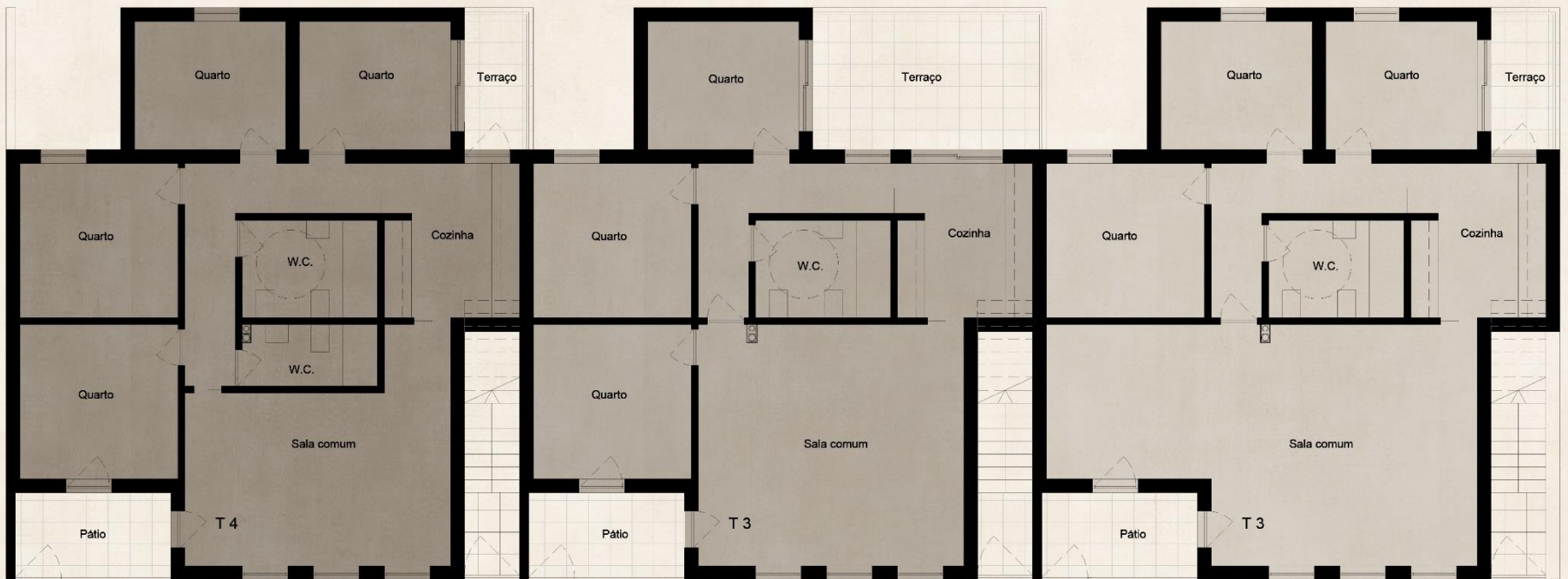
PISO 1



PISO 0



PISO 2

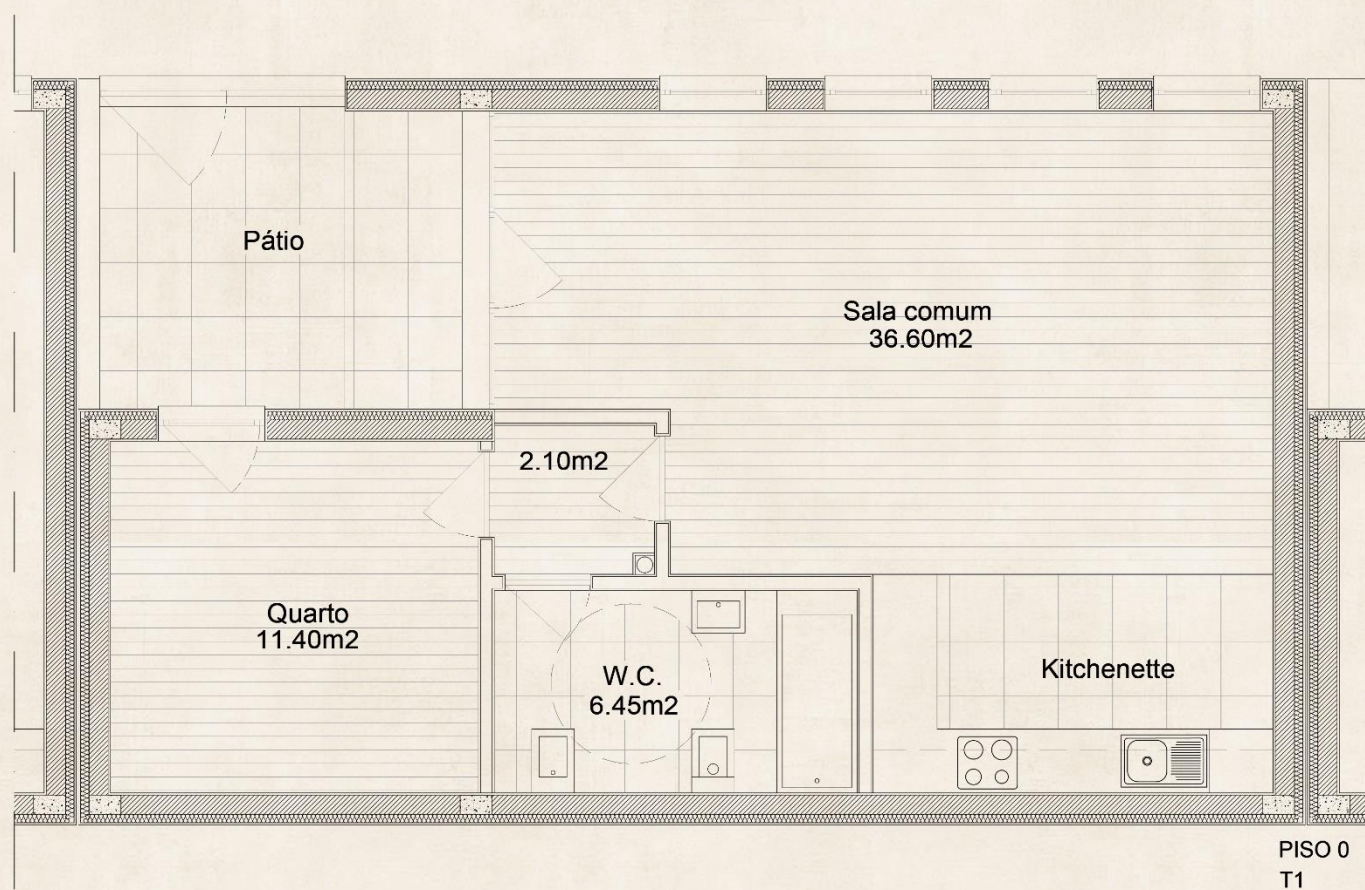
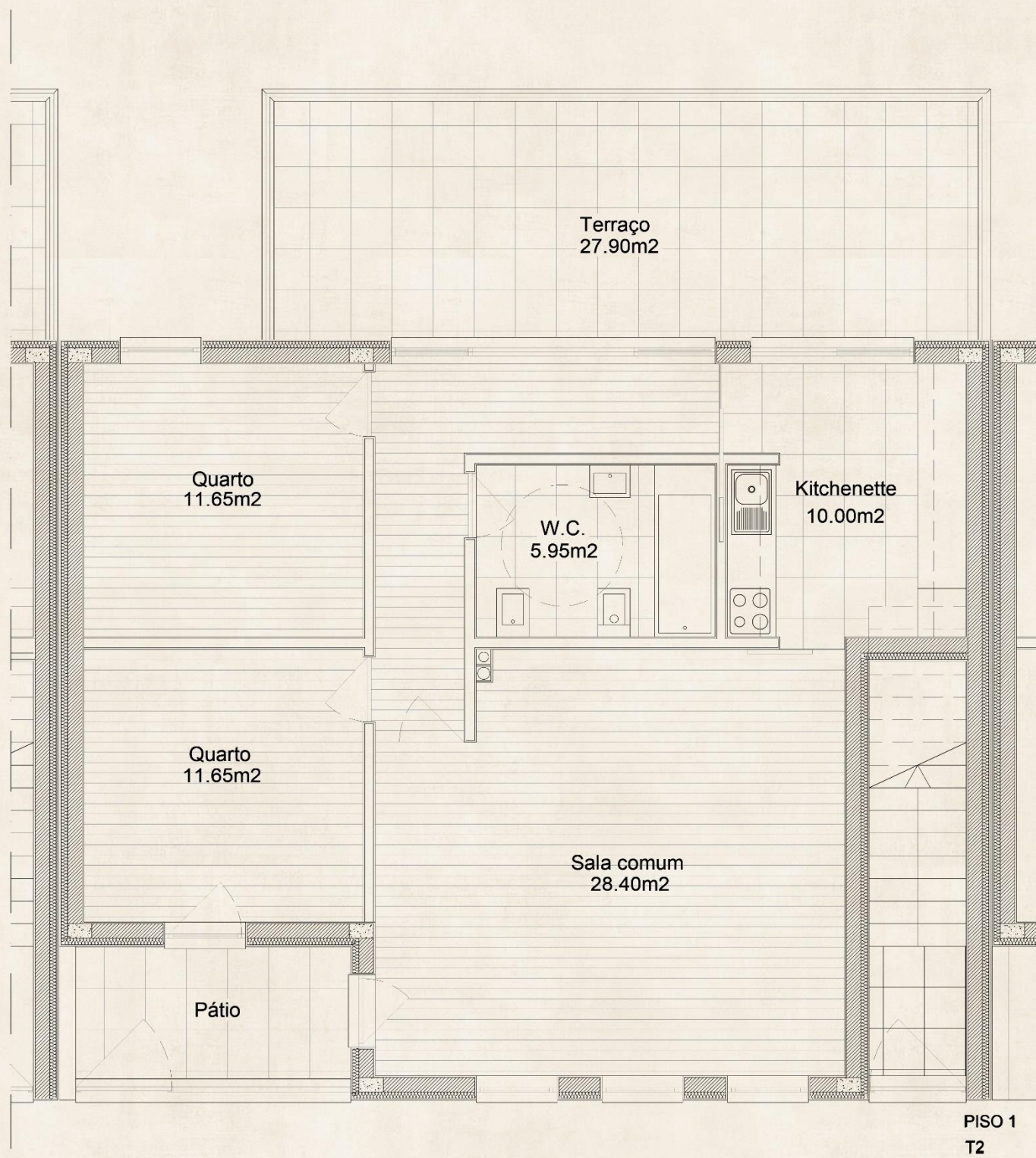


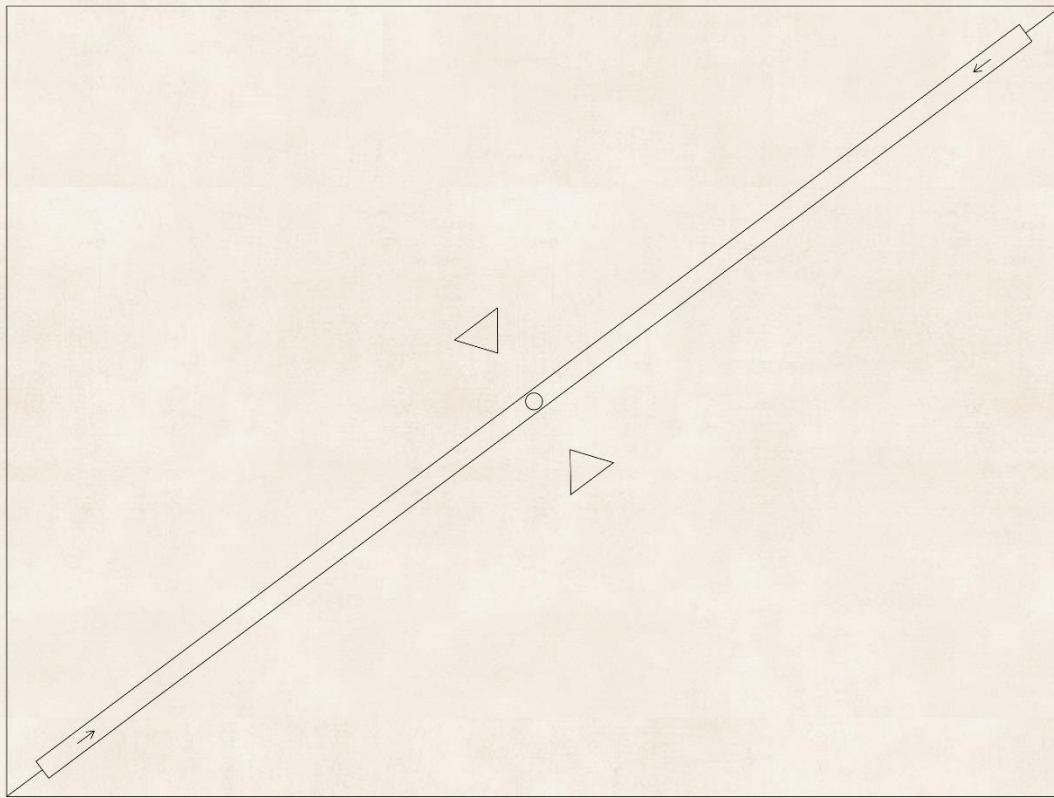
PISO 1



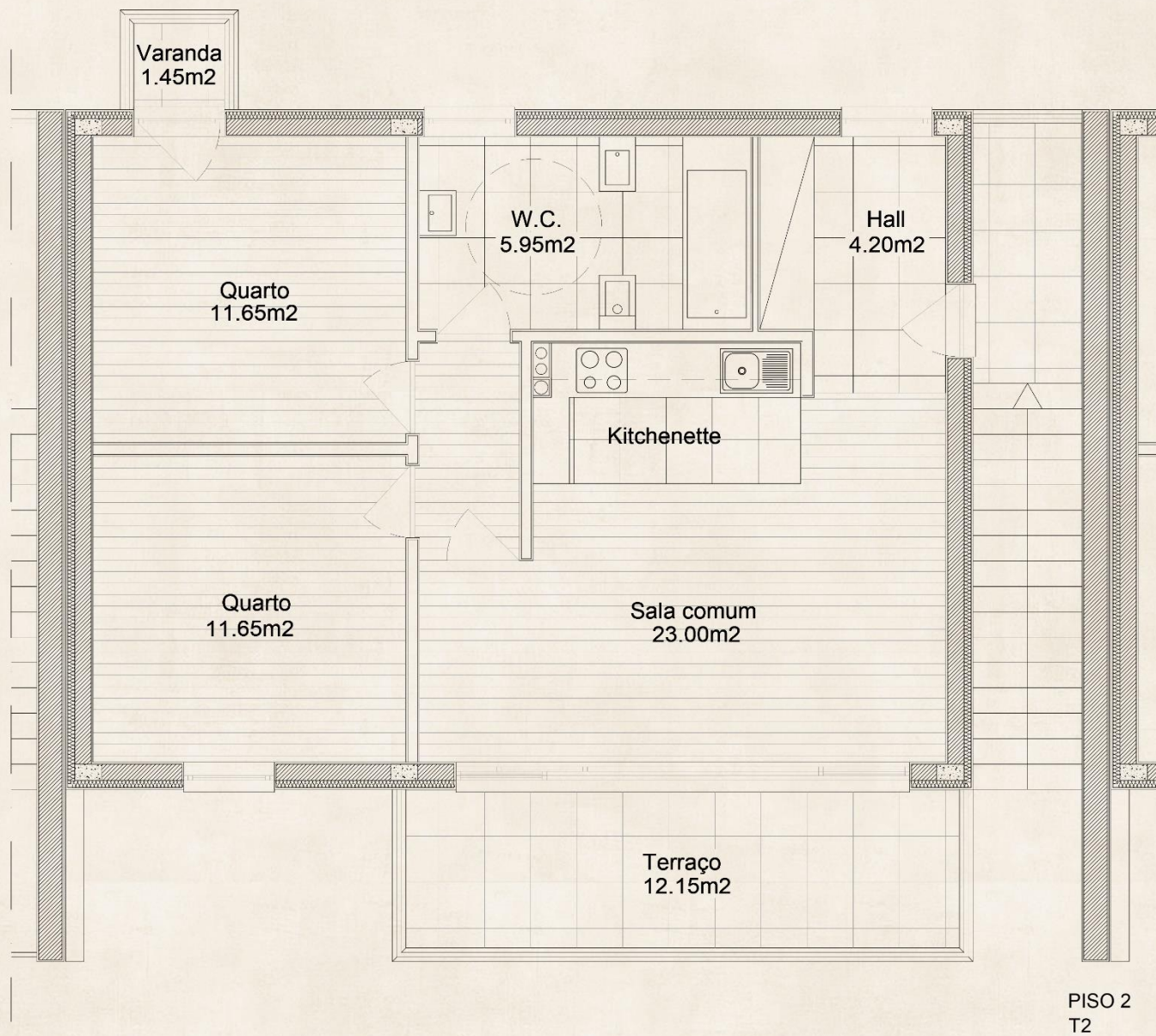
PISO 0



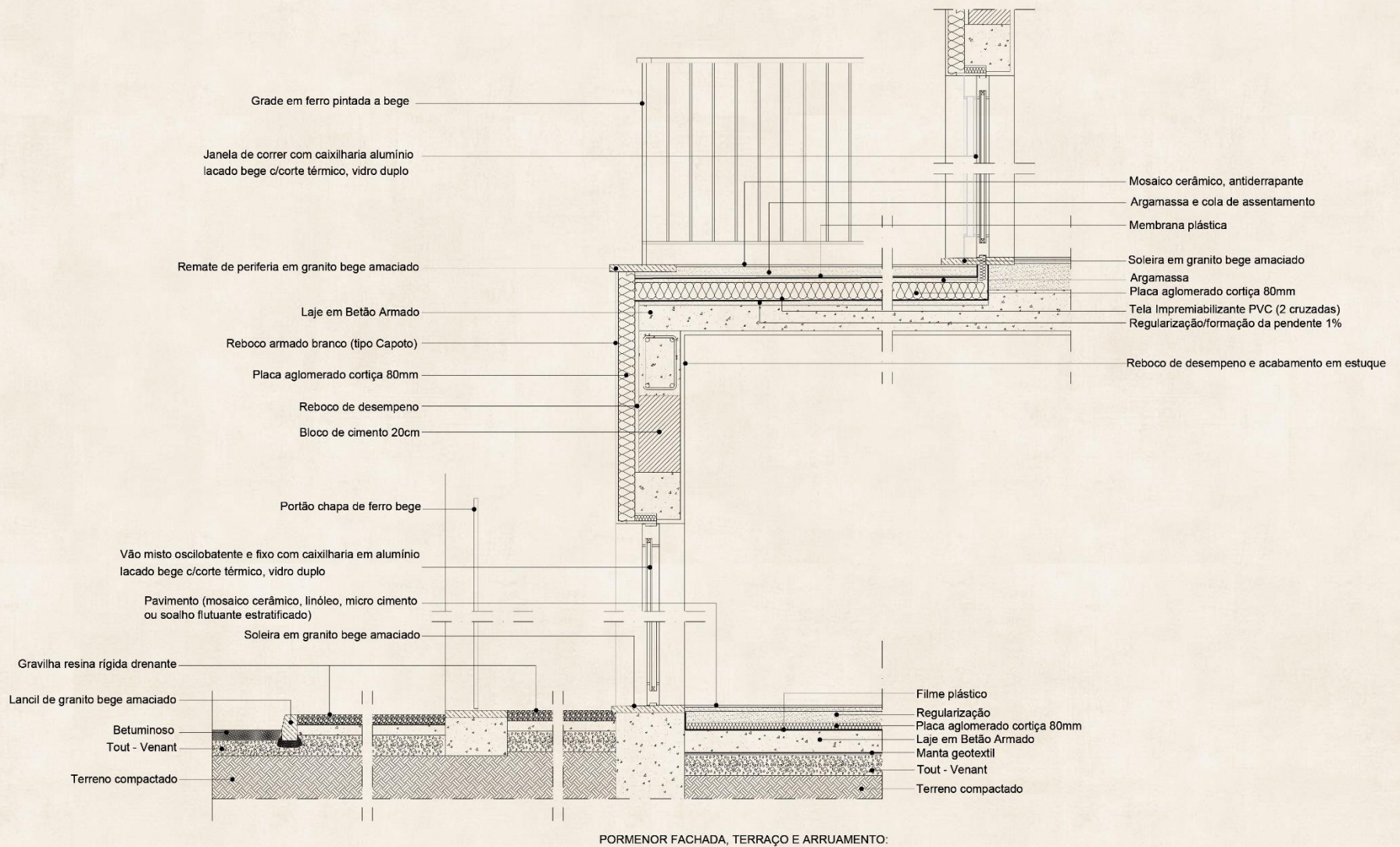
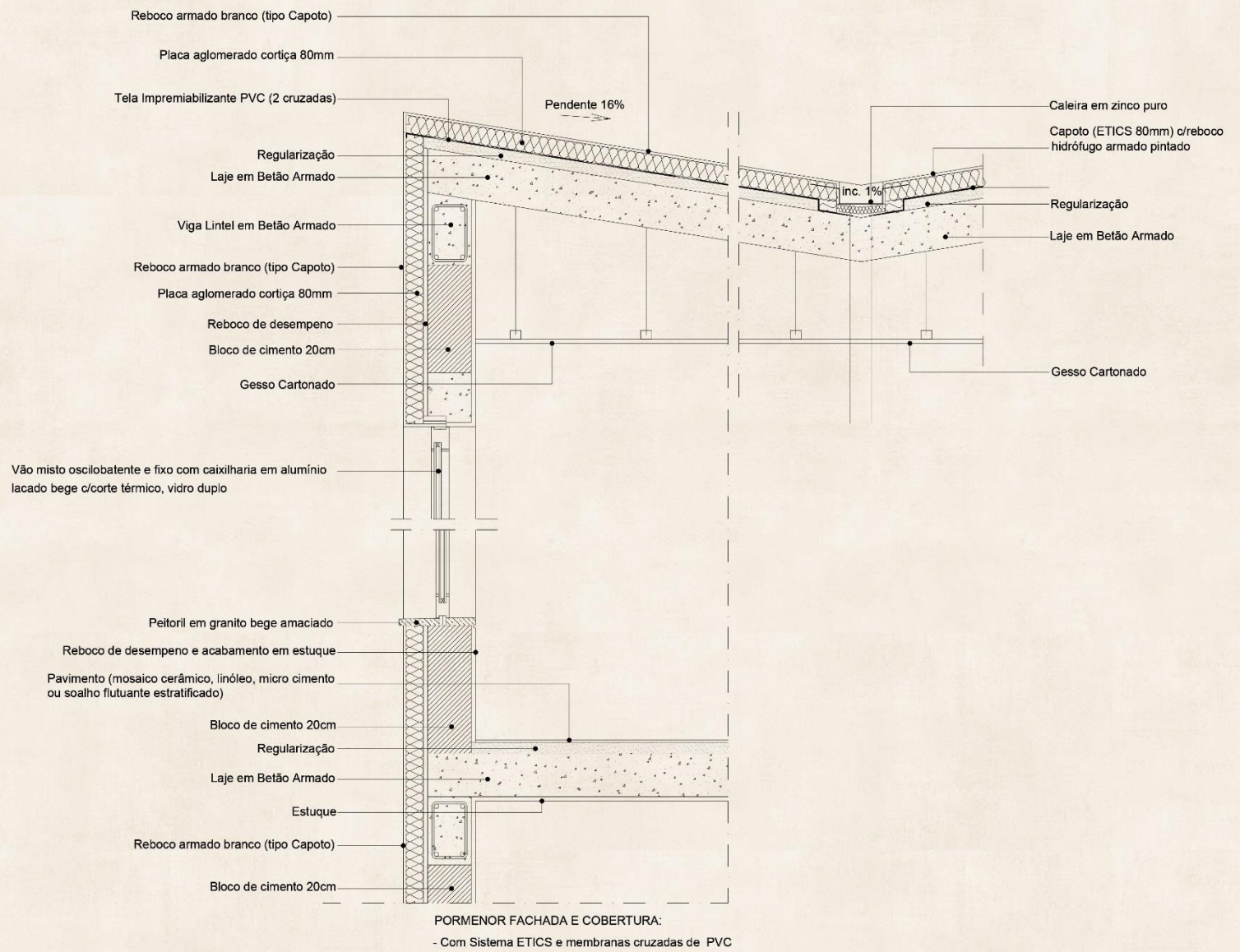


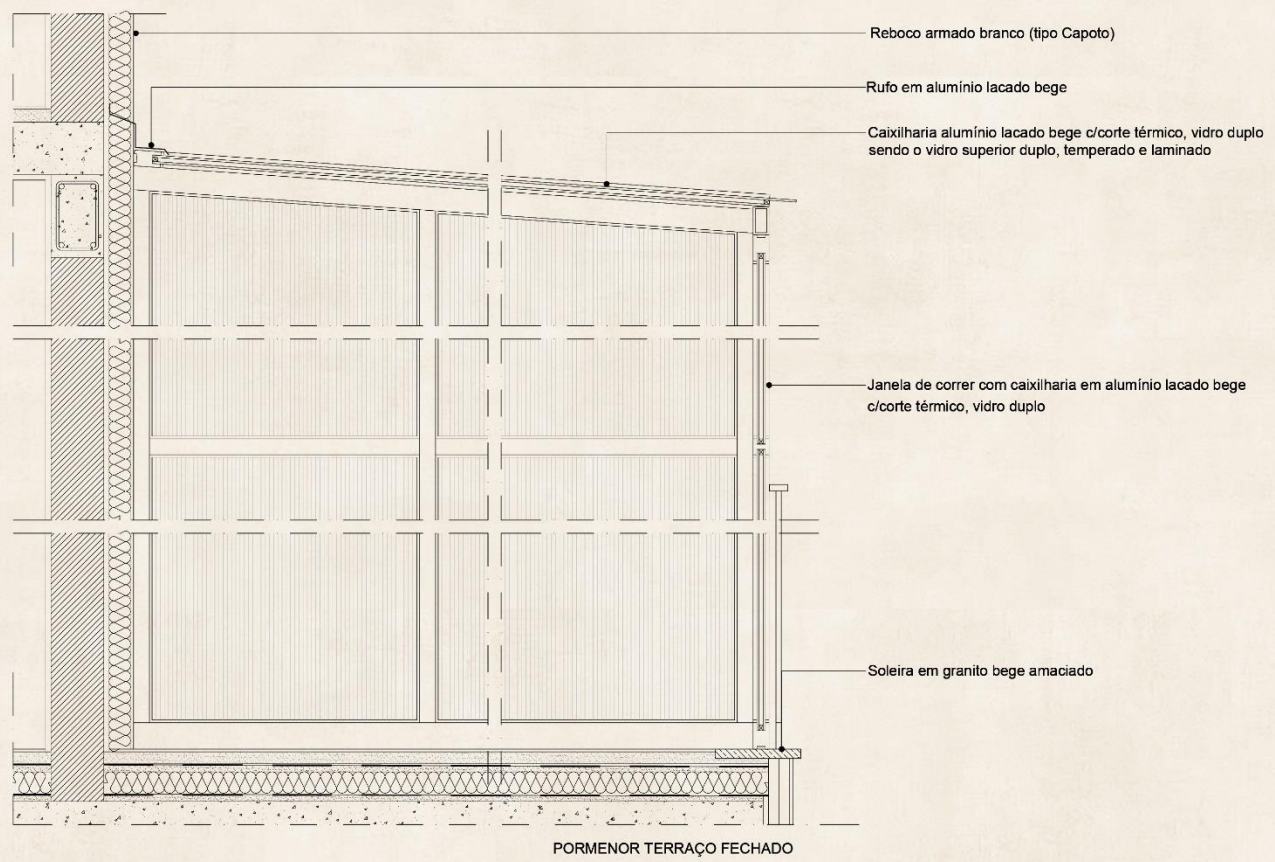


COBERTURA

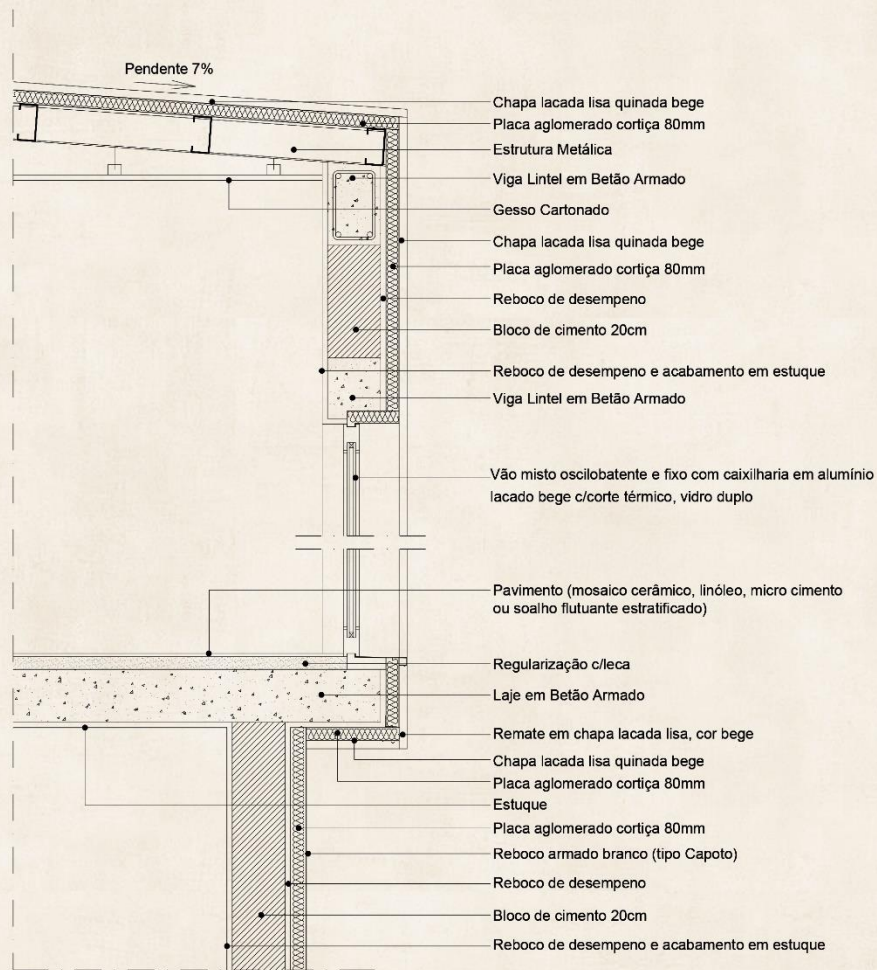


PISO 2  
T2





PORMENOR TERRAÇO FECHADO



PORMENOR FACHADA C/AMPLIAÇÃO:

- Com Paineis Sandwich
- Com Sistema ETICS